



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FEMININA EM *O LIVRO DAS TRES VERTUDES A  
INSINANÇA DAS DAMAS* DE CHRISTINE DE PIZAN**

**GIZELDA FERREIRA DO NASCIMENTO LIMA**

**JOÃO PESSOA**

**2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**GIZELDA FERREIRA DO NASCIMENTO LIMA**

**UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FEMININA EM *O LIVRO DAS TRES VERTUDES A  
INSINANÇA DAS DAMAS* DE CHRISTINE DE PIZAN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestra.

**Área de Concentração:** Literatura, Cultura e Tradução

**Linha de Pesquisa:** Estudos Literários da Idade Média ao Século XIX

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne

**JOÃO PESSOA**

**2019**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L732a Lima, Gizelda Ferreira do Nascimento.

UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FEMININA EM O LIVRO DAS TRES  
VERTUDES A INSINANÇA DAS DAMAS DE CHRISTINE DE PIZAN /  
Gizelda Ferreira do Nascimento Lima. - João Pessoa,  
2019.

100 f.

Orientação: LUCIANA ELEONORA DE FREITAS CALADO  
DEPLAGNE.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História das Mulheres. 2. Christine de Pizan. 3.  
Espelho de príncipes. 4. Educação medieval. I.  
DEPLAGNE, LUCIANA ELEONORA DE FREITAS CALADO. II.  
Título.

UFPB/CCHLA

**GIZELDA FERREIRA DO NASCIMENTO LIMA**

**UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FEMININA EM *O LIVRO DAS TRES VERTUDES A  
INSINANÇA DAS DAMAS***

**BANCA EXAMINADORA**

Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne.

Profª Drª Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne  
(Orientadora – UFPB)

---

Prof. Dr. Luciano José Vianna

Maria Graciele de Lima

Profª Drª Maria Graciele de Lima

**João Pessoa  
2019**

A Nossa Senhora, minha mãe.  
A mulher que é exemplo de inteligência, força,  
luta e resistência. Responsável por exercer um  
papel memorável na história da humanidade.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida e força de seguir em frente.

A minha orientadora, Luciana Calado, pela sua orientação humana, generosidade, paciência e confiança em mim e na minha pesquisa.

Ao meu companheiro de vida, Josenildo Maria, pela paciência, por entender minha ausência e intervir nos momentos necessários.

À minha família, por entender esse período de tantas ausências.

A professora Kalina Naro Magalhães, por ter mim recebido na sua disciplina para a experiência do Estágio Docência.

As amigas do mestrado que levarei para a vida Maria Aparecida, Anália Sofia e Thaíse.

A Laura, por sua generosidade, palavras de incentivo e companhia nos momentos de aflição.

Ao professor Juan Ignacio pelas contribuições na banca de qualificação.

Ao Professor José Luciano Vianna pelo incentivo e leitura atenta na banca de qualificação e na banca de defesa.

A professora Graciele pelas suas valiosas contribuições.

A Capes, pela concessão da bolsa, sem a qual não seria possível minha dedicação integral à pesquisa.

“Não sou esperançoso por pura teimosia,  
mas por imperativo existencial e histórico”  
Paulo Freire.

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o *Livro das Tres Vertudes* (1405), da autora Christine de Pizan sob uma perspectiva comparada com outros tratados de educação escritos neste mesmo período, entre eles, *Institutione Feminae Christianae* (1524) de Juan Luís Vives, *La perfecta casada* (1583) de Fray Luis de León, *Lo Libre de les Donas* (1542) de Francisco Eiximenis e *o Llibre de les dones* ou *Spill* (1460) de Jaume Roig. O corpus do nosso trabalho é a tradução portuguesa do espelho de princesa de Pizan intitulado, *O Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas*, publicado por volta de 1450 a pedido da Rainha D. Isabel. Trata-se de um texto destinado exclusivamente à educação das mulheres, seu conteúdo é composto por ensinamentos e conselhos de ordem prática que dizem muito sobre as regras impostas às mulheres na Idade Média. Inserida em uma tradição de escritos formada em sua maioria por autores homens, Pizan constrói seu projeto de educação a partir de estratégias que as diferencia dos demais tratados de educação. Assim, buscaremos defender como a questão autoral diferenciou o tratamento e ensinamentos destinados às mulheres neste contexto. Para isso, utilizamos como apoio teórico os trabalhos de Crispim (2002), Leite (2015), Deplagne (2006), Fernandes (1995), bem como outros estudos sobre os tratados de educação para as mulheres no período medieval.

**PALAVRAS-CHAVE:** História das Mulheres. Christine de Pizan. Espelho de príncipes. Educação Medieval.



## ABSTRAT

This research of the study the Book of Three Vertudes (1405), of the author Christine de Pizan from a perspective compared to other study period , among them, *Institutione Feminae Christianae* (1524) of Juan Luís Vives, *The Perfect Married* (1583) by Fray Luis de León, *Lo Libre de les Donas* (1542) of Francisco Eiximenis and the *Llibre de les dones* or *Spill* (1460) of Jaume Roig. The corpus of our work is the Portuguese translation of the Pizan entitled, *The Book of Three Vertudes the Insanity of the Damas*, published around of 1450 at the request of Queen D. Isabel. It is a text intended exclusively for the education of women, its content is composed of teachings and advice from practical order that say a lot about the rules imposed on women in the Middle Ages. Inserted in a tradition of writings formed mostly by male authors, Pizan builds its education project based on strategies that differentiate them from other treaties of education. Thus, we will seek to defend how the author issue differentiated treatment and teaching for women in this context. For this, we use as theoretical support the works of Crispim (2002), Leite (2015), Deplagne (2006), Fernandes (1995), as well as other studies on education treaties for women in the medieval period.

**KEYWORDS:** History of Women. Christine of Pizan. Mirror of princes. Medieval Education.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	10
CAPÍTULO 1 – A IMPORTÂNCIA DA QUERELLE DES FEMMES PARA O PROTAGONISMO FEMININO.....	15
1.1 Christine de Pizan, a principal protagonista da Querelle des femmes .....	16
1.2 Escritoras e escritores protagonistas da Querelle des femmes na Europa Ocidental .....	22
1.3 O Papel das Mulheres na Construção Cultural Ibérica dos Séculos XV e XVI.....	31
CAPÍTULO 2 – OS ESPELHOS DE PRÍNCIPES NO CONTEXTO IBÉRICO DOS SÉCULOS XV E XVI.....	39
2.1 A Tradição dos Espelhos de Príncipes .....	39
2.2 Os Exempla Femininos nos Tratados de Educação .....	49
2.3 Os tratados de educação de mulheres na Península Ibérica .....	54
CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS CONTRA AS ARMADILHAS: OS ENSINAMENTOS DE PIZAN NO <i>LIVRO DAS TRÊS VERTUDES A INSINANÇA DA DAMAS</i> .....	60
3.1 A divisão do Livro das Tres vertudes: uma proposta alternativa para os tratados de educação para mulheres .....	65
3.2 Aproximações e distanciamentos nos espelhos de princesas a partir da questão autoral.....	73
3.2.1 A doutrinação cristã nos tratados de educação dos séculos XV e XVI.....	76
3.2.2 O papel da educação para as mulheres nos tratados de educação dos séculos XV e XVI ...	79
3.2.3 Espaço privado, o lugar da mulher nos manuais de educação .....	82
3.3 Armadilhas e Estratégias na defesa das mulheres .....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS .....	95

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A pesquisa que desenvolvemos busca analisar a educação das mulheres no período medieval a partir da circulação do gênero *espelhos de príncipe*, textos que fizeram parte de maneira central da educação da realeza neste contexto. O objeto de estudo deste trabalho é a tradução portuguesa do *Livre de Trois Vertus* (1405), intitulada *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*, da autora Christine de Pizan. Trata-se de uma tradução anônima realizada em 1450 a mando da rainha D. Isabel.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o *Livro das Tres Vertudes* (1405), da autora Christine de Pizan sob uma perspectiva comparada com outros tratados de educação de autores homens escritos neste mesmo período, entre eles, *Institutione Feminae Christianae* (1524) de Juan Luís Vives, *La perfecta casada* (1583) de Fray Luis de León, *Lo Libre de les Donas* (1542) de Francisco Eiximenis e *o Llibre de les dones* ou *Spill* (1460) de Jaume Roig. Inicialmente apresentamos o projeto de educação de Christine de Pizan percebendo quais as suas aproximações e distanciamentos com esses espelhos, visto que a autora se insere em uma tradição de escritos composta quase exclusivamente por homens. Sendo neste contexto, poucas as mulheres a escrever sobre educação, justamente por não possuírem a autoridade necessária as exigências impostas na época.

A Literatura Pedagógica apresenta uma preocupação constante em seus ensinamentos, conduzir as mulheres a uma vida virtuosa, preparando-as para um único caminho, o espaço doméstico. A vida das mulheres nos textos de autoria masculina parece só fazer sentido se exercendo o papel de mãe e esposa. E suas lições são justamente no sentido de guiá-las para que não esqueçam que sua existência se encerra nesses papéis, lutar contra esse caminho é negar sua natureza e as leis que as regem. Assim, movida pelo interesse em entender as relações existentes entre as mulheres e a educação no período medieval fomos levados a estudar o primeiro tratado de educação de autoria feminina, escrito para mulheres, por uma escritora também mulher.

*O Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas* é um tratado de educação destinado exclusivamente à educação das mulheres, seu conteúdo é composto por ensinamentos e conselhos de ordem prática que dizem muito sobre as regras impostas às mulheres na Idade Média. Trata-se de um gênero literário, utilizado na educação das mulheres por cultivar, além das principais normas de comportamento, as virtudes cristãs e os ensinamentos dos livros dos santos e da Escritura Sagrada.

Este tratado de educação divide-se em três partes e cada uma delas traz lições adequadas às exigências impostas às mulheres a partir de seu adequado estamento social. A primeira parte é destinada às princesas, imperatrizes, rainhas, duquesas e altas senhoras. A segunda parte é dirigida às senhoras e donzelas, principalmente às damas de companhia das senhoras. E a terceira parte às mulheres de Estado, das boas vilas, as mulheres comuns do povo e dos lavradores.

Buscaremos defender neste trabalho como a questão autoral diferenciou o tratamento e ensinamentos destinados às mulheres no qual em muitos momentos, o texto de Pizan distancia-se dos espelhos escritos pelos autores homens. A educação nesses manuais pautava-se nas virtudes que, a nosso ver, seriam iguais para homens e mulheres. No entanto, nesses textos, a educação não é entendida como comum aos dois sexos, homens e mulheres têm funções diferentes, portanto, acesso a saberes diferentes. O conhecimento nesse sentido não é livre, mas recortado, selecionado, omitido, e tantas vezes repetido, com o objetivo de servir a um bem maior, preparar as mulheres para exercerem o papel permitido e sonhado pelos homens.

Esses tratados de educação ficaram conhecidos como *specula principum* ou *miroirs de prince* e utilizados nas obras teológicas e morais integrantes do gênero didático. Como gênero privilegiado, os chamados espelhos de príncipe tinham como característica o elenco completo das virtudes cristãs responsáveis pelo bom governo. O conhecimento nestes textos não era utilizado como elemento de libertação para as mulheres, mas como aprisionamento, as leis da natureza, da Igreja e da sociedade.

Este trabalho justifica-se por trazer ao público brasileiro um importante tratado de educação medieval, ainda pouco conhecido, que pode trazer contribuições para diversas áreas, como a Educação, Literatura, História, Estudos Medievais e Estudos de Gêneros. A relevância deste objeto se faz, igualmente, pelo fato deste tratado ser de autoria feminina e destinado à educação das mulheres, apresentando assim uma voz feminina que escreve para outras mulheres, mesmo num contexto dominado por códigos masculinos. Pizan se apresenta como uma importante autoridade num discurso de defesa às mulheres. E além de conseguir se inserir nesta tradição masculina, desperta os olhares e interesses de outras mulheres para seus textos, tendo estes alcançado grande divulgação, inclusive várias traduções ao longo do tempo, o que demonstra a força e influência que exerceu na educação das mulheres.

Pizan pode ser considerada como a principal responsável por iniciar a construção de um pensamento sobre o feminino escrito sob a perspectiva de uma autora mulher. Visto que, até este momento conhecíamos e entendíamos as mulheres exclusivamente sob o ponto de

vista masculino. Podemos dizer que esta autora introduz um divisor nos estudos sobre as mulheres, a partir de suas experiências como mulher e escritora inserida neste cenário de negação das capacidades femininas, mas posicionando-se de modo favorável ao seu sexo.

A educação ao longo da história exerceu um importante papel nas relações de poder. E as mulheres em nenhum destes momentos foram alheias à luta pelo acesso a esse bem tão precioso. Nosso interesse neste trabalho, surge da necessidade de compreender qual era a proposta de educação para as mulheres no período medieval a partir da voz de uma escritora mulher, preocupada com as necessidades desse público. Assim, buscaremos apresentar em quais aspectos *O Livro das Tres Vertudes* de Christine de Pizan se distancia dos textos dos outros autores.

Desde a antiguidade clássica, o acesso à educação para as mulheres é assunto controverso. Entre os primeiros autores a trazerem essa discussão estão Sócrates, Platão e Plutarco. Em *A República*, Platão defende que as mulheres devem ter acesso à educação, porém deverá utilizá-la, de acordo com as condições impostas ao seu sexo. Ainda no século XV, o acesso à educação para as mulheres não era consenso entre seus autores.

A educação constituiu-se ao longo dos séculos como um bem inacessível à considerável parcela da sociedade, sendo alvo de exclusão e objeto de controle em diferentes contextos históricos. Na Baixa Idade Média, recorte histórico do nosso trabalho, esse poder é exercido pelos clérigos e intelectuais. E as transformações pelas quais passavam a sociedade medieval através do crescimento da vida urbana exigiram uma nova postura da nobreza medieval. Assim, surge a preocupação com a educação dos príncipes considerados espelhos para toda a sociedade.

Este trabalho faz parte de pesquisas e leituras que comecei a desenvolver desde a graduação. A experiência vivenciada durante a disciplina, *Literatura e Estudos de Gênero*, permitiu o primeiro contato com a crítica feminista e os estudos de gênero. As leituras e os questionamentos sobre a condição feminina, sua representação nas obras escritas pelo masculino e o reduzido número de autoras citadas nos manuais de literatura acabaram levando-me a algumas pesquisas aos sites de Pós-Graduação com o objetivo de produzir um projeto de pesquisa para o mestrado.

Em uma dessas pesquisas, surgiu a descoberta da existência de uma escrita feminina já na Idade Média. Assim, deu-se o primeiro contato com a obra *A Cidade das Damas* (1405), da autora Christine de Pizan a partir da tradução realizada pela professora Luciana Deplagne como resultado do seu Doutorado no ano de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

Posteriormente, já no mestrado a partir dos textos literários e dos trabalhos teóricos sobre Christine de Pizan, percebemos que a educação aparece como um tema recorrente em sua obra. Assim, aliando o interesse em trabalhar com a autora e o tema da educação, *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas* tornou-se objeto de estudo deste trabalho. Nosso interesse reside justamente em se debruçar sob uma voz feminina, que fala em educação para as mulheres, tendo como escolha um gênero literário composto quase exclusivamente por autores homens.

Nos trabalhos sobre a autora, percebemos que o tema da educação continua reduzido e o *Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas* ainda pouco conhecido no Brasil. Talvez, justamente pelo desconhecimento da autoria de mulheres no período medieval, resultado dos próprios desentendimentos e estereótipos formulados acerca da Idade Média, comumente conhecida como a “Idade das Trevas”. O que resulta numa imagem deste período que leva muitos estudantes a excluírem esse recorte histórico das suas pesquisas.

Este trabalho pretende justamente colaborar com os estudos sobre Christine de Pizan no Brasil, ao trabalhar com um tema ainda pouco estudado nas suas obras. A escolha pela tradução portuguesa também ganha maior importância na pesquisa ao identificarmos que o interesse de tradução parte de uma importante figura feminina, a Rainha D. Isabel. O que nos faz pensar em quais interesses estavam representados nesta divulgação, para esse público, neste contexto. E também na influência que Christine de Pizan exerceu, enquanto escritora, responsável e preocupada em construir universos femininos.

Nossa pesquisa será norteadada pela busca de respostas aos seguintes questionamentos: Em quais ensinamentos estão fundamentadas *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*? Qual o tratamento dado às mulheres? Suas lições, ensinamentos guardam alguma estratégia para que as mulheres exerçam alguma forma de poder? O que diferencia o livro de Pizan dos outros *espelhos de princesas* de autoria masculina?

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *A importância da Querelle des Femmes para o protagonismo feminino* é dedicado à apresentação da *Querelle des Femmes* como um dos movimentos responsáveis pela construção do discurso de valorização das mulheres a partir do final do século XIV. Iniciamos o capítulo com a apresentação da escritora Christine de Pizan e o contexto no qual estava inserida, mostrando os motivos que a levaram a posicionar-se em defesa das mulheres na sua *Epístola do Deus do amor* (1399), considerada introdutória da Querelle das mulheres na França. Em seguida, trazemos algumas escritoras e escritores que escreveram em defesa das mulheres neste período, entre elas, Isabel de Villena, Lucrezia de Marinella e Gertrudes

Maria, mostrando suas contribuições na luta contra a misoginia. Ao final do capítulo, trazemos algumas figuras femininas que atuaram no desenvolvimento cultural da Península Ibérica, seja como escritoras, tradutoras, mecenas ou mesmo como incentivadoras da educação. Assim, buscamos destacar o papel intelectual e as contribuições que estas mulheres exerceram neste período.

O segundo capítulo, intitulado *Os espelhos de príncipe no contexto Ibérico dos séculos XV e XVI* apresentamos o gênero *Speculum Principum* ou *Espelhos de príncipe* destacando suas principais características, sua introdução como gênero literário na antiguidade clássica, e desenvolvimento na Idade Média. Em seguida, no tópico dois trazemos os *exempla*, gênero literário amplamente utilizado na composição dos tratados de educação destinado às mulheres. Discutimos como alguns exemplos negativos das mulheres são conhecidos ainda hoje, enquanto outros, ficaram esquecidos pela história, demonstrando justamente os interesses misóginos que os autores homens revelavam em seus textos. No tópico três discutimos a obra de três autores que escreveram para as mulheres em Portugal, são eles Francisco Monzón com seu *Livro Primeiro del Espejo de la Princesa Christiana*, João de Barros com *Espelho de Casados* e Rui Gonçalves *Dos privilégios e prerrogativas que o gênero feminino tem por direito comum e ordenações do reino mais que o gênero masculino*.

O terceiro capítulo dedica-se à análise de o *Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas* (1405) de Christine de Pizan a partir de uma análise comparativa com outros tratados de educação escrito para mulheres. A introdução do capítulo tem início com a apresentação do *Livro das Tres Vertudes* através dos seus três livros, seus temas e principais ensinamentos. Neste capítulo discutimos sobre as aproximações e distanciamentos do texto de Pizan com outros espelhos de princesas escritos para as mulheres. Para isso, utilizamos como categoria de análise os ensinamentos, o tratamento e a classificação dada às mulheres no *Livro das Tres Vertus*. Em seguida, discutimos o estatuto social que dividiu as mulheres em donzelas/solteiras, casadas e viúvas nos textos dos autores homens, e a proposta alternativa de Pizan para o seu tratado de educação. Fundamentamos nossa análise nos trabalhos de Crispim (2002), Deplagne (2006), Fernandes (1995), Leite (2008), Correia (2013), acrescido de outras leituras sobre a educação das mulheres no período medieval.

## CAPÍTULO 1 – A IMPORTÂNCIA DA QUERELLE DES FEMMES PARA O PROTAGONISMO FEMININO

Em sua introdução de *A história das mulheres no ocidente: a Idade Média*, Christiane Klapisch-Zuber (1990, p.11) discute sobre os privilégios que alguns grupos tiveram na escrita da história e como essas relações de poder se inscreveram na literatura, assim defende:

Parece mais urgente deslocar o olhar, suscitar um outro esforço de leitura dos factos históricos, uma leitura que apele a ideia ainda nova de que a diferença dos sexos e as relações que eles mantêm intervêm no jogo social, de que eles são criação e efeito ao mesmo tempo que motor.

Situando esse posicionamento no que diz respeito ao acesso das mulheres à educação, percebemos que enquanto o sexo masculino sempre teve acesso a todos os direitos sem precisar de lutas ou reivindicações, as mulheres estão sempre no processo de conquista por direitos. Para entendermos a participação das mulheres na escrita da história é de extrema importância reescrever essa História formada em sua base por apagamentos, lacunas e silêncios sobre o feminino.

Na atualidade, a partir do desenvolvimento de pesquisas nas áreas de História e ciências humanas há praticamente um consenso de que as mulheres tenham se expressado sob várias formas, documentos históricos vêm dando pistas das suas inúmeras contribuições como protagonistas, sujeitos de sua própria história, desde períodos muito remotos. Comprovamos essa atuação feminina em diferentes áreas, na medicina com o Tratado de medicina de Trotula de Salerno, em movimentos religiosos como os das Beguinhas, que se espalharam por diferentes cidades da Europa, em lutas políticas pelos dos direitos das mulheres como a de Mary Wollstonecraft com sua publicação em 1792 de *Reivindicação dos direitos da mulher*, na época da Revolução Francesa começam a se formar os primeiros Clubes de mulheres com a participação de mulheres ilustres como Olympe de Gouges, também responsável pela publicação do *Direito da Mulher e da Cidadã* (1791). O que comprova que esse silêncio das mulheres na memória coletiva foi erro do registro oficial.

A inclusão de textos de autoria feminina nos espaços acadêmicos, a partir dos estudos da História das Mulheres tem contribuído para tentar entendermos a História em sua totalidade, principalmente em contextos de predomínio do ponto de vista masculino. Assim, defendemos que se estas mulheres escreveram temos o direito de lê-las e estudá-las, saber o que pensavam e inseri-las em lugares que são seus por direito.

Os estudos feministas e de gênero têm trabalhado no sentido de deslocar o olhar para as diferenças entre homens e mulheres, ao defendê-las como sendo de ordem social e cultural,



negando todo o peso determinado pela natureza. Assim, confronta os discursos tradicionais da religião, filosofia, medicina, ciência, comprovando que essas verdades foram uma forma de mostrar a superioridade de um grupo em sobreposição a outros.

Incomodados com as críticas feitas à escrita literária oficial, seus autores utilizam como argumento para a composição do cânone literário o critério da universalidade, pouco explicável ainda hoje.

Neste capítulo destinado a discutir sobre A querelle des femmes e o protagonismo *das mulheres na promoção cultural da sociedade ibérica do século XV e XVI*, não poderíamos deixar de apresentar a importância e as contribuições de Christine de Pizan para o movimento das mulheres, assim buscaremos apresentar como seus posicionamentos críticos influenciaram um novo discurso em torno da representação feminina. O primeiro tópico deste capítulo será destinado, portanto, à apresentação da autora do nosso objeto de estudo, Christine de Pizan, como iniciadora do movimento intitulado Querelle des femmes, ao longo do capítulo também apresentaremos os escritos de algumas representantes da Querelle em diferentes países, entre elas, Isabel de Villena na Espanha, com sua *Vita Christi*, Lucrezia de Marinella na Itália, com *A nobreza e excelência das mulheres e os defeitos e vícios dos homens*, Gertrudes Margarida de Jesus em Portugal, com suas *Primeira Carta Apologetica, em favor e defesa das mulheres* (1761) e *Segunda Carta Apologetica, em favor e defesa das mulheres*.

### **1.1 Christine de Pizan, a principal protagonista da Querelle des femmes**

Inserida em um momento histórico de invisibilidade para as mulheres, Christine de Pizan é conhecida como a primeira mulher no ocidente a exercer a escrita como profissão. Nasceu na Itália em 1363, tendo ido morar na França aos quatro anos de idade, graças ao convite do rei Carlos V para que seu pai, Thomas de Pizan, atuasse na corte como médico e astrólogo.

De acordo com Cruces (2015), Thomas de Pizan ensinou astronomia e astrologia na Universidade de Bolonha entre os anos de 1342 e 1356, ao que se consta nos arquivos da cidade. Foi um homem culto que valorizava a educação, dando a Pizan o incentivo necessário para a sua uma formação intelectual. É referenciado como principal responsável por conduzi-la no seu percurso de aprendizagem, inclusive essa importância aparece na sua obra, como podemos perceber em *A Cidade das Damas* (1405), “Teu pai, que foi um grande astrônomo e filósofo, não pensava, claro, que as mulheres fossem menos capazes de aprender o saber científico. Ele se alegrava, ao contrário, sabes bem, em ver teu dom para as letras” (PIZAN,

2012, p.209). Essa é uma das falas das Damas alegóricas sobre o incentivo do pai de Pizan no caminho por ela percorrido.

Esse livro é um dos mais conhecidos da autora, tendo inclusive ganhado uma tradução para o português no ano de 2006, como resultado da tese de doutorado da professora Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne, intitulada *A Cidade das Damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan*.

A partir dos seus dados biográficos, percebemos que Pizan viveu em ambientes intelectuais, cercada por homens cultos desde a infância. E apesar de não pertencer à nobreza, frequentou a corte, os salões, as bibliotecas reais, usufruiu de prestígio na França entre os nobres pelo cargo assumido por seu pai naquele contexto. O gosto pelo estudo e as constantes referências a autores clássicos fizeram parte da sua vida pessoal. As regras e convenções da época, o conhecimento sobre política, o cotidiano das mulheres nobres e do povo, a misoginia e as dificuldades vivenciadas pelas mulheres fizeram parte do seu cotidiano e compõem sua obra, da educação materna fizeram parte as virtudes e ensinamentos cristãos, as leituras da Bíblia, a vida dos santos e a educação doméstica.

Além disso, vivenciou importantes momentos históricos na França, presenciou a ascensão e queda de reis, as guerras, a peste, o florescer do Renascimento, o surgimento de figuras femininas emblemáticas como Joana d'Arc que foi homenageada em sua última obra, *Le Ditié de Jeanne D' Arc*<sup>1</sup>. Todo esse arcabouço político, histórico, religioso e social compõe sua obra e poucos autores conseguiram de maneira tão magistral traduzir essa riqueza de experiências para suas obras.

Christine casou-se aos quinze anos e teve três filhos, ficou viúva muito jovem e com a responsabilidade de sustentar além dos filhos, sua mãe, também viúva e uma sobrinha. Seu marido Étienne du Castel era um homem culto, desempenhava o papel de secretário real. De acordo com seus escritos, foi muito feliz no casamento, que foi tema dos seus primeiros trabalhos como escritora. Depois desta perda não se casou novamente, tendo dedicado toda a vida ao seu trabalho.

Apesar de ter contribuído com a formação intelectual de Pizan, seu marido pouco a instruiu sobre as questões financeiras e a administração dos bens, algo comum entre as classes mais abastardas. “Un tema que tuvo transcendencia posterior fue que tanto Étienne como

---

<sup>1</sup> Esta obra foi traduzida para o português na dissertação de mestrado, *Traduzindo Le Ditié de Jeanne D' arc de Christine de Pizan: uma ponte para o resgate de obras de autoria feminina na Baixa Idade Média* (2016), de Nathalya Bezerra Ribeiro.

Thomas sabios y filósofos no se preocuparon de forma suficiente de los aspectos materiales de la vida cotidiana y no fueron en ningún modo previsores<sup>2</sup> [...]”(CRUCES, 2015, p.76).

Segundo Cruces em seu texto *L’advision*, Pizan conta que após o falecimento do marido ficou “completamente desamparada”. Ao que se sabe Étienne morreu em 1390, em Beauvais, quando estava em uma missão real foi vítima de uma epidemia de peste morrendo em poucos dias.

Numa época dominada pelos códigos masculinos, a autora Christine de Pizan escreveu assiduamente, tendo composto nos mais diferentes gêneros literários. Sua introdução como escritora deu-se através da poesia, gênero literário muito comum às mulheres na época. Esse momento faz parte de sua primeira fase como profissional das letras e também como um dos momentos mais difíceis da sua vida com a morte do marido. Esses textos dizem justamente sobre seus sentimentos amorosos e o luto pelo companheiro que amava. Além dos textos poéticos, Pizan escreveu tratados de educação e política, textos biográficos e autobiográficos, composições que constituem a literatura medieval.

Em algumas de suas principais obras as mulheres aparecem como tema central, questionando-se sua condição e a denúncia do pensamento misógino tão defendido na época por seus autores. Como intelectual, a autora era conhecedora dos mais diferentes assuntos, leitora dos clássicos gregos e latinos e também de filosofia e mitologia, inclusive utilizou esse conhecimento nas suas obras, como veremos na análise da obra, *O Livro das Tres Vertudes*, objeto desta dissertação.

Em um contexto histórico de forte misoginia medieval surge, no último ano do século XIV, na França, a *Querelle des Femmes*, primeiro movimento protofeminista a questionar a condição das mulheres nos textos canônicos. A abertura para esse debate político literário tem início com a autora Christine de Pizan a partir da publicação de sua *Epístola do Deus do amor* (1399), texto poético composto por 827 versos, no qual busca travar um debate com os autores misóginos na construção de um discurso em defesa das mulheres.

Uma das principais influências da Querelle das mulheres foi o despertar da escrita de textos que buscavam contestar e desautorizar os livros canônicos que caluniavam as mulheres. Pizan é assim a responsável por intervir nessa realidade de degradação da imagem feminina de maneira ativa ganhando importantes adeptos. O objetivo da autora nesta obra é defender as

---

<sup>2</sup> Um tema que teve transcendência posterior foi que tanto Étienne como Thomas sábios e filósofos não se preocuparam de forma suficiente dos aspectos materiais da vida cotidiana e não foram em nenhum modo previsores.

mulheres das calúnias e difamações propagadas pelos escritores misóginos da Antiguidade à Idade Média.

De acordo com Brochado (2001), a partir do século XII, as mulheres passam a usufruir de alguma participação na vida social, ganhando muitas vezes o espaço público através do exercício profissional, da vida religiosa e também da atividade intelectual. Assim, “o mal-estar gerado por este processo aguça o conflito entre os sexos, cuja maior expressão será a Querelle des Femmes” (BROCHADO, 2001, p.31). Buscando impedir esse avanço das mulheres na vida social, muitos são os autores que escrevem exaltando a sua incapacidade intelectual e inclinação aos vícios.

Podemos dizer que até o final do século XIII as mulheres possuíam uma certa abertura naquela sociedade, porém percebendo esse avanço os autores endurecem seu discurso de incapacidade e inferiorização das mulheres amparados numa moral cristã autorizada pelas escrituras sagradas. O controle do feminino, passa então, a ser tema dos textos canônicos e de uma vastíssima literatura didática, composta por diversos tratados, espelhos e manuais, o que nos mostra que as mulheres estavam conquistando novos espaços, apresentando-se como um perigo para o domínio dos homens.

A ameaça da introdução das mulheres em espaços, antes ocupados apenas por homens como a medicina, a religião, o governo, fez que através de normas como as criadas nas universidades as portas estivessem fechadas para elas impossibilitando seu exercício profissional. Para Brochado (2013) as interferências de ordem externa acabaram provocando mudanças de comportamento entre as mulheres, assim sob o perigo do desvio dos costumes os autores interferiram com mais veemência neste sentido.

De acordo com Brochado Apud Ferrant (1985, p.101),

A ênfase na noção de superioridade masculina, que passa a ser predominante a partir do século XIII, teria sido legitimada pelas Universidades, principalmente pela Universidade de Paris, posteriormente copiada pelas demais, com a leitura sistemática dos textos de Aristóteles, principalmente os escritos relacionados à sua teoria sobre as relações entre os sexos que enfatizam a inferioridade da natureza feminina.

As discussões de Pizan sobre as mulheres têm início após a publicação da segunda parte da obra *Le Roman de la Rose* de Jean de Meun, texto escrito no século XIII, composto por 17724 versos, amplamente divulgado e lido na Idade Média, tendo inclusive mais de 300 manuscritos. Em sua obra Meun retoma o pensamento de autores antigos como Aristóteles,

Ovídio, formulando teses de desvalorização das mulheres. A natureza para o vício é o principal argumento de difamação, perpetuando uma tradição de inferiorização do feminino.

Deplagne (2015, p.92) define a *Querelle de Femmes* como “[...] uma prática política em forma de debate literário que colocou em cena questionamentos a respeito das relações de gênero e da representação feminina nas obras literárias”. A partir desse debate, o abismo que antes separava as mulheres dos homens, deixa de ser defendido como sendo de ordem natural. Pizan (2012, p.115) ao defender que “[...] se fosse um hábito mandar as meninas à escola e de ensiná-las, como o fazem com os meninos, elas aprenderiam e compreenderiam as sutilezas de todas as artes e de todas as ciências tão perfeitamente quanto eles”. Questiona que exista uma natureza feminina que as torne inferior, pois foram a sociedade e a cultura as verdadeiras responsáveis por deixarem as mulheres às margens dos centros intelectuais as privando do acesso ao ensino formal, de novas experiências através de viagens, de entender política ao negar-lhes o direito à palavra em espaços públicos, impedindo-as de governarem sob o disfarce de não serem capazes de se auto governarem, sendo portanto, obrigadas à tutela dos homens.

A autora inaugura, assim, um dos principais debates no seio dos estudos de gênero: a consciência do caráter sócio-cultural na construção das identidades de gênero. Concepção que nega a perspectiva naturalista, predominante na época, cuja distinção dos papéis sociais do feminino e do masculino baseava-se em posições hierárquicas das relações entre os sexos (DEPLAGNE, 2015, p.94).

Pizan pode ser considerada como responsável por introduzir as questões de gênero no período medieval ao argumentar que as diferenças entre homens e mulheres não são de ordem biológica, natural, mas sim social. Defende assim que a distância intelectual que um dia os separou, reside justamente na negação do acesso à educação de forma igualitária entre os homens e as mulheres.

Até esse momento, nenhum discurso feminino tinha se levantado contra as autoridades literárias que tanto denegriam a imagem das mulheres. Esse debate ganhou as universidades e espalhou-se por vários países influenciando, inclusive, o surgimento de obras em defesa das mulheres ao longo do século XV. De acordo com Deplagne, essa *Querelle* compôs-se de uma série de cartas trocadas entre Pizan e seus principais opositores Jean de Montreuil, Pierre Col e Gontier Col. No entanto, o que poucos esperavam é que a autora ganhasse o apoio de importantes intelectuais a exemplo de Jean Gerson, chanceler da Universidade de Paris.

Em 1401, na busca por apoio junto à nobreza francesa Pizan reúne as epístolas que compuseram a discussão político-literária da *Querelle* e as dedica à rainha Isabel de Bavière e Guillaume de Tignoville. O papel ativo de Christine de Pizan nesse debate nos impressiona,

pois além de ser a responsável por introduzir as discussões é também ela que as encerra, não por completo, mas sob um disfarce. “Não me calarei por medo de ser caluniada pelas minhas opiniões; mesmo se me falta inteligência e um bom estilo, desejo simplesmente voltar-me para algum assunto que me agrade mais” (PIZAN apud DEPLAGNE, 2008, p.147). Esta Querelle tem continuidade a partir da publicação de *A Cidade das Damas* (1405), na qual, através da construção de uma cidade imaginária, busca construir um espaço que proteja as mulheres da violência tão propagada pelos homens.

A *Querelle du Roman de la Rose* pode ser considerada como um movimento de reflexão sobre a representação feminina no cânone literário. O ponto inicial dessa discussão é o caráter misógino que perpassa essas obras, fundamentadas quase sempre em uma incapacidade natural às mulheres, são assim frágeis, inclinadas aos vícios, portadoras do pecado e incapazes de desenvolverem-se intelectualmente. A partir desse posicionamento político de Pizan em defesa das mulheres, nos séculos seguintes em vários países surgem representantes desse movimento.

Podemos dizer que, mesmo que algumas mulheres não tenham participado da *Querelle*, como escritoras, atuaram de outra forma a exemplo de Isabel de Bavière, intervindo como mecenas para que importantes livros fossem publicados. Essa participação também pode ser considerada como uma posição política nesse cenário de desvalorização do feminino, revelando os riscos e as responsabilidades que estas mulheres assumiram sendo resistência nessa sociedade.

Para Deplagne (2015, p.92), a querelle “[...] inspira outros debates que durante quatro séculos animarão as discussões entre os literatos e pensadores de cada época”. Na Península Ibérica, várias foram as vozes que se levantaram a favor de um discurso de valorização do feminino. As publicações dos espelhos dirigidas às rainhas e princesas foram responsáveis por resgatar importantes mulheres que atuaram desde a antiguidade clássica como poetisas, santas, rainhas, governantes e mulheres virtuosas. Muitas foram as rainhas que ganharam dedicatória em obras sendo reconhecidas como símbolo de virtude e modelo a ser seguido.

Alguns autores reconhecem como uma injustiça deixar o nome de tantas mulheres virtuosas relegadas ao silêncio, sem serem lembradas pela história. Outros defendem que as mulheres em alguns aspectos são inclusive superiores aos homens.

Embora o período do renascimento tenha contribuído para o desenvolvimento do humanismo com forte valorização para a cultura, dando destaque às letras e artes, não contribuiu para o prosseguimento dos avanços que as mulheres vinham conquistando até o fim do período medieval.

A literatura do final da Idade Média fundamenta-se nos textos de escritores antigos reconhecidos por seu caráter misógino, entre eles, *Os remédios para o amor* e *A arte de amar* de Ovídio, *As lamentações de Mateolo* de Jehan Le Fèvre, *Do segredo das mulheres* de Aristóteles, entre tantos outros. Despertando para a difamação da imagem feminina nessas obras, Pizan através do resgate de mulheres virtuosas constrói em seus textos um debate em busca da restituição da dignidade feminina.

Muitas são as teses, nas quais, fundamenta-se a misoginia desses autores, a principal delas seria a falta de racionalidade das mulheres, a principal responsável por conduzi-las aos vícios. Para combater a voz dessas autoridades masculinas, Pizan busca desautorizar esses autores através de argumentos e exemplos de mulheres virtuosas que os coloquem em contradição. Ao longo dos seus textos, somos assim apresentados a uma série de mulheres reconhecidas por suas atuações sob diferentes perspectivas, sejam como rainhas, guerreiras, santas, escritoras exercendo diferentes papéis ao longo da história.

A *Querelle das mulheres* ganhou vários países e em cada um deles importantes representantes que, assim como Pizan, escreveram e deram vida a um novo olhar sobre o feminino, não mais aquela mulher símbolo de destruição, de vícios, definida unicamente através de uma natureza que explicava sua existência inferior diante da superioridade masculina.

A escrita dessas mulheres revela o papel crítico que exerceram naquela sociedade, são textos que constroem um novo pensamento sobre o feminino na história. Nesses textos as escritoras atuam como sujeitos, ao recontar uma outra história sobre as mulheres, na qual suas personagens exercem papéis ativos são intelectuais, escritoras, representantes da Igreja, santas, rainhas, guerreiras, imagens que desconhecemos nos textos dos autores homens, como veremos no segundo tópico deste capítulo.

## **1.2 Escritoras e escritores protagonistas da Querelle des femmes na Europa Ocidental**

As escritoras representantes da Querelle possuem características semelhantes, posicionando-se contra a misoginia, desautorizando os escritos masculinos, além disso, são leitoras críticas dos clássicos e possuem estratégias argumentativas que permitem uma nova representação das mulheres a partir de suas virtudes.

No período medieval, o espaço privilegiado para a escrita das mulheres eram os ambientes religiosos, compostos em sua maioria por mulheres da nobreza. Nesses lugares de

recolhimento eram permitidos a educação formal, através do domínio da leitura e da escrita, uma vez que suas autoridades acreditavam que esse conhecimento seria protegido atrás dos muros dos conventos. No entanto, muitas dessas mulheres, ultrapassaram essas muralhas.

De acordo com Troch (2013), no século XI até o século XII as mulheres participaram ativamente da vida religiosa atuando muitas vezes em funções atribuídas aos homens. Essas mulheres exerceram importantes papéis nesta sociedade através de sua influência política, autoridade e influencia religiosa, eram também respeitadas atuando como professoras e pregadoras. Podemos dizer que as mulheres contribuíram efetivamente para a educação neste período, as nobres através das suas doações aos conventos, na construção de escolas, as religiosas atuando como professoras permitindo que muitas mulheres tivessem acesso à leitura, a escrita e a tradução.

Como representante da Querelle na Espanha, temos Isabel de Villena, com seu livro *Vita Christi*, texto que narra a história das mulheres que fizeram parte do Evangelho de Jesus, sendo apresentadas sob uma nova perspectiva. De acordo com Brochado (2001), Isabel de Villena foi abadessa de um convento das Clarissas de Valência, tendo vivido na corte de Maria de castelã, esposa de Afonso V de Aragão.

Da mesma forma que a *Epístola do Deus do amor* de Christine de Pizan, *Vita Christi* também foi uma resposta contra os ataques às mulheres. Após a publicação do *Llibre de les Dones, o Spill (Livro das mulheres, ou Espelho)*, de Jaume Roig e inconformada com suas agressões contra as mulheres Isabel de Villena escreve em sua defesa contrariando o discurso masculino tão propagado na época. Assim para cada personagem bíblica mulher, Villena reconta uma outra história sobre suas atuações. Apesar de seu livro trazer como título a vida de cristo, quem assume o papel de destaque são as mulheres, de maneira especial a virgem Maria.

A apresentação de Maria é marcada pela importância que exerceu na vida de Jesus, tendo inclusive, após sua morte, assumido a função de ensinar o Evangelho aos seus apóstolos, negando assim, a tese defendida pelos doutores da Igreja de que sua atuação tenha ficado restrita à vida contemplativa. Para Brochado (2014, p.377), *Vita Christi* introduz um importante debate em torno da predisposição das mulheres para as funções domésticas em detrimento das funções intelectuais. “Ela explica – através do sermão de Jesus a Marta – que essa divisão não ocorre necessariamente entre homens e mulheres e sim entre seres humanos mais predispostos aos trabalhos físicos e outros mais aos intelectuais”.



Assim ressalta que os dois trabalhos (doméstico e o intelectual) são valorizados como importantes por Jesus, cada um à sua maneira, sendo essa desvalorização do trabalho doméstico uma construção da literatura misógina.

Para Brochado a incompatibilidade entre a beleza e a sabedoria não existe em *Vita Christi*, e como prova utiliza-se da passagem bíblica em que Jesus elogia em Judite tanto a beleza quanto a inteligência, comprovando que elas coexistem nas mulheres.

Na Itália, uma das importantes publicações sobre a *Querelle* foi *A nobreza e excelência das mulheres e os defeitos e vícios dos homens* de Lucrezia de Marinella (1571-1653), publicada pela primeira vez em 1549. Este texto configura-se como uma resposta à polêmica publicação de *Os Defeitos das Mulheres* (1599), de Giuseppe de Passi, que tem como tema central a inferiorização das mulheres a partir de autores canônicos. Este tratado retoma as afirmações sobre a natureza débil das mulheres defendida pelos autores clássicos na antiguidade.

Para Antunes (2017, p.296), *Os Defeitos das Mulheres* não é considerado um dos mais originais dessa época, uma vez que apresenta-se como uma repetição de vários outros textos, porém “[...] é um dos mais violentos e radicais ataques à mulher realizado na época, pela sua seriedade e apoio sólido em autores consagrados”. O tratado de Passi alcançou grande popularidade na Itália, tendo inclusive o Papa Leão XI intervindo para a destruição do texto, considerado imoral e prejudicial às mulheres. No entanto, algumas de suas cópias foram salvas mantendo a fama desse texto. Assim buscando defender a honra das mulheres Marinella escreve em tom de defesa.

Lucrezia Marinella foi uma poeta italiana que atuou na busca dos direitos das mulheres no seu país. Assim como Pizan, também teve o incentivo do pai em seus estudos, filha do conceituado médico Giovanni Marinella, que entendia as mulheres com as mesmas capacidades intelectuais que os homens, proporcionando à sua filha uma educação privilegiada. Escreveu, inclusive, dois livros para as suas destinatárias nos quais falava sobre questões matrimoniais e de procriação. A autora lutou pelos direitos das mulheres e inclusive as defendia como superiores aos homens nos seus textos. Sua obra é composta por uma variedade de gêneros ao todo dez textos, entres eles poesia, comentários filosóficos e religiosos. Para Antunes (2017, p.298), “O que define a originalidade do texto de Marinella em relação a outros textos que defendiam a mulher é a postura intelectual e a argumentação usada, que não se limita a repetir textos anteriores, mas que se apoia diretamente nas fontes (a que Marinella tinha acesso em casa do pai) e na reflexão crítica sobre os textos”.

Ao se posicionar de forma crítica sobre o que Passi e outros autores escreveram sobre as mulheres, Marinella contribui para a reescrita da História das Mulheres recontando a existência feminina sobre outro modo. Para a autora, os homens falavam com tanta propriedade dos vícios e defeitos atribuindo-os às mulheres quando na verdade eram eles mesmos quem os possuíam. Assim, contrariando as teses de filósofos como Aristóteles que explicava a superioridade masculina a partir de critérios como a temperatura do corpo. Marinella argumenta que, sendo a mulher mais temperada é superior moral e intelectualmente aos homens, o que também reflete na sua beleza física, já os homens por terem uma temperatura mais alta apresentavam maiores dificuldades de se regular moralmente. Assim, Marinella “não só questiona e critica o raciocínio de autores como Aristóteles, como também os usa contra si próprios, demonstrando através da base da sua teoria exatamente o contrário do que os autores afirmaram” (ANTUNES, 2017, p.299).

A partir da refutação das teses masculinas nos textos dessas escritoras comprovamos como os argumentos utilizados pelos autores homens eram frágeis, sob várias características de ordem biológica os homens argumentaram a favor de uma superioridade masculina que nunca existiu. Entre estes argumentos estão o fato de serem superiores por causa da sua força física comparada à fragilidade das mulheres. Para isso, Marinella defende que se assim o fosse uma camponesa poderia ser superior a um homem letrado, visto que a camponesa se utiliza de uma força física impensável para o homem letrado.

Essas autoras apontam os defeitos dos homens. Demonstam que nem sempre são tomados pela razão, algo de que as mulheres são desprovidas. Mesmo não tendo acesso à mesma educação que os homens, as mulheres se destacam em inteligência. Atribuir essa série de defeitos às mulheres foi um recurso de enxergar nelas o que eles mais possuíam.

Segundo Antunes (2017, p.305) “o poder é maior quando uma mulher cita outra mulher, porque a citação, a atribuição de autoridade, é já em si exemplo de que o que as mulheres escreveram fica na memória e é, de forma ativa, um repositório de sapiência”. Esse recurso foi muito explorado nos textos de autoria feminina na Idade Média, a todo momento há um resgate de figuras esquecidas, de fontes desconhecidas, de exemplos de virtude, de atuações de mulheres exaltadas por seus escritos em vida, mulheres que contribuíram para a ciência, para a salvação da humanidade, guerreiras que lutaram pelo seu país, e deixar essas mulheres registradas foi um símbolo de resistência na literatura dessas mulheres, pois nos faz lembrar que temos uma história e que pode ser recontada por nós mesmas.

Essas escritoras trazem como semelhanças em seus textos um discurso de valorização do feminino e de ataque aos defeitos e vícios masculinos.

Em Portugal, Influenciada pela obra de Lucrezia Marinella também temos uma representante da Querelle, a escritora Gertrudes Margarida de Jesus, com sua *Primeira Carta Apologetica, em favor e defesa das mulheres* publicada em 1761. A carta de Gertrudes apresenta-se como uma resposta ao folheto escrito pelo Irmão Amador do Desengano, intitulado *Espelho Crítico, no qual claramente se vem alguns defeitos das mulheres*. O texto de Amador dedica-se a enumerar alguns defeitos das mulheres que segundo ele são muitos e incontáveis. Entre estes ganham destaque a ignorância, a inconstância e a formosura das mulheres. Sobre a inconstância das mulheres defende que “são como nuvens sem água, que com qualquer vento andam em perpétuo giro pelos espaços da região aérea”, “nem o vento muda com tanta facilidade a folha de uma planta”.

A beleza é um dos atributos de maior ilusão para os homens, sendo capaz de provocar guerras, destruir reputações e tirar a razão masculina, como exemplos de mulheres formosas traz Helena de Tróia, Cleópatra, Medeia, Omphala e Fedra. Para autorizar seus argumentos utiliza-se de autores antigos como o filósofo Secundo, Sêneca, Diógenes, Aristipo de Sirene, entre outros. Para Amador do Desengano as mulheres são más, mentirosas, falsas, frágeis, corruptíveis, inconstantes e, tê-las por perto, é um castigo para qualquer homem.

Assim desafiada pelas palavras maldosas desse autor, Gertrudes Maria escreve: “eu agora em defesa do meu sexo, quando me vejo insultada, procuro a defesa com as mesmas armas”. E buscando responder aos ataques contra as mulheres, através de argumentos e exemplos desmente que os defeitos apregoados por Amador do Desengano realmente sejam próprios das mulheres. Sobre a ignorância, Gertrudes explica que, mesmo a maioria das mulheres não tendo acesso às universidades, mesmo assim, destacaram-se como intelectuais, como exemplos temos: Margarida de Navarra, Almalthea, Margarida de França, Isabel Sofia Cheron, entre tantas outras. Comprovando com exemplos da própria história que as mulheres não são ignorantes, enquanto os homens mesmo tendo livre acesso às universidades poucos foram os que se destacaram.

Na *Primeira Carta Apologetica*, Gertrudes busca não apenas defender as mulheres, mas também provar através de exemplos que os defeitos dirigidos às mulheres fazem parte na verdade é das características dos homens. Assim confronta Amador do Desengano sobre como é ignorante quando o assunto são as reais qualidades das mulheres. Em tom provocativo, fazendo pouco caso do prestígio dos autores utilizados por Amador do Desengano, inclusive duvida dessa suposta autoridade masculina ao escrever: “Eu lhe torno a afirmar, amado Irmão, que nunca os louvores dos homens me vangloriaram, como também nunca impropérios desses, a quem V. C. chama grandes homens, grandes sábios, e grandes

filósofos” (JESUS, 2009, p.82). Assim, mostrando-se conhecedora dos textos antigos destaca que na maioria das vezes tratam apenas de futilidades. E afirma que não há motivo algum para se sentir ofendida com o que estes homens escreveram sobre as mulheres, uma vez que não devem ser levados a sério, tendo perdido tempo escrevendo louvores a coisas que não merecem importância como Polícrates que falou dos ratos, Luiz Wilichio dos gafanhotos, Phánias da urtiga, Crisipo da couve, entre outras bizarrices.

A razão, tão referenciada como atributo dos homens perde esse sentido no texto de Gertrudes ao revelar que “é certo que os homens nem sempre falam apoiados na razão”, sendo muitas vezes guiados por paixões.

Podemos dizer que a organização social da Idade Média está fundamentada na autoridade religiosa dominada pela Igreja. A mulher é assim definida a partir da relação de inferiorização e subalternidade aos homens. Esse padrão de feminilidade atribuído às mulheres foi amparado pelas teses defendidas por filósofos como Aristóteles que via a explicação para a inferiorização das mulheres na natureza. As características e definições das mulheres eram explicadas a partir de uma natureza da qual elas não poderiam fugir, suas vidas estavam, portanto, determinadas por essas limitações de ordem natural

Historicamente, a imagem da mulher foi construída a partir de símbolos odiados ou devotados pelos homens, inicialmente é definida através de Eva, a pecadora e causa de destruição da humanidade. Em seguida, surge a figura de perfeição e devoção, portanto inatingível representada na figura da virgem Maria. As mulheres são assim reduzidas a essa polaridade esquecendo-se toda uma existência fora dessas duas imagens.

É importante pensar que a *Querelle des Femmes* pode ser considerada a principal responsável pelo novo discurso assumido nos espelhos de príncipe em defesa e valorização do feminino. Até pouco tempo, antes desse movimento, esses espelhos eram influenciados pela filosofia aristotélica, principalmente no século XIII com as traduções e estudos realizados pelos árabes. Podemos dizer que Christine de Pizan exerceu um importante papel na construção de um discurso de valorização e exaltação da imagem das mulheres. A partir desses escritos, foram divulgados os nomes de mulheres importantes da antiguidade clássica, da Bíblia e também das rainhas e princesas contemporâneas a esses autores.

Como nos apresenta Carla Casagrande (1990, p.99):

É difícil definir com precisão o que fariam as mulheres daquele período que pudesse ser considerado tão estranho e tão diferente das suas companheiras de outro tempo para provocar tanta atenção da parte daqueles que se consideravam os depositários dos valores morais de toda uma sociedade.

As vozes desses autores multiplicaram-se consideravelmente a partir do século XIII, simbolizando os novos espaços ocupados pelas mulheres. A cada texto, percebemos uma repetição cansativa de palavras que demonstram uma inferiorização do feminino.

Concordamos com Brochado quando afirma que as mulheres medievais, não apenas escreveram, mas expressaram-se criticamente através da escrita como podemos comprovar através de textos como *A Cidade das Damas* (1405) de Christine de Pizan, *Vita Christi* de Isabel de Villena, *A nobreza e excelência das mulheres e os defeitos e vícios dos homens* (1549) de Lucrezia Marinella, a *Primeira carta apologética, em favor e defesa das mulheres* (1761), de Gertrudes Margarida de Jesus, entre tantas outras. Muitas dessas mulheres conquistaram enorme prestígio no seu tempo, tendo mais tarde ficado esquecidas pela história, mas redescobertas na atualidade a partir da História das Mulheres e dos estudos feministas e de gênero. Assim, podemos dizer que esse silenciamento feminino foi culpa não de uma inexistência de escritos de mulheres, mas de uma história recortada por lacunas e silêncios que privilegiaram o masculino, autorizado como superior, beneficiado pelos principais campos do saber como a religião e a filosofia.

Por volta da segunda metade do século XV, cresceu o interesse também dos autores castelhanos em escrever textos que exaltassem uma memória positiva das mulheres, neste contexto, muitos foram os tratados pedagógicos que se ergueram em favor das mulheres, procurando através das imagens das santas, figuras da Bíblia ou mulheres da antiguidade clássica exaltar suas virtudes.

Esse posicionamento favorável às mulheres aparece como reflexo da *Querelle des Femmes*, que segundo Fernandes (1995, p.102), “foi, essencialmente, um debate Frances desencadeado pela questão do Roman de la Rose. Mas os ecos dessa polémica rapidamente atingiram outras regiões, em especial as que já tinham alguma tradição de discussão de idênticos problemas”.

Na Espanha, a reforma moral conduzida pela rainha Isabel de Castela promoveu uma grande preocupação dos escritores castelhanos com a educação das mulheres. É também neste cenário inédito que uma mulher exercerá o governo de um reino, assim surgem as discussões em torno das possibilidades das rainhas governarem e de textos que as instruísem nessa missão. De acordo com Terreiro (1972, p.204), no século XVI, surge uma corrente de dignificação e elevação da mulher. E alguns autores como Erasmo e Vives inserem-se nessas publicações. “[...] e que despertou em todas as cortes da Europa um movimento benéfico, tendente a converter a vã galanteria medieval em erudição frutífera e dignificante para o sexo feminino”.

Esses textos tinham como objetivo defender a capacidade intelectual das mulheres desconstruindo o pensamento das correntes misóginas tão propagadas ao longo da Idade Média. Alguns desses autores também buscavam resgatar o nome de ilustres figuras femininas esquecidas pela história, entre esses autores estavam Álvaro de Luna que defendia como injusto deixar se apagar o nome de inúmeras mulheres virtuosas existentes desde a antiguidade clássica.

Embora a obra de Boccaccio *De Claris Mulieribus* seja referenciada como o primeiro texto a trazer esse compêndio de mulheres importantes. Plutarco já inaugurava essa ruptura através do seu livro *As Virtudes das Mulheres*.

De acordo com Quevedo (2005), todas as figuras femininas que ilustram o tratado de Diego Valera se apoiam em mulheres que se caracterizam pela castidade, lealdade e honestidade. Assim, o autor resgata *En defensa de virtuosas mujeres* o nome de cerca de trinta e seis mulheres célebres reconhecidas pelas virtudes por ele exaltadas, entre essas mulheres, estão inclusive as musas. Para Quevedo (2005, p.5), as musas não deixaram de preocupar os poetas cristãos durante muitos séculos. “Porém este conjunto de tratados teve suas claras limitações. Ao estabelecer um registro da atividade feminina do passado o retirou de seu contexto histórico, e como se escreveram com fins específicos para um público, foi limitado a condição que exerceram<sup>3</sup>”.

Entre os textos produzidos no século XV em defesa das mulheres, estão o *Triunfo de las donas* (1440), de Juan Rodriguez del Padrón dedicado à Rainha D. Maria, *En defensa de virtuosas mujeres* (1445), de Diego de Valera também dedicado à D. Maria e o *Libro de las claras e virtuosas mugeres* (1446), de Álvaro de Luna. Esses autores buscaram tirar as mulheres do esquecimento da história e também devolver sua dignidade. Para escrever em defesa das mulheres, porém tiveram embates tanto com autores antigos, quanto com muitos de seus contemporâneos. Segundo Mércuri (2016, p.21):

Tal interesse em defesa e louvor da honra da memória das mulheres não parece ter se restringido ao espaço castelhano-leonês, uma vez que podem ser recordados muitos debates travados na França do século XV, após a publicação do *Roman de la Rose*, texto que fomentou algumas disputas e vários desdobramentos desse tema, aquém e além dos limites do reino francês.

---

<sup>3</sup> Pero este conjunto de tratados tuvo sus claras limitaciones. Al establecer un registro de la actividad femenina del pasado lo arrancó de su contexto histórico, y como se escribieron con fines específicos para un público fue exigua la transcendencia que ejercieron.

No século XVI, no entanto a literatura pedagógica destinada ao público feminino ganha outro sentido o interesse central dos seus ensinamentos passam a ser o casamento.

No prefácio do *Libro de las claras e virtuosas mugeres* (1446), Álvaro de Luna (1390-1453) inicia seu texto apresentando que dentre seus deveres no ofício da cavalaria e as responsabilidades com o regimento da coisa pública, existiam outras coisas que ele desejava fazer, dentre estas, o desejo de escrever uma obra que exaltasse as virtudes femininas através de exemplos de mulheres dignas de serem lembradas. Segundo Álvaro de Luna (1908, p.20), “muitas obras e exemplos de mulheres foram calados e enterrados no escuro tenebroso”. Seu texto dedica-se à consideração com as mulheres claras e virtuosas sejam elas santas, imperadoras, rainhas, duquesas ou condessas. Este texto é dividido em três livros, o primeiro livro fala das virtudes de algumas mulheres santas da Bíblia, destacando como principal santa Maria, mãe de Jesus. No segundo, dedica-se às mulheres romanas, do povo e dos gentios. Entre elas Lucrécia (citada por Tito), Semprônia, Antônia, entre outras. E no terceiro livro trata das mulheres virtuosas, santas e donzelas do povo cristão.

Uma das justificativas para a composição dessa obra é o silenciamento dos feitos das mulheres nas obras escritas pelo masculino. Em *O Libro de las claras e virtuosas mugeres* primeiro Álvaro de Luna busca demonstrar as opiniões negativas sobre as mulheres para depois provar que essas ideias estão erradas, pois não existe uma natureza viciosa nelas. “[...] os vícios não chegam às mulheres por natureza, mas por hábito; aos quais as mulheres não têm mais inclinação que os homens<sup>4</sup>” (LUNA, 1908, p.21). Assim, defende que se essa hipótese fosse verdadeira não existiria nenhuma mulher digna de virtude e essa teoria não é verdadeira sendo comprovada através de várias mulheres dignas de louvor.

No texto de Álvaro de Luna, algumas críticas são feitas às obras que silenciaram uma linhagem de mulheres virtuosas relegando-as ao esquecimento, afirma que essas mulheres ficaram “caladas e enterradas às escuras” nos textos de muitos autores. Para este autor, os feitos das mulheres não poderiam ficar no esquecimento, assim escreve essa obra. No proêmio, o autor apresenta-se como “muy noble e muy virtuoso e magnifico senhor condestable”. A versão a qual tivemos acesso trata-se da reprodução do manuscrito conservado na Biblioteca de Salamanca.

Percebemos que além de criticar o pensamento misógino dos seus contemporâneos, também se posiciona em defesa das mulheres ao defender que os vícios não seriam algo

---

<sup>4</sup> los vicios non vienen a las mugeres por naturaliza, mas por costumbre; à los quales vicios non han mas inclinación las mugeres que los ombres.

próprio da natureza das mulheres, mas fruto dos costumes. Assim, tanto as mulheres quanto os homens estariam igualmente expostos às práticas viciosas. Desconstrói, assim, a tese de que os vícios seriam uma herança biológica das mulheres, transferindo essa responsabilidade à educação e à cultura. De acordo com Mércuri (2016, p.22):

Assim como Christine de Pizan havia proclamado defender a honra das mulheres virtuosas, por meio da escrita de suas histórias, alguns nobres castelhanos procuraram, por intermédio de seus poemas e tratados, apresentar tanto uma suma das respostas aos vilipêndios dirigidos a elas, como um conjunto de prescrições que deveriam compor as práticas dos homens em relação às mulheres, práticas dentre as quais se incluía a de fazê-las memoráveis e desatadas das aviltações.

É importante pensar que esses Tratados Pedagógicos buscavam não apenas ensinar às mulheres o caminho para serem virtuosas, mas muitas vezes esses espelhos foram feitos para exaltar figuras femininas importantes, muitas eram consideradas verdadeiros espelhos a serem seguidos. Assim, esses textos buscavam não apenas ser espelho para as mulheres, mas também fazer delas espelhos para aquela sociedade.

### **1.3 O Papel das Mulheres na Construção Cultural Ibérica dos Séculos XV e XVI**

Várias mulheres nobres deram a sua contribuição para a educação e cultura de Portugal e Espanha entre os séculos XV e XVI. Em Portugal são referenciadas as rainhas Filipa de Lancaster (1360-1415), Isabel de Borgonha (1397-1471), Isabel de Portugal (1447-1455), D. Leonor de Portugal, a Infanta D. Maria (1521-1577), entre estas destacaram-se também algumas mulheres de descendência nobre como D. Leonor de Noronha. Estas mulheres além de incentivarem as traduções dos clássicos e espelhos de príncipe, atuaram como mecenas permitindo que muitos autores tivessem seus textos publicados.

Na Espanha entre os nomes mais conhecidos estão os da rainha Isabel de Castilha, e entre as nobres se destacaram Mencía de Mendoza (1508-1544), conhecida como marquesa de Conete, mulher de grande erudição que segundo Baranda (2005) além de colecionista atuava como Mecenas. Também conhecidas foram María de Mendoza, Luisa de la Cerda e Catalina de Mendoza (1542-1602).

A educação a que muitas mulheres tiveram acesso no período medieval era de natureza prática restringindo-se às funções domésticas e familiares, a leitura da Bíblia, a educação dos filhos e aos comportamentos morais. O objetivo dos seus autores não era a formação intelectual ou profissional, portanto era impensável que algumas mulheres conseguissem desenvolver essa habilidade. No entanto, como poderemos perceber através da apresentação



de algumas mulheres ilustres, a educação feminina não ficou restrita a ensinamentos de ordem prática.

Ao contrário do que muitos pensam, essa educação incluía a leitura de textos canônicos sendo comum o domínio das línguas clássicas entre as mulheres. Algumas dessas, inclusive, realizaram importantes trabalhos de tradução, sendo muitas vezes essa educação conduzida por outras mulheres. Assim, é impensável dizer que as mulheres estiveram excluídas dos ambientes intelectuais na Idade Média, sendo algumas dessas figuras ilustres, também incentivadoras do acesso à educação por outras mulheres, como é o caso da Infanta Dona Maria que permitia que suas criadas participassem da vida cultural portuguesa através da sua academia de bellas artes.

Para Medeiros (2013), é impossível entender as mulheres medievais como um grupo homogêneo, uma vez que não possuíam as mesmas condições materiais, as mesmas posições sociais, nem muito menos os mesmos direitos e oportunidades. Assim, seria incorreto dizer que todas ficaram restritas ao espaço doméstico. A Idade Média é um período complexo, cercado por mudanças de várias ordens e as mulheres acompanharam e principalmente participaram destes acontecimentos.

Embora a educação não fosse acessível a todos, as princesas e rainhas tinham uma educação diferenciada, inclusive com o auxílio de seus próprios mestres que, muitas vezes, eram mulheres. Assim, destacando o poder exercido pelas mulheres em Portugal neste contexto, três rainhas da dinastia de Avis atuaram como regentes, Leonor de Aragão, Leonor de Lencastre (1458-1525) e Catarina de Áustria.

No livro *Historia dos estabelecimentos Scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia* (1871), Silvestre Ribeiro, num universo cercado de figuras masculinas, inclui o nome de duas mulheres ilustres na participação da formação dos estabelecimentos intelectuais em Portugal. A primeira, a princesa D. Maria, segundo Ribeiro (1871, p.59) seria “uma falta imperdoavel o não fazer figurar n’esta galeria os mimosos vultos de augustas senhoras [...]”. D. Maria aparece referenciada por muitos autores como uma das personalidades intelectuais femininas mais marcantes do seu período.

Segundo Ribeiro (1871), D. Maria nasceu em oito de junho de 1521, era filha de D. Manuel e sua terceira esposa a rainha D. Leonor. Viveu de forma independente desde os dezesseis anos, com a herança deixada pelo pai morava em casa própria, longe dos domínios do irmão, o rei D. João III. Foi a responsável pela fundação do Convento de Regulares da Ordem de Christo, e também de um hospital para doentes, com enfermarias para cavaleiros

pobres. “Trata-se de uma princesa que merece ser lisongeiramente indicada, como prestante modelo na republica das lettras e na província das bellas artes [...]” (RIBEIRO, 1871, p.60).

A educação de D. Maria foi motivo de muita dedicação, tendo convivido com grandes mestres, inclusive personalidades femininas como Joana Vaz e Luísa Singea. Estudou Latim e Grego, Teologia, Filosofia, destacando-se como amante das artes sendo, inclusive, responsável por fundar uma academia literária e de bellas artes em sua casa, palco de constantes reuniões entre artistas e escritoras da época. Era uma incentivadora da educação, permitindo que até mesmo suas empregadas aprendessem a ler e escrever,

[...] regulou com admirável discrição o emprego do tempo; no sentido de que suas damas e criadas, sem prejuizo dos cuidados da devoção, e dos labores e misteres proprios do sexo feminino, podessem adquirir instrução, e recrear tambem o espirito os agradaveis entretenimentos da musica e da pintura: e d'est'arte estabeleceu nos seus paços uma excelente e recomendável academia litteraria o de bellas arte (RIBEIRO, 1980, p.6).

Semelhante ao papel desempenhando pela Infanta D. Maria em Portugal foi o desenvolvido pela rainha Isabel de Castela (1451-1504) na Espanha. Segundo Luisa Montero (2013), durante a época do renascimento na Espanha existiu um círculo intelectual de mulheres conhecido como *doctae puellae*, esse grupo era composto por mulheres nobres e cultas que conseguiu desenvolve-se graças à proteção da rainha Isabel. Aliás, a própria rainha era membro deste grupo de mulheres que tinha como objetivo expandir a cultura e favorecer o mecenato. Neste cenário a rainha Isabel aparece como uma importante defensora da educação para as mulheres.

De acordo com Mércuri (2016), algumas bibliotecas castelhanas de famílias nobres como a da casa dos Mendoza, Zuñiga e Pimentel possuíam um grande número de exemplares, sendo muitas dessas bibliotecas de mulheres ilustres como as de Aldonza Mendoza, Mencía de Mendoza e Maria de Vega. Neste contexto, a leitura e o consumo literário eram um crescente entre os nobres, sendo a rainha Isabel de Castela uma das figuras importantes nesta difusão cultural através de encomendas e compras de livros, além das doações que realizava. “Aliás, conhecida também tinha sido a preocupação da marquesa de Cenete, dona Mencía de Mendoza, de aumentar os títulos que possuía, promovendo a encomenda e encadernação de livros, além da cópia de manuscritos” (MÉRCURI, 2016, p.161).

Segundo Hernando del Pulgar apud Mércuri (2016), Isabel era uma mulher culta, falava muito bem, além de dedicar-se aos negócios do reino e cultivar o estudo de línguas, tendo aprendido o latim em apenas um ano, com o auxílio de outra mulher culta, Beatriz Galindo. Mércuri (2016, p.164), afirma que “Foram igualmente lembrados por seus dotes

relacionados às letras os reis católicos, Fernando e sobretudo Isabel, especialmente pelo apoio que concederam à promoção dos escritos e da instrução do reino”.

Utilizando-se dos estudos de Garcia Ruiz em seu *Los Libros de Isabel la Católica* Mércuri (2016) apresenta que a biblioteca desta rainha era composta por quase quatrocentos títulos, estando entre esses exemplares textos das mais diferentes línguas, entre elas o catalão, o francês, o italiano, o português, inclusive duas traduções de espelhos de princesas, uma em castelhano do *Libre de les dones* de Francesc Eiximenis e outra em português do *Livre das Tres Vertudes* de Christine de Pizan.

Também importante, segundo Ribeiro (1980), foi Luísa Sigea (1522-1560), filha do ilustre Diogo Sigeu e uma das mestras de D. Maria. Nasceu em Toledo, Espanha em 1530, tendo recebido uma educação esmerada do pai que veio para Portugal em 1542. Para Nieves Baranda (2005), Luísa Sigea pode ser considerada autora dos dois países tanto da Espanha quanto de Portugal, visto que nasceu na primeira, mas desenvolveu-se como escritora em Portugal. Assim destaca que “[...] na história das mulheres é frequente mover-se num terreno escasso de dados, que no só se vislumbra recorrendo a informações dispersas que se complementam com as quais apontam semelhanças e contrastes<sup>5</sup>” (BARANDA, 2005, p.219). Neste contexto Portugal e Espanha guardavam muitas semelhanças sendo aconselhável estudar os acontecimentos dos dois países como complementares, e não como independentes, especialmente quando o assunto é a atuação das mulheres.

Baranda (2005) destaca ainda que, diferente da maioria das mulheres espanholas desse período Sigea aparece como a única a possuir uma bibliografia bem fundamentada sabendo-se muito pouco sobre as demais mulheres. Esse sucesso aparece como resultado da importância cultural que vivenciou na corte portuguesa. Sigea foi amplamente conhecida e citada em três países, Portugal, França e Itália, e suas obras foram todas escritas em Portugal, depois da sua volta a Espanha não houve mais nenhuma publicação.

De acordo com os documentos da época o pai de Luísa, Diogo Sigeu era um homem culto nas ciências e artes, mas não tinha posses, enfrentando sérios problemas financeiros. Veio para Portugal a pedido de D. João III, para atuar como mestre na educação dos fidalgos, tendo mais tarde exercido o cargo de escrivão da câmara real. Segundo Ribeiro (1980, p.9-10):

---

<sup>5</sup> [...] en la historia de las mujeres es frecuente moverse en un terreno escaso de datos, que solo se consigue vislumbrar recurriendo a informaciones dispersas que se complementan con las que señalar similitudes y contrastes.

No que respeita às filhas, esmerou-se Diogo Sigeu em insinuar-lhes o amor do estudo, e diligenciou cultivar-lhes a intelligencia, sendo elle proprio o mestre. D' aqui resultou que na idade em que as meninas começam a soletrar, já aquellas tinham aprendido os primeiros rudimentos da sciencia, e traduziam o latim e o grego.

Luísa Sigea tornou-se insigne pelo domínio das várias línguas, além do português, o castelhano, o latim, o grego, o hebraico e o árabe. Exerceu um importante papel na vida cultural de Portugal sendo, inclusive, elogiada pelo Papa Paulo III, que após a leitura de uma de suas cartas reconheceu que poucas pessoas dominavam tantas línguas, ainda mais quando se tratava de uma mulher.

Em 1552, escreveu em latim *Diálogos de duas jovens sobre a vida pública e privada* (*Duarum virginum colloquium de vita aulica et privata*), considerado o primeiro espelho de princesa de autoria feminina que se tem notícia produzido em Portugal. Porém, a obra manteve-se no esquecimento da tradição dos *espelhos* por muito tempo. Conforme Santos (2017), O *Diálogo* de Sigea permanece sem tradução para o português até o momento, ganhando uma tradução para o francês por Odette Sauvage em 1967. Segundo (RAMALHO, apud, SANTOS, 2017, p.231-232):

Menos comuns e mais esquecidos são os espelhos de princesas. Em Portugal, um dos textos dedicados à elaboração dum modelo de donzela virtuosa que se movimenta no espaço palaciano foi escrito em formato dialógico por Luísa Sigea, moça de câmara na corte da rainha D. Catarina que mais tarde integrou o afamado grupo de mulheres intelectuais ao serviço da Infanta D. Maria de Portugal.

O texto de Luísa Sigea centra-se no diálogo entre duas mulheres Blesila e Flamina e no conflito vivido por ambas. As suas preocupações centram-se na virtude, em como agir com racionalidade e como alcançar uma vida feliz. Para Santos, a personagem Flamina considera que é possível viver a felicidade na corte, mesmo cercada por conflitos e injustiças cometidas por seus governantes, pois foi educada para servir a aristocracia. Já Blesila pertence à aristocracia e acredita que para manter-se alheia a esses vícios o refúgio ideal seria o campo. O fato de as duas personagens pertencerem a classes sociais distintas determina posicionamentos contrários sobre a vida na corte.

O diálogo entre duas personagens femininas no texto de Sigea ultrapassa as simples normas de comportamento dedicadas às mulheres. Para Santos “há um pensamento ético-político de fundo que retoma o problema platônico da governação”. Em sua estrutura o livro, traz um prólogo dedicado à Infanta D. Maria e uma divisão dos diálogos em três dias. O *Diálogo de duas jovens sobre a vida pública e privada* parece discutir sobre como os

problemas de Estado interferiram na vida e felicidade da Infanta D. Maria. Com a morte do pai, quando ainda tinha seis meses de vida, D. Maria foi separada da mãe tendo que ser criada pelo irmão D. João III, que nunca a enxergou como prioridade nos assuntos de interesse da corte. Para Santos (2017, p.234):

A precisão do recorte cultural e social das personagens tem levado a identificar Blesila com a Infanta D. Maria e Flamila com a própria autora. Nada no *colloquium* confirma tratar-se de uma narrativa autobiográfica fiel a um diálogo tido com a Infanta e cristalizado na memória, porém esta identificação sem fundamento está sempre a vir ao de cima como se fosse intencionalmente provocada.

Levando em consideração o sucesso dos tratados de educação no período medieval, concordamos com Santos, quando diz que é provável que tanto Luísa Sigea quanto a Infanta D. Maria tenham lido *O Espelho de Cristina* de Pizan, visto que este livro pertencia às bibliotecas das mulheres da realeza na época. Nos poucos *espelhos* de que se tem notícia, escritos por mulheres, percebemos que o olhar para o feminino é extremamente diferente dos textos dos autores homens. As escritoras falam às destinatárias mulheres que não encontramos nos textos masculinos, comprovamos assim que as mulheres tinham uma vida ativa, intelectual e política, e que se diretamente não decidiam os acordos políticos, interferiam de maneira positiva ou negativa, contribuindo para o sucesso ou fracasso dos planos dos governantes.

A própria escolha dos ensinamentos destinados às mulheres nos manuais dos autores homens as reduz a duas posições, aprisionamento ao espaço privado e correção da sua natureza viciosa. A primeira posição diz sobre as funções domésticas, as regras conjugais e a maternidade. E a segunda posição trata da correção dos seus principais vícios, dentre eles, há um grande espaço dedicado ao cuidado com futilidades como as vestimentas, a maquiagem, as cores das roupas e sapatos, o penteado dos cabelos, entre outros.

Segundo Ramalho (1986), Sigea chegou a escrever um poema intitulado *Syntra* (1546), dedicado ao casamento que se realizaria entre D. Maria e o príncipe Felipe de Espanha, mas infelizmente não se concretizou, como, aliás, todos os outros casamentos planejados para a Infanta. Este poema só viria a ser publicado em 1565, por interesse de Jean Nicot, embaixador da corte portuguesa. Como pudemos perceber Sigea deixou muita de sua intelectualidade registrada para posterioridade através dos seus versos, cartas e um diálogo.

A exemplo de Luísa Sigea em Portugal, importante na corte espanhola foi a intelectual Luisa Medrano, conhecida como a primeira catedrática em uma universidade europeia. Luisa Medrano nasceu em Atienza, Espanha em 1484. E alguns de seus estudiosos

defendem que pode ser considerada a primeira mulher a exercer uma cátedra na Universidade de Salamanca. Embora não tenha participado do círculo *doctae puellae*, pôde contar com o patrocínio da rainha Isabel para seu sucesso nos estudos. Montero (2013), apresenta que ainda hoje existe uma enorme dificuldade em comprovar que realmente Luisa Medrano tenha atuado como professora em Salamanca, pois os documentos sobre as mulheres são muitos escassos frente a tantos anos de silêncio no discurso historiográfico produzido pelos homens.

Também culta foi Joana Vaz, mestra da Infanta D. Maria até os seus vinte anos. Segundo Ramalho (1986, p.183), Joana foi inclusive o centro de um movimento humanista. “Era, portanto, mulher de prestígio entre os humanistas, embora não impressionasse os contemporâneos tão vivamente como a menina-prodígio que foi Luísa Sigea, filha do humanista Diogo Sigeu, treinada por seu pai para ser uma estrela de primeira grandeza no mundo da cultura”. Em seu *Espelhos de Casados*, João de Barros (p.64-65) fala um pouco da sua admiração por Joana Vaz:

Mas acabo este conto com que fora razão ir mais cedo que é Joana Vaz, natural de Coimbra, criada da Rainha Nossa Senhora, por suas virtudes e doutrina mui aceita a ela nas letras latinas e outras artes humanas mui douta, de quem vi apenas algumas cartas por que bem se pode provar essa notícia que dou dela.

Outra distinta senhora de Portugal foi a rainha D. Catharina (1557-1562), esposa do rei D. João III que atuou incansavelmente na educação dos órfãos e na instrução do clero, tendo fundado o Colégio de Nossa Senhora da Escada, em Lisboa em 1572. E também sendo responsável pela permanência do funcionamento do Collegio dos Meninos Orphãos, fundado inicialmente pela rainha D. Brites. Essas instituições eram mantidas através de doações mensais da rainha Catharina, permitindo àqueles que não tinham condições financeiras de ingressar, que lhes fosse concedido através dessas quantias. Considerada uma mulher com ideias muito avançadas para a sua época era muito inteligente e incentivadora da educação até mesmo entre os mais humildes, tendo ela mesma atuado nessa tarefa. Segundo Ribeiro (1871, p.80), “Subministrava a instrução da língua latina e de órgão a uma porção de criaturas desvalidas, às quaes se pretendia dar uma tal ou qual preparação para a vida ecclesiastica”.

Outra figura importante foi a rainha D. Leonor, mulher de D. João II. Segundo Terreiro (1972), incentivou o desenvolvimento da imprensa e também a fundação do Teatro Nacional, tendo mantido amizade com mulheres instruídas na época, a exemplo de D. Leonor de Mascarenhas.

Também importante foi Filipa de Lencastre (1435-1497), nascida em Coimbra viveu no Mosteiro de Odivelas sem professar, tendo obtido uma autorização papal para seguir como

religiosa. Nesta época em Portugal, havia muitos conventos próprios para as mulheres nobres, muitos destes visitados pelas rainhas que dirigiam consideráveis quantias em doação, entre eles, o de Odivelas, Santa Clara de Coimbra e o de São Salvador de Lisboa.

Segundo Frade (2016), Filipa de Lencastre escreveu um livro de cunho político, *Conselho e Voto da senhora Dona Filipa, filha do Infante D. Pedro sobre as Tapeçarias e guerras de Castela* distanciando-se da ideia de que as mulheres se interessariam apenas por assuntos femininos de pouco interesse geral. Para alguns autores Filipa pode ser considerada a primeira mulher, nas letras portuguesas, a ganhar o título de poetisa, ao trazer no final de um dos trabalhos de traduções por ela realizado no livro *Evangelhos e homilias para todo o ano*, um poema de sua autoria.

Também instruída foi a rainha D. Catarina, filha de D. Duarte, nascida em Lisboa em 1436. Sua mãe D. Leonor exerceu um importante papel na sua educação contratando inclusive mestres particulares para esse ofício. De acordo com Frade, escreveu várias obras e também traduções.

Outra figura importante foi a autora e tradutora D. Leonor de Noronha, nascida em Évora em 1488. Era filha do quarto conde de Vila Real, D. Fernando de Meneses, portanto de linhagem nobre, ao que se sabe mantinha relações de proximidade com a Casa de Avis. Foi responsável por traduzir dois volumes da obra de Sabélico que dedicou inclusive à rainha D. Catarina. “A obra pela qual é mais conhecida é precisamente uma tradução de caráter historiográfico que se reveste de especial interesse na medida em que é o único exemplar conhecido de uma obra deste teor escrita por uma mulher” (FRADE, 2016, p.149).

De acordo com Frade (2016) três mulheres no século XV realizaram importantes produções em Portugal, D. Filipa de Lencastre, a Infanta D. Catarina e Leonor de Noronha. No entanto, o trabalho intelectual realizado por muitas mulheres neste contexto permanece desconhecido ainda hoje. “Os estudos existentes sobre essas três figuras são escassíssimos e remontam, na sua grande maioria, a finais do século XIX e inícios do XX, resumindo-se à compilação dos seus dados bibliográficos, alguns dos quais já desatualizados”. (FRADE, 2016, p.142). Através dessas informações, percebemos como o trabalho intelectual realizado por mulheres ainda permanece silenciado, se comparado ao produzido por autores homens.

Em seu artigo *Contributo para a história da tradução em Portugal: as primeiras tradutoras*, Frade utilizando-se dos estudos de Villegas de La Torre defende que muitas vezes essa escrita realizada por mulheres era questionada, como se suas autoras não tivessem a capacidade de realizar trabalhos intelectuais, sendo seus escritos considerados por muito tempo como de menor valor literário e histórico. No entanto, mesmo esse contexto não

valorizando o conhecimento formal e livresco às mulheres, muitas aprenderam a ler, a escrever, a dominar o Latim, o Grego e o Francês, superaram as normas e se dedicaram ao universo cultural das letras.

## **CAPÍTULO 2 – OS ESPELHOS DE PRÍNCIPES NO CONTEXTO IBÉRICO DOS SÉCULOS XV E XVI**

No período medieval, a educação assumiu um importante papel, não apenas intelectual, mas principalmente moral na nova sociedade que estava a se formar. Exigia-se assim uma nova postura no comportamento dos homens e mulheres da corte. Os tratados de educação surgem neste contexto como os principais responsáveis pela educação da aristocracia medieval, sendo destinados inicialmente aos reis e príncipes com o objetivo de servirem de espelhos na arte de governar.

De acordo com Mendonça (2013, p.56-57), “[...] esses manuais de bons usos e costumes não eram dirigidos às mulheres. Seria apenas no século XV que a emergência de uma educação/formação feminina, com directrizes próprias e específicas se haveria de materializar”. Ainda segundo esta autora, os *Espelhos de Rainhas* surgem na corte de Borgonha, responsável por liderar as normas de etiqueta e a formação das mulheres que mais tarde iria influenciar toda a Europa.

Para Leite (2008), entre o século XII ao século XV, a educação ganha uma função moralizante através dos inúmeros Tratados de Educação. Inicialmente, essas obras foram destinadas exclusivamente ao público masculino, depois passam a ser adaptadas, também para a educação das mulheres nobres. Neste contexto, a Literatura Pedagógica escrita quase exclusivamente por autores homens passam a exercer forte controle sobre o público feminino.

Iniciamos este capítulo, discutindo sobre a tradição dos Espelhos de príncipe, em seguida, no segundo tópico apresentamos a divulgação no contexto ibérico de algumas obras dirigidas às mulheres, a fim de possibilitar a análise no último capítulo acerca dos elementos de distinção entre o tratado de educação de Pizan e os demais tratados de educação escritos para as mulheres que circularam no mesmo período.

### **2.1 A Tradição dos Espelhos de Príncipes**

Entre os séculos XV e XVI, os reinos de Portugal e Espanha guardavam laços culturais muito semelhantes, tais como a política e a cultura, até os idiomas tornaram-se quase



comum entre eles. Como mostra-nos Terreiro (1972, p.4), neste contexto não se poderia falar de uma independência entre a Língua e a Literatura Portuguesa da Espanhola. “Haveria sim uma literatura galaico-portuguesa que evolui rapidamente até se distinguir com nitidez, no séc. XIV. Antes dessa consolidação, seria mais próprio e rigoroso falar de uma literatura ibérica ou peninsular”.

Em *História da Literatura Portuguesa* (1970), José Saraiva revela que até o século XVIII existia uma troca simultânea entre os dois reinos, de modo que os escritores portugueses escreviam tanto em Português como em Castelhana e os escritores castelhanos na sua própria língua e em Português. E vários foram os fatores que possibilitaram o entrelaçamento dessas culturas, “[...] a vizinhança dos dois países, o contacto social necessário e constante, a identidade de aspirações, as tradições históricas e, sobretudo, as sucessivas alianças familiares entre as duas cortes” (TERREIRO, 1972, p.4).

A predominância dos mesmos interesses políticos e religiosos permitiam as constantes viagens da nobreza portuguesa à Espanha, e desta a Portugal. O que consentia as constantes alianças através do casamento, do intercâmbio nos estudos a partir das viagens feitas para o ingresso na Universidade e até mesmo da sessão de seus religiosos para os projetos de evangelização do país vizinho. Quanto à publicação de textos nos ambientes intelectuais de acordo com Terreiro (1972, p.6), “Foi sobretudo na época da reforma da Universidade portuguesa por D. João III, que mais se acentuou a influência da cultura espanhola em Portugal”.

As descobertas marítimas de Portugal, no século XVI, colocaram esta nação em destaque no mundo, permitindo a estes cruzar várias fronteiras para ir não apenas em busca de riquezas, mas também de conhecimento. Nessas viagens, muitos de seus conterrâneos puderam estudar nas mais respeitadas universidades da Espanha, França e Itália. Regressando ao seu país com muitas novidades e, também, apresentando-se com destaque nesses países. Foi assim que Portugal tornou-se reconhecido e respeitado por muitos de seus filhos em vários países da Europa.

A introdução do espírito renascentista em Portugal, no entanto, não foi diferente da sua difusão em toda a Europa, valorizavam-se as obras clássicas e, portanto, o Latim e o Grego, deixando a Língua Portuguesa sem nenhum prestígio, quase esquecida por seus escritos nos ambientes intelectuais. “A prova mais evidente desta fuga para o classissismo está no facto de que, durante todo o séc. XVI se publicaram apenas duas gramáticas portuguesas, enquanto as latinas passam de vinte, incluindo as novas edições”. (TERREIRO, 1972, p.8).

As transformações pelas quais passavam a sociedade, no período medieval, permitiram a nobreza uma maior preocupação com a educação que ganha destaque a partir do crescimento dos centros urbanos. A vida na corte exigia a presença de homens e mulheres cultos, assim as letras, as artes e a cultura passaram a ser consideradas elementos indispensáveis à nobreza. Segundo Hansen (2006, p.135), “o que caracteriza nuclearmente essa centralização é a transformação da antiga nobreza de armas, orgulhosa do sangue, da força guerreira e da ignorância, em uma nobreza de letras civilizada e erudita, subordinada mais e mais ao rei em uma corte”.

No século XIII, a partir do novo cenário social os espelhos ganharam um caráter político, sendo destinados aos príncipes e reis com o objetivo de ensinarem a arte de governar, tendo como base a virtude e a justiça. Acreditava-se que o governo de um bom rei serviria de espelho para todos, tornando as decisões e relações do reino harmoniosas.

Buescu (1997, p.33) define o gênero *espelho de príncipe* como “[...] constituído por uma vastíssima literatura de caráter político, moral e pedagógico que pretende estabelecer a “constelação” de virtudes necessárias ao ofício de rei, e fixar a imagem do perfeito governante, exemplo de virtudes morais e do bom governo”. Para a autora, estes textos têm como objetivo a representação do perfeito soberano, a educação destinada aos monarcas, no entanto ultrapassa a formação intelectual vestindo-se de um interesse político na formação dos homens eleitos para exercerem o poder.

Os espelhos de príncipes, também conhecidos como *Speculum Principum*, eram compostos por ensinamentos de ordem moral e política, tendo como base o “modelo cristão de virtudes”. Defendia-se que esta educação formaria governantes virtuosos capazes de influenciar e servir de espelho para todo o reino. Segundo Soares (1995, p.812):

A crença na perfectibilidade do homem através da educação, uma segunda natureza, e na possibilidade da virtude ser ensinada – que os humanistas do *Quattrocento* herdaram dos autores da antiguidade greco-latina – leva à enunciação de toda uma preceptística, que orienta o homem desde o nascimento até à idade adulta, com a intenção de o formar integralmente, na sua dualidade corpo e espírito.

Embora esses espelhos tenham sido produzidos em vários momentos da história foi só a partir do século IX, com os carolíngios que ganharam o status de gênero literário conforme defende Leite (2015). Os estudos atuais sobre os tratados de educação apresentam o *Discurso a Nicocles*, de Isócrates, escrito no século IV a.C., como o primeiro tratado pedagógico-político. Para Soares (1994), este texto pode ser considerado como a primeira obra sistemática dedicada à educação do príncipe. Embora tenha ganhado destaque no século XV, os espelhos

iniciam sua tradição desde a antiguidade. A partir das mudanças políticas, esse gênero foi sofrendo algumas modificações e adaptações em seu conteúdo, mas guardando dois elementos que ultrapassaram o tempo, a virtude e a justiça.

Entre os *topoi* apresentados por Soares, os que mais se repetem nestes textos estão as responsabilidades e deveres do príncipe, como encontrar um melhor caminho para conseguir um bom governo, o tratamento a ser dado aos conselheiros e familiares, as regras para obter uma boa administração, a educação e formação do príncipe ideal, entre outros.

De acordo com Muniz (2005, p.89), os estudos realizados sobre o gênero *espelho de príncipe* não trazem características precisas sobre estes textos, seus autores são quase unânimes em defini-los como textos que “[...] se dirigem a um príncipe ou governante, com intenção pedagógica de sistematizar, segundo uma perspectiva moralizante, a arte de governar”.

Muniz (2005), utilizando-se dos estudos de Francis Cairns sobre o gênero *espelho de príncipe*, em seu texto *Generic composition in greek and roman poetry* (1972), destaca que é preciso levar em consideração os elementos primários e secundários para a definição desses textos. Entre os elementos primários estão a persons, a situation e a function. A “Persons” diz sobre os indivíduos responsáveis pela elaboração desses tratados, quase sempre representados por uma figura masculina, conhecedora dos autores antigos e das escrituras sagradas, além de ser uma pessoa com autoridade diante da realeza. De acordo com Muniz (2005, p.95), “[...] sabe-se que a grande maioria desses tratados é sempre escrita por um homem sábio que se propõe a transmitir seus ensinamentos sobre a construção do bom governo a um monarca, a quem, via de regra, dedica a obra”. Muitos desses autores de *espelhos* exerciam importantes papéis junto aos reis e rainhas, sendo seus textos dedicados a estes como forma de agradecimento ou proteção na corte.

É possível perceber que os autores dos espelhos exerciam grande influência entre a realeza. A literatura assim ganhava poder e um sentido político, pois esses autores usufruíam de grande prestígio diante de seus reis e rainhas. Seus ensinamentos eram lidos e vividos, portanto possuíam autoridade e ditavam regras. No entanto, para conseguir publicar seus textos, a maioria desses autores se utilizava de algumas estratégias, que aparecem de maneira recorrente nos espelhos de príncipe, a dedicatória inicial que abre a obra é feita para os reis e rainhas e no prólogo, esses autores, apresentam-se de forma humilhosa, declarando-se indigno de escrever aquela obra, ao passo que cobre de elogios seu rei/rainha homenageados, exaltando suas virtudes e apresentando-lhes como modelo a ser seguido por todos.

A dedicatória das obras na Idade Média era na verdade uma estratégia dos autores para obter apoio na publicação de seus textos, já que a realeza atuava como um dos principais mecenas neste contexto. Além disso, segundo Muniz (2005, p.95):

Por diversas vezes, o próprio príncipe solicita àquele para que redija ensinamentos e conselhos que o orientem e auxiliem no regimento do reino. A relação de “servidão intelectual” estabelecida entre súdito e senhor, a junção do propósito educativo sobre a arte de governar e o estabelecimento daqueles entre as personagens fixas podem, assim, compor um “elemento primário” definidor do gênero espelho de príncipe.

O rei configura-se, portanto, como o líder, responsável por guiar toda a sociedade. Acreditava-se que a escolha de um rei virtuoso favorecia à harmonia social, visto que suas virtudes serviriam de exemplo para seus súditos. Para Buescu, esse gênero remonta a autores como Isócrates, Xenofonte e Plutarco, ganhando mais tarde forte influência a partir da publicação *De Regimine Principum* (1287), de Egídio Romano.

Na Baixa Idade Média, o frade agostiniano, Egídio Romano, escreveu uma das obras pioneiras do gênero speculu, *De Regimine Principum* (1277-1281). O texto foi escrito para a instrução de Felipe IV da França, porém o que chama atenção é que, na Primeira Parte do Segundo Livro, o autor dedica à formação de um modelo ideal para as mulheres.

Segundo Fernandes e Santana (2013), a visão da mulher defendida nesta obra é de inspiração aristotélica-tomista, assim concebe a mulher como inferior ao homem, considerada como incapaz para as atividades intelectuais e sociais, sendo suas principais funções de acordo com sua natureza o casamento, a servidão ao homem e a procriação. Assim, as duas principais virtudes valorizadas nas mulheres são a castidade e a temperança, o controle das ações e desejos das mulheres são o principal objetivo desse religioso. “O termo “espelho” refere-se justamente à imagem que o príncipe deveria refletir – tanto como objeto de investigação quanto para servir de modelo para seus súditos – a de parâmetros determinados, e nos quais o futuro soberano deveria seguir para guiar suas ações” (FERNANDES; SANTANA, 2013, p.238).

A centralidade desses espelhos estava na representação da imagem do perfeito monarca, sem aproximá-lo da realidade levando muitas vezes à imagem do rei ideal. A construção de seus ensinamentos fundamenta-se no texto bíblico, no modelo aristotélico e também nos textos clássicos. Segundo Buescu (1997, p.36):

Este teor normativo e o seu caráter muitas vezes convencional, estereotipado e repetitivo conduziu, como assinalámos, a que fossem globalmente considerados como textos sem relação com a vida política concreta, decorrendo daí a sua

desvalorização no quadro da história das representações políticas, em leitura que não atende, afinal à sua consideração, acima de tudo, como a representação de um modelo.

Nestes espelhos, valorizava-se o conhecimento antigo através do uso recorrente de referências aos autores e obras clássicas, como nos apresenta Leite (2015, p.34), “No século XIII, a vida intelectual começa a se organizar em volta das Universidades. É a época das enciclopédias, nomeadas de Espelhos, e das Sumas. Nesse momento, os textos passam a ter maior organização e circulação e, conseqüentemente, maior divulgação”.

Segundo Hansen (2006, p.135), estes espelhos tinham como fundamento a metafísica cristã, escolástica e neoescolástica, também buscavam preservar nesses ensinamentos os costumes tradicionais. Seus autores utilizam “padrões antigos, gregos, latinos, patrísticos e medievais”, fazendo dessa tradição base para as condutas éticas a serem seguidas para alcançar a virtude, fundamento central dos espelhos e principal objetivo da educação dirigida aos futuros monarcas. Os fundamentos dos espelhos de príncipe, também, encontram-se presentes nas obras dos doutores da Igreja como São Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Segundo Leite (2015, p.26):

Uma das características dos autores desse período é a cristianização das virtudes abordadas pelos autores anteriores. Os manuais da arte de governar revestem-se de um teor mais cristão. Dissemina-se a preponderância do poder divino sobre o temporal, cabendo este guiar-se por suas orientações e difundir a mensagem cristã. Isso irá concretizar-se na figura do rei como pastor, aquele que deve guiar seu rebanho, pelo seu exemplo, pelo caminho da virtude e em busca do Bem.

As Escrituras Sagradas acabam tornando-se a principal base para construir a figura do rei ideal, tomando como modelo os líderes e reis católicos. O fato dos autores serem cristãos vinculou ainda mais sua escrita aos dogmas da Igreja, a educação desses espelhos é, assim, inseparável desses ensinamentos. Por isso, a imagem das mulheres é tão negativa, já que guardam os ensinamentos morais pregados nas Escrituras Sagradas, fonte da doutrina cristã e símbolo da autoridade divina, portanto conhecimento inquestionável e repetidamente referenciado por seus autores nos ensinamentos dirigidos ao público feminino.

Os manuais de educação passam então, a guiar não apenas o poder real, mas a educação das rainhas e princesas, as regras do casamento, o governo da casa, a educação dos filhos, entre outros ensinamentos. Colocando-nos diante das principais regras impostas àquela sociedade. De acordo com Casagrande (1990, p.99),

Do final do século XII até o final do século XV estas palavras tornam-se mais numerosas e insistentes: escritos por homens de Igreja e por leigos, os textos

sucedem-se uns atrás dos outros a testemunharem a necessidade e a urgência de se elaborarem valores e modelos de comportamento para as mulheres.

Segundo Mendonça (2013, p.56), a partir da Dinastia de Avis, a educação passa a exercer grande influência na corte portuguesa. “Todas as princesas deste século XV foram igualmente cultas e instruídas”. Daí surge a preocupação com a tradução de obras dedicadas à educação das mulheres. De acordo com Crispim (2002), no século XV, a corte portuguesa exercia grande influência na Europa, portanto exigia-se uma educação refinada às mulheres nobres.

A autoridade desses textos vem sempre marcada nos prólogos e prefácios dos tratados com um pensamento ou uma citação de uma autoridade que dê credibilidade ao texto. De acordo com Hansen (2006, p.160): “As normas definem os saberes a serem ensinados no controle da vontade e no desenvolvimento do intelecto, além das condutas a serem inculcadas ao corpo, como a elegância das maneiras correspondentes à natural majestade do infante [...]”.

A educação dos príncipes é composta pela leitura dos livros antigos e contemporâneos, principalmente pela leitura de espelhos de príncipes, com o objetivo que os seus ensinamentos sejam imitados. Essas leituras são assim moralizadas, distanciando-se dessa seleção as obras de autores hereges e libertinos.

Apesar da recorrência a autores misóginos desde os períodos mais remotos, Platão destaca-se como um dos primeiros autores a defender a educação como um direito também das mulheres. Na antiguidade, a educação das mulheres aparece referenciada, além dos textos de Platão, também nos de Xenofonte, em *Política* de Sócrates, em *As virtudes das mulheres* de Plutarco e em dois livros de Aristófanes *Lysistrata* e *Assembleia das Mulheres*.

A preocupação dos autores com as obras dedicadas às mulheres residia na defesa da educação como solução para os vícios, já que esta seria a responsável pela condução das virtudes. Na voz dos autores medievais, a natureza das mulheres é má e inclinada aos vícios, só o controle dessa natureza pela educação transformaria essas mulheres em virtuosas.

Nestes espelhos, as mulheres não exercem nenhuma autonomia, são educadas para auxiliar os homens na função de esposa, na educação dos filhos, conselheiras do marido e exemplo de virtude para os súditos. A educação feminina é pensada sempre para auxiliar o outro, nunca para seu próprio interesse. Nos espelhos dirigidos aos homens, ao contrário ensina-se a governar, exercer o poder, autonomia e autoridade. Já às mulheres a serem submissas, auxiliares, invisíveis para que apenas os homens apareçam.

Para Perrot (1988, p.168), o real poder e inteligência das mulheres foram, por muito tempo, exercidos por trás das cortinas, nos bastidores:

Mais prosaicamente, é a idéia muito difundida de que as mulheres puxam os fiozinhos dos bastidores, enquanto os pobres homens, como marionetes, mexem-se na cena pública. Inspiradora da decisão política, muitas vezes tomadas “sobre o travesseiro”, a mulher, em si tão pouco criminosa, é a verdadeira instigadora do crime.

Apesar das mulheres não ter o poder de assumir o trono e governar publicamente em alguns contextos, muitas exerceram seu poder de persuasão como conselheiras dos maridos, que exerciam as funções de rei, príncipe, conselheiro e nobres. Esse exemplo do exercício do poder pelas mulheres ficou por muito tempo esquecido. Porém, através do resgate da História das Mulheres, percebemos que muitas assumiram o governo dos seus reinos através de rainhas como Fredegunda, Branca, Joana, Zenóbia, Artemisa, entre outras, conforme apresenta Pizan em *A Cidade das Damas*.

Apesar desses exemplos antigos do poder exercido com louvor pelas mulheres nestes manuais, muitas foram encorajadas a renunciar seus desejos para o sucesso dos homens e no erro destes estarem sempre solícitas a aconselhá-los. Assim, mesmo com as constantes guerras, que exigiam a presença masculina e da quase certeza da solidão das mulheres em algum momento da vida, os tratados escritos pelos homens parecem não saber ou querer lidar com a possibilidade de que as mulheres deveriam aprender a governar e administrar os bens familiares. Pizan inova nesse quesito ao colocar as rainhas diante dessa realidade, como aprender a governar na ausência do marido.

A partir das transformações pelas quais passavam a sociedade esses espelhos foram assumindo algumas mudanças. Assim, a visão que se tinha de autor também vai se modificando.

O século XVI traz algumas diferenças tanto com relação ao papel de escritor, alguém que vive da profissão de escrever, quanto o conteúdo dos Espelhos. Entre elas: o escritor passa a ser um “servidor” do rei e do Estado, um empregado que terá a tarefa de contar a história de seu tempo (LEITE, 2015, p.37).

Para Leite (2015, p.59), na sua tese de doutorado intitulada *Christine de Pizan: uma resistência na aprendizagem da moral de resignação* publicada em 2015, um dos autores da antiguidade não citado por Pizan, mas com muitos traços de semelhança com a autora, é Plutarco. Este autor que viveu na Antiguidade romana, e escreveu várias obras, entre elas, quatro tratados dedicados às mulheres: *Preceitos para o casamento*, *Carta de consolação a sua mulher*, *As virtudes das mulheres* e *Diálogo sobre o amor*. Todos estes textos encontram-se em *Moralia*, obra composta por cerca de 80 tratados.

Em *A imagem feminina na Moralia: heroísmo e outras virtudes* (2006), Mariana Duarte Silveira faz uma análise da representação feminina na obra de Plutarco e traz a tradução das quatro obras citadas. Para Plutarco (2006), as mulheres deveriam colocar-se como sujeitos tomando parte nas guerras, lutando pela sobrevivência e tendo o poder de tomar decisões importantes para a comunidade. Porém, essa autonomia feminina só se realizaria no momento da ausência masculina.

Entre tantos autores homens escrevendo sobre educação, Dhuoda<sup>6</sup> aparece como a primeira mulher a escrever um tratado de educação. O seu livro *La Educación Cristiana de me hijo*, foi escrito no século IX, e segundo Pernoud (1985, p.50), “É, em todo o caso e de longe, o mais antigo tratado de educação, dado que foi composto no século IX (mais exatamente, entre 30 de Novembro de 841 e 2 de Fevereiro de 843)”. Para esta autora, durante muito tempo, a França ensinou que o tratado de educação mais antigo era o de Rabelais, mantendo o texto de Dhuoda no esquecimento da história, e nos privando de conhecer um “testemunho infinitamente precioso” da cultura do século IX.

Esta informação revela um pouco do lugar de marginalização destinado aos textos de escritoras mulheres, nos diferentes gêneros literários. E ajuda-nos a refletir que “O efeito desse apagamento histórico levou-nos e ainda nos leva a acreditar que o silenciamento não foi da História, mas sim das próprias mulheres”. (DEPLAGNE, 2017, p.97). Assim, faz-se necessário a inclusão dessas mulheres a partir da importância que seus textos exerceram em seus contextos de produção.

Dhuoda começa a escrever seu manual em 841, em um período de solidão na ausência do marido e filhos. No entanto, seu filho não chega a lê-lo, pois sob a acusação de traição é preso e decapitado em 849. Para Nunes (1995, p.117), o texto foi escrito para ensinar Guilherme sobre o dever de fidelidade ao Rei e Senhor, qualidade extremamente necessária neste conflito de interesse pelo poder, no qual “a própria noção de vassalagem, nessa época, começa a possuir conotação profundamente religiosa e não apenas política”.

---

<sup>6</sup> Dhuoda nasceu no ano de 803, ao que se sabe sua família era do norte da França. De acordo com Rivera Garretas (1990), casou-se com Bernardo de Septimânia em 824, com quem teve dois filhos. Dhuoda pertencia à aristocracia franca, tendo sua vinculação à nobreza ocorrido através do seu casamento com Bernardo de Septimânia, sobrinho de Carlos Magno. Era leiga, mas escreveu seu texto em Latim, e contava com cerca de quarenta anos quando o escreveu. Seu objetivo era educar seu filho mais velho Guilherme, que por questões políticas havia sido dado ao rei Carlos em sinal de fidelidade. Após a morte do rei Luís, o piedoso, seus três filhos começam uma guerra pelo poder. E seu marido Bernardo imerso neste conflito posiciona-se primeiro a favor de Pepino II de Aquitânia, mas em seguida declara apoio a Carlos, o calvo. Por isso, é acusado de traição tendo que entregar a este rei, como garantia, seu filho Guilherme. Mais tarde, Dhuoda também é separada do filho mais novo Bernardo.



Entre um dos principais ensinamentos da *La Educación Cristiana de me hijo* está o amor a Deus, e também o cuidado de acolher e honrar a todos, para que também seja querido por estes. O Manual é composto por sete capítulos, e além dos ensinamentos ao filho, traz poemas também de sua autoria, histórias e anedotas. Um de seus conselhos mais recorrentes é incentivar seu filho a ler e rezar, defendendo que este terá acesso a muitos livros, nos quais poderá encontrar a Deus em maior intensidade do que no seu manual. O que revela um traço comum nos textos das escritoras medievais colocarem-se como ignorantes, humilharem-se, colocando-se como indignas.

Além do Antigo e Novo Testamento, Dhuoda utilizou como fonte para seu texto autores como Prudêncio, Santo Agostinho, Gregório-o-Grande, Isidoro de Sevilha, homens que faziam parte da vida intelectual da Idade Média. Para Pernoud, (1985, p.53), no manual fica evidente que “[...] a Bíblia é considerada como a Palavra do próprio Deus; esta revelação é o fundamento de todo o saber, de toda a doutrina, num grau para nós incompreensível”.

Distanciando-se dos demais *espelhos* produzidos neste contexto, em sua maioria por autoridades masculinas como os clérigos, o manual Dhuoda é escrito por uma mulher leiga, mãe preocupada com a “salvação física e espiritual” do seu filho, conforme defende em seu prólogo. O manual é pautado nas virtudes cristãs algo comum num contexto dominado pela Igreja. Segundo Nunes (1995, p.122), “[...] Dhuoda ensina ao filho as verdades fundamentais da fé, fala do amor de Deus, do mistério da trindade, das virtudes teológicas, dos dons do espírito santo, das beatitudes, do combate aos vícios, da aquisição das virtudes, da oração, das tribulações [...]”. Ensinamentos que tornariam Guilherme, um homem virtuoso e cristão fiel nos cumprimentos dedicados ao serviço de Deus, pois neste contexto a educação tinha como fundamento os preceitos cristãos, e a fonte de todo conhecimento vinha de Deus, que falava a todos por meio das Escrituras Sagradas.

Utilizando-se dos estudos de Hentsch (1975), sobre os tratados de educação, Leite (2015) também faz referência a um manual de autoria feminina, do qual talvez não tenha restado nenhum exemplar. Trata-se do *Manuel d'éducation pour ses filles*, de Elisabeth de Bosnie, esposa de Louis I, rei da Hungria e da Polônia. Ao que se indica, o texto teve circulação no século XIV na França, tendo inclusive o conde de Valois possuído um desses exemplares.

Na introdução do livro *Textos e espacios de mujeres* (1990, p.13), Rivera Garretas apresenta como objetivo do seu texto a busca de uma genealogia de mulheres em diferentes contextos sociais. “Com estas leituras procuro genealogia em contextos sociais e mentais que

as mulheres (ou algumas mulheres) de nossa época possam identificar como próprias<sup>7</sup>”. (RIVERA GARRETAS, 1990, p.13). Para a autora é importante se debruçar sobre as obras escritas pelas mulheres nos diferentes contextos sociais, pois tudo que estas mulheres escreveram faz parte da nossa história, compõe essa genealogia.

Penso simplesmente que o pensamento feminista ocidental construiu e sistematizou nos últimos vinte e cinco anos um conjunto de categorias e modelos de análise que são perfeitamente aplicáveis aos textos e a história de mulheres que viviam antes do Renascimento italiano. Penso, na realidade, que uma história das mulheres não anacrônica, uma história combativa próxima à vida (como Lucien Febvre já havia proposto há muitos anos), não se pode fazer sem a crítica feminista contemporânea<sup>8</sup> (RIVERA GARRETAS, 1990, p.13-14).

## 2.2 Os Exempla Femininos nos Tratados de Educação

O historiador Jacques Le Goff dedicou vários anos da sua pesquisa ao gênero *exempla*, vários foram os artigos, colóquios e livros sobre essa importante fonte medieval. Buscando recuperar essas publicações, o artigo *Jacques Le Goff e as narrativas exemplares medievais: as balizas de um percurso*, de Marie-Anne de Beaulieu e Jacques Berlioz trazem para a discussão o conceito e desenvolvimento dos *exemplas* a partir do diálogo com os trabalhos de Jean-Claude Schmitt.

De acordo com Beaulieu e Berlioz (2016), Em *História vivida do povo cristão* Le Goff e Schmitt inserem os *exemplas* nos gêneros narrativos breves apresentando que, no século XIII, houve uma renovação da retórica, privilegiando os textos curtos como o *exemplum* e o *fabliau*. Estes textos foram muito utilizados na educação das pessoas mais humildes, tendo como estratégia trazer de maneira mais simples e resumida temas como os ensinamentos religiosos das Escrituras Sagradas, as virtudes, o *exemplum* de autoridades antigas, entre outros. Essa abordagem acabou sendo bem aceita pelo povo, que via nessas histórias também uma forma de divertimento.

---

<sup>7</sup> Con estas lecturas busco genealogía a contextos sociales y de mentalidad que las mujeres (o algunas mujeres) de nuestra época pueden identificar como propios.

<sup>8</sup> Pienso simplemente que el pensamiento feminista occidental ha construido y sistematizado en los últimos veinticinco años un conjunto de categorías y de modelos de análisis que son perfectamente aplicables a los textos y a la historia de mujeres que vivieron antes del Renacimiento italiano. Pienso, en realidad, que una historia de mujeres no anacrónica, una historia combativa cercana a la vida (como proponía hace ya muchos años Lucien Febvre), no se puede hacer prescindiendo de la crítica feminista contemporánea.

O *exempla* configura-se como um gênero didático bastante utilizado na Idade Média e tem origem na esfera religiosa a partir da sua presença nos sermões realizados pelos clérigos. De acordo com Bravo, principalmente a partir do século XIII, passou a ser utilizado por professores, oradores e moralistas. Relata-se que os clérigos percebendo o interesse dos fiéis quando utilizavam os *exempla* em suas pregações começam a introduzi-lo no seu discurso.

Utilizando-se das pesquisas de Le Goff sobre o gênero *exemplum*, Berlioz e De Beaulieu (2016, p.49) trazem a seguinte definição “[...] narrativa breve dada como verídica e destinada a ser inserida em um discurso (em geral, um sermão) para convencer um público por uma lição salutar”. Os *exempla* foram utilizados principalmente no discurso religioso, tendo, em alguns momentos, os negativos ganhando mais espaço que os de personagens virtuosos. Le Goff, também faz referência a uma “retórica do medo”, que tem caráter punitivo tomando como base situações que não deveriam ser adotadas como exemplo. “O novo *exemplum* é majoritariamente negativo. Ele mostra, sobretudo, o que não se deve fazer. Ele serve a uma retórica do medo”. Essa perspectiva foi amplamente adotada pela Igreja como forma de converter os fiéis às suas leis, prometendo como recompensa a salvação.

Podemos dizer que os *exempla* fizeram parte de forma ativa da educação medieval, seja através dos textos religiosos, moralísticos e literários. Para Le Goff, entre as suas características estão a autenticidade, a verossimilhança, a brevidade, o prazer e a facilidade de memorizar. Seus atrativos foram os responsáveis por atingir um grande público neste período, seja na sua apresentação oral ou nas narrativas escritas. No entanto, segundo Le Goff (p.50),

Não se deve esquecer que o *exemplum* medieval retirado de seu contexto é um objeto artificial e que ele era feito para funcionar no interior de um tratado ou de um discurso que era, na maior parte das vezes, um sermão. Ele faz parte, então, da categoria *do gênero dentro do gênero*. Sua retórica insere-se na retórica do sermão que o engloba. Lembremo-nos que a persuasão que lhe é reservada situa-se do lado da emotividade, do prazer, da memória. Mas também deve-se lembrar que a predicação dessa época tende de seu lado a se destacar da liturgia, a funcionar à parte, até fora dos ofícios religiosos.

Os *exempla* foram amplamente utilizados nos tratados de educação destinados às mulheres, nestes textos a presença das personagens femininas tinha como objetivo a representação da virtude. Assim, estavam presentes como exemplos quase sempre as mesmas mulheres, o diferencial era o olhar que seus autores tinham para essas mulheres. De acordo com Leite (2015, p.21), “o *exemplum*, era tido como um curto relato que ajudava os padres, em seus sermões, a orientar o comportamento de seus ouvintes como exemplos dignos de

imitação. Ou seja, era um discurso retórico que tinha por objetivo convencer e persuadir um conjunto de ouvintes”.

Inserido em um contexto de predomínio da oralidade, seus manuscritos ficaram restritos a uma pequena quantidade de exemplares, sendo a fonte principal para encontrá-los os sermões dos clérigos. O objetivo dessas mensagens era ensinar modelos de comportamento ideais àquela sociedade. Trata-se de textos curtos e simples, que por sua facilidade foram utilizados na educação das pessoas mais humildes. Aspectos convidativos a seus ouvintes e leitores que cumpriam facilmente sua proposta pedagógica na educação para as virtudes, os bons costumes, a doutrina cristã e a continuação dos modelos antigos.

Deve-se lembrar que o *exemplum* medieval, pelo que as pesquisas nos mostram, não se refere nunca a uma personagem, mas a uma narrativa, uma história a ser tomada em seu conjunto como um objeto, um instrumento de ensinamento e de edificação. O importante, nos *exempla* medievais, é destacar a virtude de comportamento presente nessas histórias, e não o personagem heroico, como nos *exempla* antigos (LEITE, 2015, p.46).

É possível conhecer mais sobre esses textos através dos prólogos de suas coletâneas, que trazem, como um de seus preceitos, o de ensinar, semelhança guardada na definição de alguns autores como Pierre de Limoges. “[...] tanto o *exemplum* como o *espelho* pertencem a um mesmo gênero literário e visam a uma formação moral, a um ensinamento” (LEITE, 2015, p.46).

Os *exempla* femininos surgem na antiguidade clássica com autores como Plutarco ficando conhecido no período medieval a partir da publicação *De claris mulieribus* de Boccaccio, utilizado como fonte para a maioria dos textos dos Humanistas. De acordo com Avelino (2010, p.87), “Desde a antiguidade até o Renascimento surgem inúmeros documentos com intuitos edificantes, que têm por objeto o elogio às mulheres ilustres”. Esses *exemplas* foram utilizados tanto para exaltar as virtudes femininas através da imagem de mulheres louváveis dignas de serem copiadas, quanto das viciosas, que são repreendidas e condenadas para que seus vícios não sejam repetidos por outras mulheres. Para Serra (2011, p.99), “A coleção de figuras notáveis, visando o enaltecimento da mulher, é uma tradição que remonta aos catálogos de feitos memoráveis da Antiguidade e que chega ao Humanismo”.

A partir do século XV, muitos textos didáticos moralísticos vão buscar seus exemplos nestas fontes. Os tratados de educação dos séculos seguintes utilizam-se de forma recorrente destas imagens de mulheres, entre seus autores estão Juan Luis Vives em *Instrucción de la mujer cristiana*, João de Barros no seu *Espelho de casados*, Rui Gonçalves em *Dos privilégios e prerrogativas que ho gênero feminino tem por direito comum e ordenações do*

*reyno mais que ho genero masculino*, Álvaro de Luna no *Libro de claras e virtuosas mugeres*, entre outros autores.

De acordo com Serra (2011), desde os períodos mais remotos sempre existiram mulheres virtuosas, escritoras, guerreiras, religiosas, o que não houve sem dúvida foi autores que inscrevessem essas personagens mulheres nas suas obras. Assim, por muito tempo, essas figuras femininas foram silenciadas pela historiografia literária, não permitindo que as mulheres soubessem da existência de uma genealogia que as representasse.

Alguns autores inspirados nesses exemplos femininos dedicaram suas obras exclusivamente às mulheres de seu país como é o caso de Diogo Azevedo em *Portugal ilustrado pelo sexo feminino notícia histórica de muitas heroínas portuguesas que floresceram em virtudes, letras e armar* (1734), texto dedicado exclusivamente à apresentação de mulheres ilustres de Portugal, que se dedicaram às letras, à religião, à arte da guerra, entre outras contribuições.

Para Serra (2011, p.98), “As figuras femininas, cujas biografias são relatadas com maior ou menor pormenor, oriundas das tradições clássica greco-latina, judaico-cristã e da história e literatura medievais, são referentes fundamentais para a eficácia pedagógica destes textos”. Além dos autores clássicos, os autores cristãos, filósofos e intelectuais também compuseram fonte para essas obras. O caráter de autoridade que estes textos exerceram ao longo da história, no entanto refletiu de modo bastante negativo na representação das mulheres. O tempo passou, mas esses exemplos e ensinamentos encontram-se ainda presentes na literatura.

Em 1405, a autora Christine de Pizan também utilizou desses exemplos para a construção de sua *A Cidade das Damas*, obra na qual constrói uma cidade habitada exclusivamente por mulheres.

Assim, entre os séculos XV ao XVII, os moralistas utilizaram os exemplos em seus textos para construir os modelos morais femininos. As mulheres que aparecem nestes textos são quase sempre as mesmas, o que diferencia é o valor atribuído à imagem dessas por seus autores, já que o mesmo *exemplum* pode assumir um valor negativo ou positivo, um vício ou uma virtude a depender do ponto de vista do autor sobre o comportamento dessa mulher. A imagem de Safo, por exemplo, é utilizada em vários textos, em *A Cidade das Damas* é exaltada, enquanto em Vives é criticada por não respeitar seu marido. No entanto, para formar esse compêndio de mulheres não foram utilizados apenas os autores antigos como defende Serra (2011, p.100):

[...] não só a historiografia e literatura clássicas fornecem figuras femininas. A enciclopédia de mulheres pagãs foi completada por autores cristãos como S. Jerónimo, nomeadamente através do *Adversus Iovinianum*, ou Santo Agostinho, cuja *De civitate* serviu também de fonte para algumas mulheres pagãs. Estes autores, educados na tradição literária clássica, foram veículo para o conhecimento dos autores gregos e latinos, passados pelo crivo da cristianização.

As mulheres que compõem esses textos são figuras históricas, personagens da Bíblia, mulheres romanas, escritoras, poetisas, filósofas, rainhas e as mulheres pertencentes à aristocracia. De acordo com Serra, a categoria de mulheres que mais aparece referenciada nos textos didáticos é a da figura histórica, justamente por ter maior eficácia pedagógica além de dar credibilidade ao texto. As mulheres gregas são exaltadas pela virtude da castidade, fortaleza e do amor ao marido. Porém, as mais citadas são as romanas elevadas por qualidades como o amor conjugal, a fidelidade, castidade e a fortaleza. Além de serem as mais exaltadas por sua inteligência. Entre as mais citadas estão Lucrecia, Pórcia e Júlia. Inclusive toda a segunda parte *Dos privilégios e prerrogativas que ho gênero feminino tem por direito comum e ordenações do reyno mais que ho genero masculino* de Rui Gonçalves é dedicada às mulheres romanas.

Alguns desses autores também utilizaram como referência de virtude mulheres contemporâneas à escrita de seus textos, como é o caso da Rainha D. Catarina de Aragão referenciada por Vives, as Rainhas D. Catarina, D. Isabel e D. Maria no texto de Rui Gonçalves. Sobre o destaque que essas mulheres influentes exerceram nestes textos alerta-se para o perigo deste poder interferir nas decisões masculinas. Já que muitas rainhas exerceram lugar de destaque nos governos masculinos, atuando principalmente como conselheiras do rei. A condição social de algumas mulheres ilustres foi imprescindível para execução de seus papéis seja como conselheiras dos maridos ou até mesmo como intercessoras de seu povo.

No texto de Pizan, vários são os exemplos de mulheres virtuosas no exercício do poder atuando como rainhas e conselheiras dos maridos e filhos na atuação real. No entanto, nos textos masculinos, as mulheres aparecem de forma recorrente como causa de guerra e destruição, atuando como principal razão para a destruição de seus senhores.

Nos *exempla* utilizados por Vives, as figuras femininas exaltadas são as boas esposas, boas mães, mulheres religiosas, sempre com um pretexto de delimitar, reduzir a existência feminina a uma vida de servidão aos homens. Entre as mulheres importantes por exercerem a educação dos filhos estão Cornelia, mãe de Gracos, Aurélia mãe de Cesar e Accia, mãe de Augusto, todas virtuosas aos olhos de Vives. A rainha Isabel responsável pela primeira tradução do *Livro das Tres Vertudes* também é referenciada pelo autor.

Entre as principais fontes utilizadas por Vives para autorizar seus argumentos estão as Escrituras Sagradas, com especial atenção para as Epístolas de São Paulo, referenciadas de forma recorrente ao longo desse espelho, também aparecem Sêneca, Cícero, Plutarco, Aristóteles, e um de seus autores preferidos São Jerônimo com sua famosa carta a Paula.

Percebemos que entre as virtudes exaltadas às mulheres o saber e a intelectualidade são pouco apreciadas pelos autores, visto o reduzido número de mulheres que se destacaram por essas virtudes. Em alguns textos, inclusive, essa virtude é apagada, quando se sobrepõem à desobediência à autoridade dos homens.

De acordo com Serra, os textos desses moralistas trataram de adequar os *exempla* aos seus objetivos. Essas figuras femininas são assim referenciadas por seus autores quase sempre pelas mesmas virtudes. “Os nossos moralistas não conferem todos um peso idêntico aos *exempla* nas suas obras. Este peso depende fundamentalmente do modelo global de conduta feminina que cada um deles pretende elaborar, dos grupos receptores para que se vocaciona e do próprio conceito de pedagogia que cada um possui” (SERRA, 2011, p.112).

Assim, chegamos à conclusão de que os *exempla* femininos são na verdade,

[...] formas literárias que auxiliam pedagogicamente a aprendizagem e interiorização dos modelos de conduta que as várias obras procuram elaborar, ao mesmo tempo que credibilizam o discurso. De facto, os textos de didáctica matrimonial constroem modelos sociais de comportamento que se pretende sejam interiorizados pela educação da aspiração individual à personificação desses valores de sociabilidade (SERR, 2011, p.116).

### 2.3 Os tratados de educação de mulheres na Península Ibérica

Ao longo dos séculos XV e XVI, houve um maior interesse dos autores na publicação de textos educativos e espirituais destinados às princesas e às damas da corte. De acordo com Mendonça (2013), nesse período, a educação/instrução feminina passou a ser alvo de interesse e preocupação com o objetivo de ensinar-lhes o protocolo exigido àquela sociedade. Esses textos quase sempre falavam às mulheres nobres, classificando-as a partir de três categorias, donzelas, casadas e viúvas.

Segundo Fernandes, entre os principais espelhos de príncipe produzidos em Portugal estão a *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* (1525), de Frei António de Beja; as *Condições, e Partes, que ha-de ter um Bom Príncipe* (1528), e o *Tratado dos Trabalhos do Rei*, ambos de Lourenço de Cáceres; o *Relox de Príncipes* (1529), de Frei Antonio de Guevara; o *Libro Primero do Espelho da Princesa Christiana* (1543), o *Libro Primero do*

*Espelho do Principe Christiano* (1544), o *Libro Segundo do Espelho do Principe Christiano* (1545), todos da autoria de Francisco Monção; o *Tractado Moral de Louvores e Perigos de alguns Estados Seculares* (1549), de Sancho de Noronha, entre outros.

No entanto, poucos destes espelhos foram além da recuperação e repetição dos textos antigos, já que sua maioria utilizava de forma recorrente os autores clássicos. Ao longo dos séculos, porém alguns autores foram apresentando outros olhares sobre o lugar da mulher, a partir da reformulação de algumas características que nunca eram referenciados nos textos destinados ao público feminino.

Diante de um contexto de valorização das mulheres, algumas começaram a ser exaltadas nos espelhos como figuras importantes, dignas de serem copiadas, entre elas, as santas, as figuras da Bíblia e algumas mulheres da antiguidade clássica. Muitos desses espelhos foram dedicados a rainhas virtuosas, como é o caso da rainha D. Isabel.

Um dos textos mais conhecidos neste período foi o *Instrucción de la mujer Cristiana de Luis Vives* (1523). Apesar da publicação de alguns autores trazer, de certo modo, a valorização do feminino, havia uma tradição de obras que buscavam difundir a imagem da mulher associada a características negativas como os defeitos de ordem física, biológica e social, tendo seu apoio nos textos clássicos e latinos, conforme Fernandes (1993, p.112):

A tradição doutrinária e literária que difundia a imagem modelar da submissão, do silêncio e, em particular, do “recolhimento” – nomeadamente no sentido físico – da mulher, particularmente das donzelas, não só não extinguiria, como parece ter tido um novo fôlego, alimentado tanto na releitura dos clássicos gregos e latinos, como também, senão principalmente, com textos que a longa Idade Média garantiu que fossem estando sempre presentes e aos quais a imprensa veio permitir uma mais ampla difusão.

Um dos espelhos de príncipe, editado em Portugal no século XV, foi o *Libro Primeiro del Espejo del Principe Christiano*, pelo teólogo e pregador Francisco Monzón, editado pela primeira vez em Lisboa, em 1544. Sobre o autor, sabe-se que era natural de Madrid, mestre em Artes e Doutor em Teologia pela Universidade de Alcalá. Tendo vindo para Portugal a pedido de D. João III, para ser professor de Teologia na Universidade de Lisboa e posteriormente de Coimbra. Chegou a Portugal no ano de 1535 e assim iniciou suas atividades literárias e pastorais até 1575, ano de sua morte. O *Libro Primeiro del Espejo del Principe Christiano* foi reeditado por Monzón em 1973, com algumas alterações. A obra é dedicada a D. João III.

Francisco de Monzón também escreveu um espelho dedicado às princesas, intitulado *Libro Primeiro del Espejo de la Princesa Christiana*, obra manuscrita, composta por treze



tratados, encontra-se disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Livraria nº 616. Ao que se sabe sua publicação é anterior a 1544, no entanto pouco referenciada pelos estudiosos, tendo sido redescoberta a partir dos estudos iniciais de Álvaro Terreiro, que traz na sua tese de doutorado<sup>9</sup> tanto a tradução do prólogo quanto o índice geral em português. De acordo com Terreiro (1972, p.235), o autor Francisco de Monzón “foi o primeiro a tentar escrever um compêndio sistemático da educação da mulher em Portugal”.

Este espelho de princesa foi dedicado à Rainha D. Catarina, porém seus ensinamentos não foram destinados a essa rainha, sendo oferecido em seu nome, apenas como forma de homenageá-la por suas virtudes. Seus ensinamentos foram na verdade destinados à filha de D. Catarina, a Infanta D. Maria. Conforme a tradução de Terreiro (1972, p.367):

Confessando a obrigação que tenho de servi-vos e oferecer-vos este pobre dom deste ESPELHO DA PRINCESA CRISTÃ, para que V. A. se veja nele, porque, se difícil me era louvar-vos, mais dificultoso me fora se presumisse dar-vos algum aviso de doutrina. Ao menos para que a sereníssima Infanta Vossa Filha e Senhora Nossa aprenda como lição parte das vossas reais virtudes, como as sabe por vossa contínua conversação.

Embora apresente alguns temas em comum, à maioria dos tratados de educação para mulheres também trazem algumas inovações em seus ensinamentos como a reivindicação do direito às mulheres atuarem como conselheiras dos seus maridos, legisladoras e também como autoras de leis, como mostra Terreiro (1972, p.370):

Tratado primeiro, adonde se trata como es próprio cargo de la Princesa Christiana ser consejera de su marido.

Cap. primeiro adonde se prueba que no se deue de tomar el consejo de alguna muger.

Cap. segundo adonde se prueba como conviene a la Princesa ser consejera de su marido.

Cap. terceiro adonde se responde a las Razones que se truyeron para provar que ninguna muger era buena para consejar.

Título segundo de como conviene a las princesas ser legisladoras de su mugeres.

Cap. primeiro adonde se ponen las razones por onde no conviene a las mugeres hazer leyes.

Cap. segundo Dela habilidad y sufficiencia que ay en las mugeres para regir y gobernar.

Cap. terceiro adonde se prueba por efficaces razones que a las Reynas y pryncesas conviene gobernar sus mugeres y hazer leyes por donde vivan y se rijan.

Cap. quarto adonde se responde a los inconvenientes que se ponian en hazer leyes las mugeres y se declara la manera que se deva de tener en ordenarlas.

---

<sup>9</sup>TERREIRO, Álvaro do Nascimento. **Um pedagogo espanhol na corte portuguesa do século XVI**: Francisco de Monzón e os tratados de educação de príncipes. Tese (Doutorado) – Universidade Pontificia de Salamanca, Salamanca, 1972.

Além dos tratados de educação dos príncipes e das princesas, Monzón na sua função de capelão também escreveu obras de caráter pastoral, entre elas *Norte de Confessores* (1546), *Norte de Idiotas* (1563) e *Avisos Spirituales* (1563). Sua importância é exaltada por Fernandes (1991, p.43), que vê na sua variedade de temas algumas orientações, que contextualizadas adquirem significados culturais importantes. “A variedade destas obras seria, por si só, motivo suficiente para reconhecer a este autor um lugar particular na cultura portuguesa do século XVI”.

Apesar da influência de Monzón na corte de D. João III, sua obra parece não ter despertado muito interesse nas pesquisas sobre os espelhos, o que vem apresentando-se na atualidade como um empecilho para seus pesquisadores que encontram grande dificuldade no acesso à sua obra.

Nas últimas décadas, no entanto a obra de Monzón tem provocado o interesse de vários estudiosos, entre elas Maria Fernandes, da Universidade do Porto, que desenvolve trabalhos sobre o assunto como podemos perceber em dois de seus artigos dedicados ao autor. O primeiro publicado em 1991, *Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião* e o segundo em 1993, *Francisco de Monzón e a princesa Cristã*.

Em seus estudos sobre o tema da literatura especular em Portugal, Terreiro apresenta dois autores portugueses que escreveram sobre as mulheres antes de Monzón, são eles João de Barros, no livro *Espelho de Casados*, publicado no Porto em 1540 e Rui Gonçalves, *Dos privilégios e prerrogativas que o gênero feminino tem por direito comum e ordenações do reino mais que o gênero masculino* (1557).

Embora o título da obra de João de Barros *Espelho de Casados* não apresente nenhuma menção às mulheres, seu conteúdo é muitas vezes dedicado a elas. Neste tratado, há uma valorização do casamento e da imagem feminina ao defender a mulher como igual ao homem em inteligência. De acordo com Silva (2010), O *Espelho de Casados* do Dr. João de Barros foi publicado pela primeira vez em 1540, sendo considerado a primeira obra impressa escrita em português integralmente destinada ao tema do casamento. Foi dedicado ao Infante D. Henrique, e configura-se como um manual normativo sobre o casamento, no qual busca apresentar as vantagens e desvantagens deste “estado” tão discutido no período medieval. “[...] concluindo pela necessidade de optar por ele, em nome da “ordem social” e da “prole”” (SILVA, p.15).

O *Espelho de Casados* compõe-se de quatro partes, na primeira, apresenta doze argumentos contra o casamento, em sua maioria retoma os defeitos das mulheres propagados pela literatura misógina, na segunda parte, apresenta doze razões a favor do casamento, na

terceira, refuta os argumentos contrários ao casamento e às mulheres, mostrando as qualidades e necessidades do matrimônio, manifestando-se favorável a este sacramento. Por fim, na quarta parte, apresenta doze declarações e requisitos para o casamento perfeito, entre estes, idade conveniente, riqueza do homem, que o homem tenha saúde, que não tenha filhos antes do casamento, que as mulheres sejam virgens e ricas, que o homem se case com uma mulher igual a ele em estado e vida, entre outros. João de Barros (1874, p.6) justifica que uma das intenções para as quais escreveu o *Espelho de Casados* “[...] é para que cada um por ele conheça seu erro, e saiba mudar de maneira que não erre, e saiba viver na Ordem de Deus instituída como convém para ser bem-aventurados [...]”.

Segundo Fernandes, neste contexto o casamento ganha certa valorização, e alguns autores passam a defender que a perfeição também pode ser alcançada através do matrimônio e não somente na consagração à vida religiosa. No que diz respeito às informações sobre o autor João de Barros, seus estudiosos reclamam de serem muito escassas. Além das confusões já realizadas entre ele e outro escritor homônimo, que duas décadas antes havia publicado a *Crónica do Imperador Clarimundo* (1522). Por isso, é referenciado como Dr. João de Barros, para que não aja confusão com o outro autor do mesmo nome.

Não se distanciando dos demais textos desta época, o *Espelho de Casados*, também, utiliza-se dos *exempla* para compor a sua argumentação, principalmente em sua terceira parte, que retoma importantes personagens femininas que se destacaram por suas virtudes, entre elas, duas importantes mulheres portuguesas, Dona Mafalda, primeira rainha de Portugal e Joana Vaz, intelectual que atuou como uma das mestras da Infanta D. Maria. Além disso, faz várias referências ao pensamento de Sócrates, Aristóteles e Platão, demonstrando a valorização do conhecimento clássico nestes *espelhos*. Para Silva (2010, p.12), “Estes textos, normalmente redigidos por moralistas e humanistas, sensíveis a um programa de perfeição “devota”, possuíam uma função exemplar, doutrinária e didáctica, pretendendo combater a ignorância com conselhos preciosos para a orientação das práticas religiosas dos cristãos [...]”.

Outra importante obra publicada em Portugal em defesa das mulheres foi *Dos privilégios e prerrogativas que o gênero feminino tem por direito comum e ordenações do reino mais que o gênero masculino*, do jurista Rui Gonçalves<sup>10</sup>. Publicado em 1557, este texto

---

<sup>10</sup> De acordo com Elisa Costa no texto de apresentação *Dos privilégios e prerrogativas que o gênero feminino tem por direito comum e ordenações do reino mais que o gênero masculino*, o autor Rui Gonçalves era natural da Ilha de São Miguel, Açores, e filho do poeta novilatino Pedro Fernandes. Estudou Direito Civil pela Universidade de Coimbra, exercendo a advocacia na Casa da Suplicação em Lisboa, considerado como um dos maiores tribunais de justiça de Portugal nesse período. Ao que se indica, o autor gozou de grandes privilégios na

foi dedicado à Rainha D. Catarina de Áustria, que coincidentemente assume a regência de Portugal neste mesmo ano. Trata-se de um livro que busca defender às mulheres do ódio dos autores misóginos. Rui Gonçalves denuncia que muitos escritores “[...] escreveram contra a vida e costumes do gênero feminino, quase acusando a natureza por produzir fêmeas e não machos”. Assim, contrariando esse pensamento o autor tenta formular um discurso de valorização das mulheres, no qual em alguns aspectos elas são, inclusive, superiores aos homens.

Na segunda parte da obra Rui defende que escreverá como “jurista e não como teólogo”. Seu objetivo encontra-se presente desde o prefácio do livro ao mostrar o quanto os homens estavam errados quando escreveram sobre as mulheres. A obra divide-se em duas partes, a primeira segue o modelo dos *exempla*, a partir de nove virtudes atribuídas às mulheres: doutrina e saber, conselho, fortaleza, devoção e temor a Deus, liberalidade, clemência e misericórdia, castidade, amor conjugal e ociosidade. A partir dessas prerrogativas, apresenta uma série de mulheres virtuosas que se configuram como superiores aos homens, entre elas estão Debora, Ceres, Safo, as sibilas, Lésbia, Cornificia, entre outras. E na segunda parte apresenta uma compilação de leis que abrange o direito das mulheres. Uma das defesas do autor é o respeito ao dote matrimonial.

Para Costa (1992, p.11), “Embora não possamos falar em Rui Gonçalves como um feminista, dele é obrigatório dizer ser o primeiro autor Português, conhecido, a colocar a questão da igualdade entre os sexos, num livro que, parece-nos, às mulheres foi por inteiro dedicado”. *Dos privilégios e prerrogativas*, foi dedicado à Rainha D. Catarina, muito elogiada por suas inúmeras virtudes. Embora fosse comum, nesta época, a escrita das obras em Latim, Gonçalves optou por escrever em Português como uma forma de torná-la acessível a público maior.

Em trabalho sobre a condição social das mulheres em Portugal, Medeiros (2013, p.14) apresenta a partir de documentos da época a exemplo do *Livro das Leis e Posturas, ordenações Del-Rei Dom Duarte e Ordenações Afonsinas*, que as mulheres exerciam um papel ativo na sociedade, bem diferente do que ditavam os autores homens. O recorte do estudo de Medeiros centra-se na multiplicidade de papéis desempenhados pelas mulheres no reinado de D. João II (1481-1495), no final do século XV. “No decurso da análise da

---

corte de D. Catarina, no prólogo pede que a rainha aceite a obra em sua homenagem em troca de sua proteção. Embora atualmente este texto configure-se como importante objeto de estudo, passou um longo período esquecido, tendo voltado a circular apenas no século XIX.

documentação oriunda de diversos fundos documentais portugueses, nos defrontamos com numerosas personagens femininas cuja atuação em sociedade distanciava-se da figura ladeada por homens”.

Entre essas mulheres silenciadas Medeiros (2013), apresenta Maria Dias, uma jovem que teve seu irmão assassinado. E segundo as leis da época nos casos de morte o assassino tinha a obrigação de pedir perdão à família da vítima. Assim, Maria Dias aparece como a autora da carta de perdão que traz como exigências que o assassino não mais apareça na sua frente e não more na mesma vila que ela. Ou seja, exerce um papel ativo ditando as regras do destino de um homem numa sociedade regida supostamente por suas leis.

O exemplo de Maria Dias comprovamos que as normas impostas pelos homens, a Igreja e a sociedade de fato existiram, no entanto não impediram que as mulheres exercessem outros papéis. Portanto, o controle e a submissão ao espaço privado não alcançaram todas as mulheres, muitas conseguiram registrar seus desejos através da escrita. E Maria Dias não foi uma exceção, enclausurá-las sob esse disfarce foi uma maneira que a história encontrou de silenciar essas mulheres. Neste sentido, Medeiros (2013, p.15), questiona “[...] até que ponto o falar interminável dos homens da Igreja de fato impedia a atuação das mulheres e limitava os papéis que poderiam desempenhar”.

No próximo capítulo apresentamos o *Livro das Tres Vertudes*, a fim de situar melhor a obra de Christine de Pizan, em meio a uma tradição literária de tratados de educação composta por autores homens.

### **CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS CONTRA AS ARMADILHAS: OS ENSINAMENTOS DE PIZAN NO *LIVRO DAS TRÊS VERTUDES A INSINANÇA DA DAMAS*.**

O *Livre des Trois Vertus* (1405) de Christine de Pizan inaugura a presença de uma voz feminina que fala a outras mulheres, numa tradição literária composta em sua maioria por autoridades masculinas. Antes de Pizan, como vimos, no século IX, Dhuoda já havia se inserido nesta tradição de *espelhos* com seu livro *La Educación Cristiana de me hijo* (1841-1843). No entanto, sua obra não era dedicada às mulheres, mas sim ao seu filho Guilherme.

Em um universo de tantos autores homens escrevendo sobre e para as mulheres, destacamos a importância do *Livro das Tres Vertudes* ao apresentar às mulheres sob a perspectiva de uma escritora mulher que escreve sobre educação para o público feminino. O *Livre des Trois Vertus* foi escrito em 1405 para a educação de Marguerite de Nevers, neta do principal mecenas de Pizan, Phillippe le Hardi, o texto porém não ficou restrito à educação

desta princesa, sendo ampliado para a educação das mulheres dos diferentes extratos sociais. Neste trabalho buscamos analisar o projeto de educação desta autora a partir da primeira tradução portuguesa desse tratado de educação.

O *Livro das Tres Vertudes* é um manual de educação para as mulheres que tem como base as virtudes cristãs e um conhecimento prático aplicável a realidade das mulheres medievais. Christine de Pizan também formula importantes estratégias e conhecimentos próprios, para as possíveis situações que poderiam ser vivenciadas pelo público feminino neste cenário.

Algumas décadas após a sua publicação, este texto ganhou duas traduções portuguesas a primeira realizada a pedido da rainha D. Isabel em 1450, intitulada *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*. E a segunda realizada em 1518 por ordem da também rainha D. Leonor sob o título de *O Espelho de Cristina*. Ao que se sabe essas duas traduções foram realizadas a partir do manuscrito do *Livre des Trois Vertus* enviado pela duquesa de Borgonha à sua sobrinha, a rainha Isabel de Portugal, esposa de Afonso V. Hoje, esse manuscrito pode ser encontrado na Biblioteca Nacional de Madri.

O *Livro das Tres Vertudes* alcançou grande prestígio ao longo do período medieval, prova desse sucesso são as várias edições, como relata Charity Willard (apud LEITE, 2015, p.128): “há cerca de vinte manuscritos catalogados da obra *Trois Vertus*. Foram feitas três edições de 1497, 1503 e 1536 e ainda as traduções portuguesas de 1447 e 1518”.

Em um período de grandes transformações sociais, exigia-se uma nova postura das mulheres e esses manuais apresentaram-se como um referencial nesta educação. No *Livro das Tres Vertudes* as mulheres das diferentes camadas sociais aparecem representadas, levando-nos a entender um pouco do seu cotidiano, tantas vezes silenciado pelos autores homens, que parecem não achar a participação das mulheres importante para a história literária. Em vários momentos da história essas mulheres são invisibilizadas, ora negando sua existência, ora negando sua importância.

O *Livro das Tres Vertudes* foi escrito logo após o término de *A Cidade das Damas* (1405), texto da mesma autora, no qual busca construir uma Cidade utópica, uma espécie de fortaleza habitada exclusivamente por mulheres com o objetivo de protegê-las das injustiças e violências dos homens. Este manual de educação para mulheres tem início com a aparição de três damas alegóricas, Razão, Retidão, Justiça e a personagem Christine. No diálogo entre as personagens as Damas pedem que Christine retome a sua função de escritora, como já havia feito em *A Cidade das Damas*. Assim, Christine explica que num momento de descanso, as três damas alegóricas aparecem a ela novamente com a missão de convidar as mulheres a

participarem da *Escola das Damas*, pois neste texto sua missão é justamente conduzir as mulheres a uma vida virtuosa através da educação.

Na aparição das três damas alegóricas a primeira referência que se faz é a repreensão da ociosidade, defeito que aparece de forma recorrente nos textos misóginos. Esse vício é assim combatido pelas Damas “Queres tu dar orelhas aa liçom da preguiça que sempre te engalhará, se a crer quiseses”. Assim adverte, “e nom seja mais escondida no espoojeiro da priguiça” (PIZAN, 2002, p.76).

O projeto de educação do *Livro das Tres Vertudes* é na verdade uma continuação de *A Cidade das Damas*, no primeiro livro dedicado a ensinamentos de ordem prática, Pizan apresenta o caminho que as mulheres deveriam percorrer para habitarem a *cidade celeste*. Em *A Cidade das Damas* Christine inicia-se como aprendiz, porém o mesmo não acontece em *O Livro das Três Vertudes*, pois alcançando autonomia atua de forma direta sem intermediação das Damas.

Enquanto em *A Cidade das Damas* temos um livro mais histórico e teórico contendo a história das mulheres, exemplos de atuação feminina e verdadeiros espelhos a serem seguidos, no *Livro das Tres Vertudes* Pizan propõe um conhecimento prático, repleto de estratégias, rotas de fuga, posicionamentos políticos capazes de guiar os comportamentos, escolhas e caminhos da vida diária das mulheres medievais. Em *A Cidade das Damas* Christine atua como defensora das mulheres, no *Livro das Tres vertudes* a própria autora é a responsável por ensinar às mulheres a se defender, dando a elas autonomia para atuarem em seu próprio interesse.

A prioridade no espelho de Pizan diz respeito à realidade medieval, sua educação era para a vida em sociedade naquele contexto, afinal as mulheres estavam presas àqueles protocolos. Pizan sempre acreditou na educação, e podemos dizer que foi a primeira mulher a defender que a educação libertaria as mulheres, pois sua própria liberdade está associada ao conhecimento. Os seus posicionamentos sociais e políticos vêm da sua crítica ao saber sedimentado pelos homens. E se atentarmos para os seus ensinamentos neste manual de educação fica visível que ensina às mulheres a serem independentes, sua educação é para o sucesso das mulheres.

Embora o *Livro das Três Vertudes* utilize-se das regras impostas por aquela sociedade também há uma tentativa de distanciar-se da misoginia, pensamento tão prejudicial para a vida e representação das mulheres na Idade Média. A maioria dos ensinamentos deste texto é no sentido de alertar as mulheres das armadilhas que estavam expostas, muitos são os

conselhos para que não sejam vítimas dos artifícios masculinos, pois neste texto o perigo não são as mulheres, mas sim os homens.

Se nos espelhos escritos pelos autores homens, as mulheres aparecem como agentes perigosos, na obra de Pizan acontece justamente o contrário. Ou seja, inverte-se a ordem do discurso ao representá-las não como vilãs, mas como vítimas da maldade dos homens. Ao se posicionar em defesa das mulheres, a autora introduz um debate com séculos de escritos misóginos, textos que as inferiorizavam.

*O Livro das Tres Vertudes* fundamenta-se nas necessidades cotidianas, na vida prática e nos desafios enfrentados pelas mulheres medievais. Assim, conhecer e vivenciar essas experiências enquanto mulher influenciou na seleção das lições propostas por Christine de Pizan. Entre as principais lições deste espelho de princesa estão os problemas econômicos, sociais e políticos enfrentados pelas mulheres, demonstrando que tinham participação e interesse nos assuntos públicos. De acordo com Crispim, (2002, p.19):

Em *O Livro das Tres Vertudes*, além dos conselhos às mulheres, Christine de Pizan, desenha, em certos passos, autênticos quadros do cotidiano medieval. Ao descrever as situações concretas para as quais são enunciados os fundamentos doutrinários e os preceitos de comportamento que propõe, a autora fornece-nos, a nós, leitores de hoje, uma sucessão de imagens dos costumes e das relações entre as diversas categorias de actores sociais que assume o valor de uma verdadeira galeria de tipos a que não faltam traços psicológicos e psicossociológicos.

Como recurso para autorizar sua obra Pizan recorre à autoridade religiosa dos santos, filósofos e evangelistas da Bíblia, através dessas referências busca mostrar seu conhecimento e erudição sobre as Escrituras Sagradas. Entre os textos utilizados no seu espelho de princesa estão o *Livro do Eclesiástico* e o *Livro das santas virgens* de Santo Agostinho, o *Livro da Virgindade* e o *Livro dos Ofícios* de Santo Ambrósio, entre outros. A autorização dos ensinamentos propostos por Pizan são de ordem divina, representados tanto na figura celeste das Damas alegóricas, quanto em passagens do Evangelho, comprovando que suas lições estavam alinhadas com as do próprio Deus.

Igualmente como em *A Cidade das Damas* (1405), neste espelho de princesa Pizan também contou com a intervenção divina das três Damas alegóricas: “E eu, Cristina, ouvindo as vozes de minhas mui honradas Senhoras, chea d’alegria, corri e me pus em giolhos ante elas e me ofereci aa obediencia de seus dignos mandamentos, os quaes logo recebi em esta guisa: “Toma tua pruma e scrive”” (PIZAN, 2002, p.77). A aparição das Damas é utilizada mais uma vez para conferir autoridade à obra, uma vez que a autoria aceita neste contexto era



a de clérigos, reis e intelectuais homens. Além do mais, a autora buscava educar as rainhas e princesas quando não possuía nenhum título de nobreza. Para Leite (2015, p.137):

A escolha da autora em invocar a alegoria das três senhoras como conselheiras, provavelmente isso se deve ao fato de que estes conselhos são direcionados às grandes senhoras, particularmente da França. Não podemos esquecer que Christine não pertencia à nobreza, o que tornaria difícil sua tarefa de educar princesas já que não teria a autoridade necessária, recorrendo assim aos céus.

A educação neste texto fundamenta-se nas virtudes cristãs, a primeira, amar e temer a Deus. “E será o fundamento de nossa doutrina, primeiramente, sobre o amor e temor de Deus Nosso Senhor, porque este é o começo da sabedoria e de que todas as outras virtudes nascem e decendem” (PIZAN, 2002, p.80). As virtudes e a sabedoria derivam de Deus, por isso o primeiro ensinamento da obra fundamenta-se no amor a ele.

Sobre a humildade defende: “E com esta virtude de humildade, a nobre Senhora será tam paciente que, ainda que o mundo dê assaz de diversidades assi aos grandes senhores como aa pequena gente, segundo seus estados, por causa que lhe aconteça nom será movida impaciência” (PIZAN, 2002, p.103).

Para Fernandes (1995) nesses manuais existia uma necessidade de articular os ensinamentos da vida familiar, moral e social com as práticas religiosas muito valorizadas na educação das mulheres. Por isso, a inserção dos principais ensinamentos cristãos à prática da caridade, a confissão, o amor e temor a Deus, a obediência, a humildade, entre outros.

De acordo com Medeiros (2013, p.65), “O direito canônico medieval dividiu as mulheres em três estados ou estatutos sociais condicionados diretamente à relação de sujeição estabelecida com a autoridade masculina que regia ou deveria reger sua vida e a mantinha sob custódia – pai, tutor ou marido”. A relação de subordinação das mulheres em relação aos homens é uma questão muito antiga, desde a Antiguidade Clássica, filósofos, médicos e poetas escreviam sobre os defeitos das mulheres consolidando a herança deixada por Eva. Além disso, as leis do direito romano foram se repetindo ao longo dos séculos e sob sua defesa a incapacidade das mulheres de se autogovernarem, estando portanto, subordinadas à tutela masculina.

Segundo Casagrande (1990); Fernandes (1995); Leite e Medeiros (2013), no período medieval as mulheres foram divididas a partir de três categorias donzelas/solteiras, casadas e viúvas, eram assim definidas a partir da relação de subordinação que mantinha com os homens. De acordo com Richard Steele apud Hufton (1994, p.23), “Uma mulher é uma filha, uma irmã, uma esposa e uma mãe, um mero apêndice da raça humana”. Eram assim,

consideradas apêndice dos homens estando sua existência condicionada à tutela masculina, já que os documentos históricos deste contexto reconheciam as mulheres pelo nome do pai, irmão ou marido.

Essa classificação em solteiras, casadas e viúvas foi responsável por atribuir às mulheres características que as aprisionavam a uma ordem natural, biológica tornando sua existência impensável fora dessas categorias. Assim, os preceitos dedicados à educação das mulheres buscavam manter o “equilíbrio da ordem social”, que se realizaria apenas através do respeito à hierarquia entre os sexos. De acordo com Medeiros (2013, p.65),

Mulheres virgens, casadas e viúvas, sua posição no mundo é usualmente determinada segundo a castidade e seus atributos biológicos, ou seja, a capacidade e disponibilidade de gerar descendência à linhagem masculina. Esta construção perdurou na Idade Média e influenciou tão profundamente a sociedade que a maioria das referências ao feminino utilizava essa divisão que indicava, além de seu nível de sujeição, sua posição social e sua estirpe.

A educação das mulheres neste período centrava-se nestes três papéis responsáveis por condicioná-las a uma vida de sujeição aos homens. A intenção de classificá-las a partir destes critérios indicava mais que uma intenção, um modelo composto por normas que não permitia sua existência fora dessa relação de subordinação. Eram portanto, educadas para servirem como filhas, esposas ou mães, e desde a infância, sua educação seria para o bom casamento. Nos textos misóginos as mulheres são incapazes de cuidar de si mesmas, precisando sempre da intervenção dos homens para protegê-las. Além disso, são consideradas seres inferiores, por não possuir as mesmas capacidades intelectuais, físicas, nem o controle de suas emoções.

No tópico seguinte apresentamos a divisão do *Livro das Tres Vertudes*, proposta por Christine de Pizan. Como veremos, ao contrário da maioria dos espelhos dos autores misóginos, não segue a divisão tradicional que divide as mulheres em solteiras, casadas e viúvas.

### **3.1 A divisão do Livro das Tres vertudes: uma proposta alternativa para os tratados de educação para mulheres**

Em sua estrutura o *Livro das Tres Vertudes* é composto por três livros: o Livro I é endereçado às princesas, imperatrizes, rainhas, duquesas e altas senhoras. O Livro II destina-se às Senhoras e donzelas que vivem na corte, às baronesas, às Senhoras e Donas que vivem em suas quintas, às mulheres que administram suas terras e às religiosas. E o Livro III é

endereçado às mulheres de Estado, das boas vilas, do povo, dos lavradores, às burguesas, às prostitutas e às mulheres viúvas dos diferentes Estados.

### **Livro I**

A primeira parte compõe-se de vinte e sete capítulos, e respeitando a hierarquia social é dedicada às mulheres que ocupam os mais altos lugares na corte. Apresenta-se como o livro mais extenso ao trazer lições destinadas a todas as mulheres, além claro, da educação das rainhas exigir maiores detalhes tendo em vista sua importância no reino.

Percebemos que o prestígio social alcançado pelas rainhas e princesas era resultado do olhar do povo sobre elas. Assim, eram educadas a manter uma boa relação com todos, serem amadas pelos mais humildes através das ações sociais de caridade e também pelos nobres que poderiam salvá-las das perseguições dos invejosos.

Na visão de Pizan, a rainha exerce um papel político no reino, atuando como conselheira do marido, mantendo boas relações com os membros do conselho, que garantiam a vitória real nas decisões a serem votadas em assembleia, intermediando o amor e o respeito entre o príncipe e o povo, aproximando-se dos mais humildes a partir de ações sociais e da prática da caridade, fazendo que o povo tivesse gratidão e respeito por seus representantes.

A corte, porém é descrita como um ambiente de disputas e trapaças, não muito favorável ao sucesso das mulheres. Assim, qualquer falta seria capaz de colocá-las em perigo. Buscando mudar a realidade dessas mulheres, Pizan antecipa algumas dessas armadilhas arquitetadas pelos homens buscando proteger suas leitoras.

No *Livro das Tres Vertudes* inicialmente sete são os ensinamentos necessários à educação das princesas, estes conselhos além de buscarem livrar as mulheres das armadilhas por elas vivenciadas neste contexto, exercem um viés político, que através de estratégias procuram dar às mulheres um espaço privilegiado e amizades com pessoas influentes que poderiam defendê-las.

A primeira lição ensina que as mulheres devem amar seus maridos e viver em paz com eles, sendo humildes em seus feitos e palavras, além disso, com reverência, devem obedecer-lhe sem murmurações. Neste ensinamento, percebemos não um desejo da autora, mas uma necessidade das mulheres medievais, visto que não tinham nenhuma garantia que as amparasse da violência masculina, as Leis, o Estado, a Família e a Igreja, todos pregavam a obediência das mulheres aos homens.

Assim, fugir dessa norma era estar exposta aos maiores infortúnios, como exemplo de obediência Pizan cita a figura bíblica da Rainha Ester. Para a autora, a estratégia utilizada para

que as mulheres não discutissem com seus maridos estava na confissão, apenas nestes momentos deveriam revelar seus sofrimentos e falar mal dos maridos. E ao fim, pediriam a Deus que os melhorassem como companheiros.

O segundo ensinamento aconselha que as mulheres amem a família do seu marido. Assim, apresenta como deveriam se comportar na presença desses familiares buscando tratá-los com amor e acolhê-los sempre da melhor maneira possível. Diante de desentendimentos, as mulheres deveriam intervir pela paz, guardando-se de falar mal de algum dos familiares. No entanto, percebendo que tramavam contra o rei deveria avisá-lo imediatamente, pois seu cargo estava em perigo.

O terceiro ensinamento destaca o papel das mulheres na educação dos filhos. Pizan adverte que a mãe tem a missão de ensinar seus filhos a servir a Deus, conduzindo-os às virtudes e afastando-os dos vícios. A princesa se ocupará dessa tarefa desde os primeiros anos das crianças, repreendendo-os quando necessário para que se voltem para os retos caminhos. E se for mulher, deve ser boa em nome, devota e amar a honra.

A quarta lição aconselha às mulheres a se comportarem diante dos inimigos. Assim, adverte as princesas “quanto mais virtuosa for a pessoa, mais invejada será”. Essas mulheres tinham como missão fingir que não sabia da existência de inimizades. Preservando-se de intrigas e mantendo boa relação com todos pois, “Sabendo seus inimigos o que ela sabe, nem a amariam, pensando que o semblante que lhe mostrava era com medo, e seriam contra ela mais soberbos e haveriam maior coração de lhe empecer e preçar-la-iam pouco. E saber-se-á bem guardar de todo”. (PIZAN, 2002, p.139).

No quinto ensinamento, aconselha que a princesa deve trabalhar para alcançar graça e ser amada entre os súditos. Percebemos nesta lição um caráter político ao buscar ensinar às mulheres a construir sua popularidade no reino a partir do apoio de autoridades masculinas como os letrados e religiosos.

Por isso, desejará haver-se bem com os outros, por duas principaes cousas: a primeira é que os bõs e devotos rogam a Deos por ela; a outra é que ela seja louvada deles em seus sarmões – e, assi, que a sua voz possa ser como escudo e defesa contra as murmurações e maldizeres dos invejosos, e os possam afogar – per que ela possa melhor haver a graça de seu Senhor, e assi do povoo comuu que dela ouvir dizer bem, e que ela, per eles, possa seer sosteuda contra os poderosos, se necessário for (PIZAN, 2002, p.143).

A amizade das mulheres com os religiosos e intelectuais é defendida por Pizan como uma estratégia política, para obter apoio nas pautas dos conselhos, ser elogiada nos sermões e reuniões e se necessário capaz de livrá-las de qualquer suspeita quando acusadas por

inimigos. As rainhas devem assim, manter os laços de proximidade com esses aliados através de conversas e banquetes que garantam sua proteção no reino. “[...] porque aqueles que som enobrecidos de ciência som dignos de muita honra. E far-lhes-á bem, segundo seu poder, a eles e a seus colégios e conventos” (PIZAN, 2002, p.143).

No ambiente de corte, essas amizades eram muito comuns, pois reinava a troca de interesses e favores. O que nos faz pensar nesses espelhos dedicados às rainhas como forma de gratidão pelos favores alcançados pelos clérigos e intelectuais. Ao que se sabe, muitos autores dedicavam seus textos a reis e rainhas com o objetivo de usufruir de favores, cargos e até mesmo proteção dos monarcas. Muitos intelectuais publicaram suas obras dessa maneira, já que o mecenato era uma necessidade comum a muitos autores que não tinham condições financeiras para publicar suas obras. Essas dedicatórias, inclusive, foram uma das estratégias utilizadas pela própria Christine de Pizan. De acordo com Sara (2006), Pizan teve grande ajuda da aristocracia medieval para difusão dos seus textos.

Percebemos que o escritor neste contexto, não exercia uma simples profissão real, mas um cargo político, uma voz recoberta de autoridade social. Assim, o que escrevia importava muito para aquela sociedade. Por isso, a dedicatória nos espelhos de princesa configura-se como de extrema importância para exaltação de algumas rainhas. Muitas mulheres usufruíram de prestígio em seus reinos graças às homenagens que lhes eram feitas através desses textos.

Sobre o papel político e diplomático a ser exercido pelas rainhas Pizan (2002, p.145) aconselha:

E assi desejará a booa Senhora e quererá haver-se bem com jente de conselho. E mandará que venham a ela alguuas vezes e recebe-los-á honradamente. E falará com eles, em grande siso, palavras d’autoridade, o mais que ela poder, e os teerá em amor. E tendo esta maneira lhe valerá em muitas cousas, porque eles louvarom seu siso e a sajes e booa e notável governança que neela sentiram. E se acontecer que alguus envenjosos queiram contra ela fazer ou dizer alguua cousa, eles o nom, leixarom passar em publico nem em conselho, se a ela for perjuizo, e moverom o princepe, se for mal enformado. E se ela desejar que aguua cousa passe no conselho, eles lhe seram favoravees.

Neste ensinamento, a autora apresenta uma das melhores estratégias para as rainhas e princesas tornarem-se conhecidas no reino, fazer amizade com homens de autoridade que pudessem lhe servir.

O sexto ensinamento é dedicado a ensinar as princesas e rainhas a educarem suas damas de companhia. Assim, apresenta como exemplo para compor as mulheres de corte, as boas e honestas. Segundo Pizan, as Senhoras deveriam ensinar suas damas a não ser enganadas pelos homens, por isso, deveriam ser temidas e ter autoridade sobre elas.

A sétima lição ensina as mulheres a governar suas rendas. Na educação das princesas a administração do dinheiro era um dos pontos de advertência “tome cuidado no feito de sua renda”. O controle e a divisão do dinheiro passam especialmente pelos gastos domésticos, lembrando que uma boa senhora deveria saber as atribuições e as despesas com seus funcionários. Assim, deveriam seguir uma divisão dessas despesas, partindo-as em cinco partes, de modo que a primeira parte fosse destinada aos pobres, a segunda às despesas da casa, a terceira a pagar seus servos, a quarta destinava-se a doações de estrangeiros e outros que mereciam suas ordenanças e a quinta parte colocada no tesouro. Apenas a sobra desse dinheiro seria destinada aos divertimentos da senhora como roupas, calçados e joias.

Ao fim das sete lições, estaria o prêmio àquelas que seguissem seus ensinamentos, conservando a virtude segundo Pizan teriam “o Paraíso que é prometido aos que bem vivem”.

## **Livro II**

A segunda parte é composta de treze capítulos, dos quais oito são dedicados à educação das damas de companhia, conhecidas como mulheres de confiança das rainhas. Pizan ensina que as senhoras e donzelas devem amar suas rainhas, evitar ser invejosa e fazer intrigas, zelar por sua reputação guardando-se de conversas com homens, ser leais e obedientes respeitando a hierarquia social. Para as situações de possível adultério das princesas e rainhas ensina que as damas de companhia não devem revelar o segredo de suas senhoras, porém deverá repreendê-la para que não mais o faça. As damas de companhia são educadas a não ajudar suas senhoras na prática do adultério lembrando-as que “[...] em toda cousa onde pode haver pecado, ca nenhuu é tiudo obedecer a outrem por desobedecer a Deos”. Para a autora toda virtude vem de Deus, assim afastar-se de seus preceitos era está longe de uma vida virtuosa.

Entre os temas das suas lições estão os cuidados com a inveja e as fofocas, “As mulheres da corte se devem guardar de dizer mal huas das outras” (PIZAN, 2002, p.233). Assim, destaca a importância dessas mulheres na vida de suas rainhas, pois se bem educadas poderiam protegê-las dos perigos da corte e interferir diretamente na sua vida pública. Por isso, a educação aparece como um mecanismo de poder nos textos desta autora, só assim as mulheres estariam preparadas para viver nesta sociedade. Permitindo, inclusive, que esse conhecimento fosse utilizado como símbolo de união entre as mulheres.

Os ensinamentos do *Livro das Tres Vertudes* são resultado da própria experiência de Christine de Pizan, enquanto mulher ocupando esses vários lugares. E pela riqueza de temas

abordados à educação das mulheres dos vários estados, percebemos que esses conselhos só poderiam ser dados por alguém que realmente vivenciou essas dificuldades.

Distanciando-se da representação das mulheres nos textos dos autores homens. O manual de educação desta autora é marcado pela forte atuação das mulheres, e apesar das suas inúmeras limitações sociais atuavam como baronesas, donas de suas quintas e fazendas, camponesas, feirantes, ou seja, a vida dessas mulheres não estava reduzida ao ambiente doméstico, pois suas contribuições ultrapassava o espaço privado. Christine de Pizan é assim responsável por reescrever um novo cotidiano vivido pelas mulheres no período medieval.

No *Livro das Tres Vertudes* é possível perceber que algumas mulheres, desfrutaram de uma condição social diferente da apresentada nos manuais de educação dos autores homens, entre elas, as baronesas e as mulheres que governavam suas próprias terras. “E porque seus estados e vidas som deferentes, nos convem falar em deferença, convem a saber, do estado, ordem e maneira de seu viver” (PIZAN, 2002, p.236). As baronesas participavam nos negócios familiares, exercendo poder e autoridade, inclusive, sobre outros homens. A importância administrativa exercida por essas mulheres é exaltada por Pizan, apresentando que na ausência dos maridos essa atividade acabava se tornando necessária para muitas mulheres. Assim adverte: “deve-se governar per tal maneira que seja de todos amada e temida” (PIZAN, 2002, p.227).

O uso da força em algumas funções exercidas pelas mulheres tornava-se uma exigência, no caso das baronesas Pizan (2002, p.238) ensina: “Nós havemos dito que ela deve haver coração d’homem, esto é, que ela deve saber dereitos d’armas”. O *Livro das Tres Vertudes* nos mostra a diversidade de mulheres que viveram no período medieval, apresentando suas reais atuações, quase sempre encobertas por lacunas nos manuais dos autores homens que trataram de silenciar os verdadeiros papéis por elas desempenhados ao longo da história.

Para à educação das mulheres proprietárias de terras, administradoras de suas fazendas ensina-se que devem ser discretas e governar bem suas terras, economizar dinheiro, conhecer as leis, visitar suas lavouras e escolher bem seus empregados. “[...] é necessário a suas molheres serem sajes e de grande governança e que claramente vejam bem em seus feitos porque, pola maior parte, estam em suas casas sem maridos, que som em as cortes dos Senhores ou em outras partes” (PIZAN, 2002, p.240). Pizan revela que as constantes guerras colocavam as mulheres diante da necessidade de saber governar na ausência dos maridos. Assim, a prática de governar e o exercício do poder pelas mulheres apresenta-se como uma preocupação no manual de educação desta autora.

### Livro III

A terceira parte compõe-se de treze capítulos, e é responsável por apresentar o maior número de destinatárias, demonstrando justamente como a diversidade feminina estava entre as classes mais humildes. Entre elas estão as mulheres de Estado, das vilas, as mercadoras, as camareiras, as lavradoras, as donzelas e viúvas mais humildes e até as prostitutas, pois a preocupação desta autora distancia-se da perfeição exigida nos textos dos autores homens, castidade e obediência. Suas lições são diferentes, centrando-se nas necessidades e dificuldades vivenciadas pelas mulheres neste contexto.

O primeiro capítulo dedicado às mulheres dos nobres traz algumas lições já apresentadas no primeiro livro dedicado às rainhas, entre elas, amar o marido, governar suas fazendas, vestir-se de forma adequada e também ter cuidado com a reputação. Pizan também alerta que as mulheres devem manter a paz com os maridos.

Para a educação das virgens, ensina que devem manter-se ocupadas, principalmente a serviço a Deus, vestir-se honestamente, serem devotas e obedientes aos pais. “Desi, devem seer suas palavras boas, simprezes e devotas, e sem muito granjear. Seu vestir, honesto e sem nenhuua louçainha. E jeito encolhido e muito simprez ledice, os olhos abaixados e a fala baixa”. (PIZAN, 2002, p.281). Assim, seriam desejáveis entre os homens para o casamento.

No capítulo dez, dedicado à educação das prostitutas a autora repreende suas práticas, “Abrii os olhos do conhecimento antre vós, miseravees molheres daudas a pecado tanto desonestamente”. (PIZAN, 2002, p.296). E aconselha essas mulheres a converterem-se através de exemplos como o de Maria Egipcíaca, conhecida como a prostituta que virou santa.

A realidade social, econômica e política das mulheres que compõem o terceiro livro é a mais difícil da obra. E revela a preocupação de Pizan, em permitir que a educação fosse um direito de todas as mulheres, não estando restrita exclusivamente a nobreza.

Nos manuais de educação escrito por autores homens é praticamente impossível entender as mulheres a partir dessa diversidade de destinatárias. Nestes manuais defendia-se como regra seguir a divisão que obedecesse ao critério da castidade, classificando as mulheres em donzelas, casadas e viúvas, além de serem dirigidas de forma recorrente apenas às mulheres nobres. Pizan, no entanto, desobedece esse protocolo ao falar às mulheres das diferentes *ordens* sociais, apresentando lições diferentes para cada uma das mulheres, de acordo com suas necessidades, mas sendo a educação necessária a todas. Para Fernandes (1995, p.108),

Foi com base nas figuras exemplares das princesas e grandes senhoras como referentes constantes que Christine deu, conselhos também às mulheres de outros



estados. Os seus intuitos pedagógicos e a sua capacidade de olhar as diferentes situações sociais e morais das mulheres conferem à sua obra uma “modernidade” que convém ser realçada. É especialmente significativo que tenha estabelecido um paralelo entre a condição social das grandes senhoras e a necessidade de uma vida moral condizente.

Neste espelho de princesa as mulheres desempenham funções importantes, e nos seus ensinamentos quem precisa de ajudar não são as mulheres, mas os homens. As lições propostas por Pizan não são pensadas a partir de uma relação de subordinação aos homens, mas sim, através de suas diferenças sociais, contemplando todas as mulheres que ajudaram a formar essa sociedade. Por isso, a divisão das mulheres pelo seu estado civil em donzelas, casadas e viúvas é abandonado por Pizan definindo-as através dos lugares que ocupam na sociedade.

Ao contrário dos manuais dos autores misóginos, no texto de Pizan a castidade não aparece como a maior virtude feminina, sendo inclusive até esquecida ao longo da obra, assim nos dá uma nova possibilidade de olhar as mulheres medievais ao apresentá-las ocupando outros espaços e funções sociais, diferentes das encontradas nos textos dos outros autores.

Numa sociedade regida por convenções, todas as ações e decisões eram premeditadas, por isso, a constante preocupação com os protocolos, a aparência e a dissimulação, utilizados inclusive como trunfo para manter o comportamento adequado às mulheres. A dissimulação utilizada por Pizan é referenciada até mesmo num importante documento da Igreja, na questão 111 da *Suma Teológica* de São Tomás de Aquino.

Observamos, portanto, que a divisão alternativa de categorização das mulheres, baseada em ordens sociais, como foi visto, apresenta-se como um dos diferenciais no tratado de educação dessa autora. A proposta de abandonar o critério civil (solteiras, casadas e viúvas) e adotar como classificação o social, já anunciava que Pizan não entendia as mulheres como categoria homogênea, pois mesmo em períodos remotos como a Idade Média elas exerceram diferentes funções. E reduzi-las a um único destino era negar os vários papéis por elas exercidos, mesmo diante de tantas regras. Como salienta Anastácio (apud SANTOS, 2017, p.235):

Quando se trata de rainhas, princesas e senhoras das camadas sociais mais elevadas da sociedade, a familiaridade com a leitura e com a escrita, o conhecimento do latim e até a aprendizagem de outros idiomas são apresentados como dados e adquiridos e vistos como ocupações moralmente intocáveis.

Assim, não podemos dizer que as mulheres não tiveram acesso à educação na Idade Média, pois a categoria mulher em nenhum contexto histórico pode ser entendida como

universal, quando adotamos uma afirmativa para nos referirmos a todas as mulheres caímos no erro de homogeneizar uma categoria de estudo plural.

### **3.2 Aproximações e distanciamentos nos espelhos de princesas a partir da questão autoral**

Para discutirmos a educação das mulheres no período medieval a partir do gênero espelhos de princesas. Propomos uma análise comparada entre o *Livro das Tres Vertudes* de Christine de Pizan e alguns tratados de educação de autores homens buscando identificar como a questão autoral influenciou na escolha desses ensinamentos. Entre os espelhos selecionados para dialogarem com o texto de Pizan estão: *La perfecta casada* (1583) de Fray Luis de León, *De Institutione Feminae Christianae* (1524) de Juan Luís Vives, *Lo Libre de les Donas* (1396) de Francisco Eiximenis e *o Libre de les dones* ou *o Spill* (1460) de Jaume Roig. Para tanto, dividimos nossa análise em três pontos importantes: o papel da doutrinação cristã nos tratados de educação, o papel da educação defendido para as mulheres nos tratados desses autores e o espaço privado, como o lugar destinado à mulher nos séculos XV e XVI. Iniciamos este tópico pela apresentação de cada um dos espelhos de princesas mencionados anteriormente.

O primeiro, *La perfecta casada* do agostiniano, Fray Luis de León (1527-1591), foi publicado pela primeira vez em 1583 e dedicado a sua prima, María Varela Osorio. O texto é composto por vinte capítulos escritos em forma de comentário que buscam justamente educar às mulheres a tornarem-se perfeitas casadas. A abertura de cada capítulo é introduzida por uma epístola, responsável por compor a argumentação de cada ensinamento moral. O objetivo central deste espelho de princesa é a formação para o casamento que traz entre suas principais obrigações tarefas próprias para o ambiente doméstico e sob forte defesa o enclausuramento das mulheres.

*La perfecta casada* (1583) alcançou enorme prestígio na sociedade espanhola do século XVI, tendo ganhado várias edições e dividido espaço nas bibliotecas reais com a Bíblia e outros livros religiosos. De acordo com Silva (2010, p.14), “Esta obra serviu como “Bíblia” para a educação das mulheres, apresentando-nos o casamento como uma instituição social e um sacramento religioso [...]”.

O segundo texto, *Institutione Feminae Christianae* de Juan Luis Vives foi escrito em 1523, mas publicada apenas em 1524. Este espelho foi escrito a pedido da rainha Catarina de Espanha para a educação da sua filha, a princesa Maria Tudor. E divide-se em três livros, o

primeiro é dedicado às donzelas e o segundo às casadas, ambos com quinze capítulos. O terceiro por sua vez é dedicado às viúvas compondo-se de apenas sete capítulos.

O terceiro espelho, *Lo libre de les dones* de Francesc Eiximenis foi publicado em 1396 e dedicado a D. Sancha Jiménez de Arenós, Condessa de Prades. Eiximenis foi um franciscano doutor em teologia, nascido em Gerona entre 1330-1335. Neste trabalho utilizamos a tradução anônima deste espelho, intitulado o *Carro de Las donas*, composto por cinco livros, o primeiro é dedicado às donzelas, o segundo às casadas, o terceiro às viúvas e o quarto aos homens cristãos. Entre seus principais ensinamentos estão os dez mandamentos, os sete pecados capitais e os cinco sentidos.

O último texto apresentado é o do autor Jaume Roig intitulado *Espill* (1460). Este espelho é composto por um prólogo e quatro livros, o primeiro é dedicado à juventude, o segundo ao casamento, o terceiro aos sermões de Salomão e o quarto à viuvez. O *Espill* foi escrito por Roig logo após a morte de sua esposa, Ursula Mercader, com o objetivo de doutrinar e dar bons exemplos às mulheres. O narrador do *Espill* tenta alertar seus leitores sobre a maldade inerente à natureza das mulheres, ao longo do seu texto não apenas utiliza as teses misóginas sobre as mulheres, mas também reforça ideias que neste momento já começavam a ser combatidas.

Esses manuais apontam para uma das preocupações do século XV, a educação das casadas que passam a ganhar maior atenção surgindo os espelhos dedicados exclusivamente a esse estado. De acordo com Fernandes (1995, p.102), “A maior atenção dedicada, por doutrinadores, pregadores e moralistas, às casadas deve-se por um lado, à sua inserção num “estado” e a preeminência social deste e, por outro, às suas funções familiares, econômicas e morais – e também educativas”. As casadas apareciam como uma categoria de destaque, visto que a partir do casamento ganhavam um novo sentido social com suas novas atribuições como esposa, mãe e chefe das funções do lar.

O interesse com a educação das casadas apresentava-se como consequência das novas exigências imposta às mulheres após o casamento. Nesse novo estado, as mulheres ganhavam outras atribuições e também algum poder de decisão, atuando como conselheiras do marido, responsáveis pela educação dos filhos, e também pela divisão das tarefas entre seus empregados. Além disso, passavam a participar efetivamente da sociedade, a qual exigia em várias situações sua presença no espaço público, e uma maior preocupação com a postura que deveria assumir nesses ambientes. Com isso, os autores homens começam a escrever manuais dedicados exclusivamente às casadas, buscando formá-las para um papel condizente com seu novo status na sociedade.

Um dos pontos que diferencia o texto de Pizan dos demais autores é a seleção dos seus ensinamentos, pois escreve a partir da sua experiência como mulher inserida nessa sociedade. Enquanto os demais autores a partir de uma moral cristã que pouco ajudava as mulheres em suas dificuldades diárias. Assim, apesar desses autores serem reconhecidos e autorizados a falar às mulheres pouco conheciam sobre suas necessidades, como é o caso de *La perfecta casada* do agostiniano, Fray Luis de León. Neste contexto, era comum que os religiosos falassem às casadas, quando nada conheciam dessa experiência, fundamentando seus textos unicamente em normas.

Na composição desses tratados de educação os *exempla* femininos eram utilizados como recurso para tornar norma entre as mulheres os modelos que deveriam ser copiados dos que deveriam ser extinguidos. Entre os mais usados estão os das mulheres da antiguidade, conhecidos normalmente por seus defeitos. Assim, quando uma figura feminina aparece referenciada pelos autores homens, é justamente para destacar um defeito. No texto de Pizan, pelo contrário quando as mulheres são referenciadas são justamente para apresentar suas virtudes ou até mesmo para destacar virtudes que os homens não possuíam. “Per taaes e semelhantes caminhos, a boa princesa será sempre procurador da paz, assi como era a Rainha Branca, madre de Sam Luis, a qual sempre trabalhou de poer paz entre el Rei e o povoo, segundo fez ao conde de Champaniha, a qual cousa é dereito officio das Rainhas e princesas” (PIZAN, 2002, p.108).

Permitir a presença de determinados *exempla* femininos nestes espelhos e negar a existência de outros foi uma estratégia para anular referentes positivos de mulheres, com as quais suas leitoras pudessem se identificar. Na história literária, essa lacuna resultou no apagamento de uma genealogia de mulheres virtuosas, levando suas leitoras a acreditarem nos modelos de mulheres definidos unicamente pelos homens. Pizan, no entanto, desde a *Querelle* das mulheres teve a preocupação de incluí-las em seus textos, percebemos essa tentativa de reescrever a história em sua *A cidade das damas*.

Ao contrário dos tratados de educação masculinos que apresentam as mulheres como desprovidas de virtudes, em *A Insinuação das Damas* Pizan defende e exalta as mulheres por suas qualidades, já os homens aparecem como desprovidos de virtudes. Ou seja, os vícios dos homens são apresentados nessa obra e sua figura em nenhum momento é exaltada.

Segundo Crispim (2002, p.19), “para os mesmos conteúdos, a forma de doutrinar de Christine de Pizan é diferente. Não há deveres absolutos, há deveres e obrigações de acordo com as situações em que são aplicados”. Pizan amplia os ensinamentos na educação das mulheres ao permitir que elas também utilizassem a inteligência para participar no exercício

profissional, nas decisões reais, na administração dos seus bens, funções impensáveis para as mulheres nos textos dos autores homens. Assim, *O Livro das Tres Vertudes* distancia-se dos outros espelhos de princesas ao não restringir a educação das mulheres às normas que pouco as ajudavam na sua vida cotidiana.

A multiplicação desses textos com objetivos moralizantes parecem mostrar uma preocupação dos autores com as novas práticas vivenciadas pelas mulheres. E podemos dizer que cumpriram um papel não apenas cultural, mas também político neste novo cenário social, ditando as regras na educação das mulheres. A importância desses manuais foi tanta que seus autores chegaram a compor o cânone literário da época, desfrutando de enorme prestígio entre a realeza. No entanto, para tanta insistência é possível que as mulheres não tenham sido tão obedientes no cumprimento dessas normas.

Enquanto no *Livro das Tres Vertudes* Pizan busca ampliar suas destinatárias escrevendo às mulheres dos diferentes extratos sociais. No espelho de Vives essa formação se restringe exclusivamente às mulheres cristãs, como já vem demonstrado desde o título da obra. Pizan ao abandonar essa classificação moral solteiras, casadas e viúvas amplia nosso olhar para as mulheres medievais, tendo como base para compor seu texto, não a relação de subordinação que as mulheres deviam aos homens, mas o papel que desempenham em sociedade.

A própria escolha do título de *La Formación de la Mujer Cristiana* já apresenta uma restrição ao público leitor feminino. Segundo Fernandes (1995, p.63) “Luis Vive não pretendeu educar a mulher, mas a *mulher cristã* nos seus diferentes “estados” (donzelas, casada, viúva) dedicando à futura casada e a casada uma especial atenção”. Assim, comprovamos que a preocupação desse texto não eram as mulheres, como viviam ou como a educação poderia transformar suas vidas, mas o ensino da doutrina cristã para que não permanecessem alheias aos seus preceitos.

### **3.2.1 A doutrinação cristã nos tratados de educação dos séculos XV e XVI**

Um dos objetivos da Igreja nos manuais de educação para mulheres, era que aprendessem a doutrina cristã e as repassassem para seus filhos através da educação doméstica. O acesso à educação para as mulheres era defendido pelas autoridades religiosas não com intenções de libertá-las do peso histórico da misoginia, mas como estratégia para manter seu poder religioso.

De acordo com Fernandes (1995), neste período, os ensinamentos cristãos antes exclusivos dos religiosos passam a ser inseridos na educação dos leigos, assim, as virtudes esperadas das mulheres nada mais são que as cristãs, obediência, caridade, humildade, fidelidade, prudência e temperança.

No *Espelho de Casados* (1540) João de Barros afirma “[...] são mais santas e mais devotas na Igreja que os homens e visitam melhor Deus e com mais devoção” (BARROS, 1874, p.86). Eram assim, consideradas mais religiosas que os homens quando se tratava de obedecer às normas da Igreja. Portanto, seria mais fácil introduzir na educação destas mulheres os objetivos religiosos responsáveis por manter essa fé viva.

No texto desses autores, as mulheres não tinham participação na vida pública ou no desempenho de profissões que as colocassem no convívio social. Assim, os homens são definidos a partir das funções que desempenham na sociedade, já as mulheres a partir da relação de subordinação que mantêm junto aos homens.

Em o *Livro das Tres Vertudes*, no entanto percebemos que mesmo Pizan defendendo essa hierarquia como uma condição social entre os sexos, revela que as mulheres tinham participação importante na sociedade e exerciam funções próprias para além da reclusão doméstica.

O que leva a autora a seguir como critério para classificar às mulheres a ordem social, essa distinção acontece a partir do estado ocupado por cada mulher. “E, assi, lhes é necessário haver mundana prudência pera ordenar sua vida devidamente, cada huua segundo seu estado” (PIZAN, 2002, p.208). Pizan então vê as mulheres a partir de uma hierarquia que é de ordem social. E essa pode ser considerada a primeira ruptura no texto desta autora em relação aos textos dos autores homens.

Em *La perfecta casada* Fray Luis assume um tom misógino ao alertar seus leitores, de que há uma grande dificuldade em encontrar mulheres virtuosas para casar-se e afirmar que, “[...] o homem que encontrar com uma mulher de valor, pode naturalmente considerar-se rico e feliz, compreendendo que encontrou uma pérola oriental, ou um diamante finíssimo<sup>11</sup>” (LEÓN, 2003, p.26). Defende que na maioria das vezes as mulheres se distanciam do ideal de virtude esperado, sendo portanto, uma raridade encontrar uma mulher digna para o casamento.

Alguns desses espelhos são radicais nas exigências impostas às mulheres chegando inclusive, a aproximar seus ensinamentos aos mesmos votos consagrados às religiosas, entre

---

<sup>11</sup> [...] el hombre que acertare con una mujer de valor, se puede desde luego tener por rico y dichoso, entendiendo que ha hallado una perla oriental, o un diamante finísimo [...].

eles reclusão, silêncio, castidade e obediência. Assim concordamos com Fernandes (1995), quando afirma que o modelo de mulher, de vida familiar e conjugal que estes textos defendem estão diretamente relacionados com os ideais e modelos de vida religiosa. León (2003, p.114) em *La perfecta casada* exige: “Nenhuma razão tem para sair de casa, que não seja grave e severa, que não peça estreiteza e encolhimento; porque, fazer uma visita a um fiel doente, ou para ver a missa ou ouvir a palavra de Deus. Cada um desses é um motivo santo e sério<sup>12</sup>”. Ou ainda,

Se a casada não trabalha, nem se ocupa do que pertence à sua casa, que outros estudos ou negócio ela tem para se ocupar? Forçado é que, se não trata dos seus ofícios, utiliza sua vida, em ofícios alheios e isso faz com que ela seja uma janela, visitante, mulher da rua, amiga das festas, inimiga de seu canto, esquecida de sua casa e curiosa das casas alheias, investigadora do que acontece, falante e fofoqueira, de litígio, também uma julgadora, e dada inteiramente ao riso<sup>13</sup> (LEÓN, 2003, p.73).

Para esses autores a educação deveria cumprir a missão de ensinar às mulheres a respeitar as normas de silêncio e reclusão. León, inclusive, questiona o que as mulheres teriam para fazer se não cuidar da sua casa. Assim, defende que a existência das mulheres estava, reduzida ao espaço privado.

Em *O carro de las Donas* Francisco Eiximenis também busca nos seus ensinamentos tornar a formação moral mais próxima da vida espiritual. Segundo Fernandes (1995, p.116), este autor não se preocupa apenas com as normas de caráter obrigatório, “mas também lhes atribuindo responsabilidades de divulgação da doutrina cristã e de práticas devotas, nomeadamente através das suas funções maternas e educativas no contexto doméstico”. Assim, podemos dizer que nos espelhos escritos pelos homens não havia uma separação condizente entre as normas destinadas às religiosas das dirigidas aos leigos, e cada vez mais essa separação tornava-se distante, exigindo do casamento quase as mesmas obrigações da vida consagrada.

---

<sup>12</sup> Ninguna causa tenéys, para salir de casa, que no se a grave y severa, que no pida estrechez y encogimiento; porque, o es visita de algún fiel enfermo, o es ver la misa o el oyr la palabra de Dios. Cada cosas destas esnegocio sancto y grave.

<sup>13</sup> si a casada no trabaja, ne si ocupa en lo que pertenece a su casa, qué otros estudios o negocios tiene en que se ocupar? Forzado es que, si no trata de sus oficios, emplee su vida, en los oficios ajenos, y que dé em ser ventanera, visitadora, callejera, amiga de fiestas, enemiga de su rincón, de su casa olvidada y de las casas ajenas curiosa, pesquisidora de cuanto pasa inventora, parlera y chismosa, de pleitos revolvedora, jugadora también, y dada del todo a la risa.

### 3.2.2 O papel da educação para as mulheres nos tratados de educação dos séculos XV e XVI

A educação para as mulheres no período medieval não era entendida como necessária por todos os autores, como veremos adiante, alguns defendiam uma educação que apenas restringisse à existência das mulheres ao desempenho das funções domésticas e familiares.

Em *le libre de les dones* ou *Espill* Jaume Roig defende que a educação para as mulheres era responsável por desviá-las do caminho para o qual nasceram, assim ocupando-se de atividades como a leitura e a escrita esqueciam suas verdadeiras obrigações, as domésticas. Para o autor, o conhecimento tornava as mulheres capazes de aprender a questionar e mentir para seus maridos, o que representava uma ameaça para a autoridade dos homens.

Neste tratado, Roig faz duras críticas ao livre acesso das mulheres à educação, relatando o mal exemplo de sua esposa que, por ser letrada, se ocupava de outras atividades esquecendo suas verdadeiras responsabilidades. “Ele a acusará de ser preguiçosa, de não cuidar da casa, de não saber cozinhar e de não querer abster-se de relações sexuais durante o período da quaresma” (BROCHADO, 2014, p.378). O autor faz assim, um alerta sobre o perigo de permitir certas liberdades às mulheres, afirmando que a falta de castigos também poderia ser responsável por seus maus costumes.

Em alguns desses espelhos seus autores justificam, inclusive, para que deve ser utilizada a educação das mulheres, em *La perfecta casada* Fray Luis (2003, p.41) defende, “Tem de estudar a mulher, não para penhorar o seu marido e colocá-lo em raiva e cuidado, mas para livrá-lo deles e em série perpétua causa de alegria e descanso<sup>14</sup>”.

Para Luis Vives em *La formación de la mujer cristiana* a educação deve ser utilizada exclusivamente para auxiliar as mulheres no seu papel familiar e nos deveres domésticos e não para distanciá-las de seus verdadeiros compromissos. Assim, em nenhum momento há uma valorização da educação intelectual para as mulheres como podemos perceber em, “O principal fruto da educação da mulher reverte-se ao marido: a casa é governada com maior prudência, educa-se os filhos mais religiosamente<sup>15</sup> [...]” (VIVES, 1994, p.50).

Conforme defende Vives (1994), as mulheres devem aprender apenas para si, para seus filhos e marido, pois não é adequado a uma mulher estar à frente de uma escola, trabalhar

---

<sup>14</sup> ha de estudiar la mujer, no en empeñar a su marido y meterle en enojos y cuidados, sino en librarle dellos y en serie perpétua causa de alegría e descanso.

<sup>15</sup> El principal fruto de la formación de la mujer revierte al marido: la casa se gobierna con mayor prudencia, se educan los hijos más religiosamente.



entre homens ou falar com eles, não devendo assim debilitar sua modéstia e seu pudor em público. A erudição para as mulheres é assim entendida como imoralidade, não sendo portanto, uma virtude para sua formação. O que comprova que vício e virtude não assumem o mesmo valor para homens e mulheres.

Como podemos perceber, o conhecimento das mulheres deve ser sempre revertido em utilidade para os homens. A educação para as mulheres, portanto, nunca é pensada para o exercício de uma função política, intelectual ou profissional nestes textos. Essa projeção é impensável para esses autores. No entanto, como defende Pizan, essas mulheres poderiam sutilmente a partir da educação ocupar outras funções e, principalmente, se preparar para exercê-las na ausência dos homens.

Assim não existe uma determinação de ordem natural para a superioridade masculina, mas sim, uma imposição de ordem social e cultural que defende a instrução como negativa para as mulheres e positiva para os homens. E sob vários disfarces os homens tentaram as afastar do conhecimento, primeiro, sob o argumento de que sua natureza era inferior e não teriam a capacidade de se desenvolver intelectualmente, depois insistiram que, se aprendessem não fariam bom uso desse conhecimento.

Os autores apresentados parecem concordar que a educação das mulheres deveria servir exclusivamente para aperfeiçoar seu desempenho doméstico e familiar e não em fazê-las esquecer suas verdadeiras funções. A repetição cansativa com lições que se restringiam a conhecimentos próprios do âmbito privado tinha como objetivo lembrar às mulheres quais papéis elas deveriam exercer nesta sociedade. Havia uma constante preocupação na voz desses autores para que as mulheres não abandonassem as funções próprias a sua natureza. Assim, a introdução de novidades no comportamento das mulheres que pudessem interferir nessa ordem, defendida como natural deveria ser proibida, até mesmo com punições severas, pois deixar de desempenhar as obrigações domésticas e conjugais era negar a ordem natural das coisas e desestabilizar a hegemonia dos homens nos outros espaços de poder.

A Igreja entendia a instrução para as mulheres como uma forma de manter sua doutrina no espaço familiar, com esse saber seguiriam suas normas educando os filhos e perpetuando esse domínio religioso. Essa educação de base cristã buscava justamente ensinar às mulheres a se curvar ao modelo de mulher valorizado, casta, obediente e silenciosa. Como podemos perceber esses manuais de educação não assumiam um interesse pedagógico que servisse aos interesses das mulheres, mas sim, a uma ordem espiritual e moral que as aprisionava às leis da Igreja.

O matrimônio, por ser considerado um sacramento da Igreja reflete toda uma vivência cristã que não existe fora do modelo da sagrada família. Assim, a formação familiar precisa justamente de mulheres que entendam essa filosofia de vida e as reproduza na educação dos filhos, sendo portanto, a primeira escola das crianças.

A preocupação com os livros que poderiam ser lidos pelas mulheres também foi tema desses manuais de educação. Alguns autores foram bem restritivos nessas indicações, a exemplo de Eiximenis que aconselha a leitura apenas da Sagrada Escritura e alguns textos de doutores da Igreja. De acordo com Fernandes (1999, p.121) em *O Livro das Tres Vertudes* Christine de Pizan,

[...] foi um pouco mais extensa e, de certa forma, mais “moderna”, na medida em que não se limitou a sugerir a leitura e a indicar alguns livros, mas, por entre a variedade de sugestões, selecionou tanto os que quis recomendar como os que quis desaconselhar, adotando o ponto de vista que veremos ser desenvolvido por Vives e por quase todos os humanistas e moralistas do século XVI (FERNANDES, 1999, p. 121).

Enquanto Roig atribui a falta de comprometimento da sua mulher nas funções domésticas a não utilização de castigos físicos em sua educação, defendendo-os como necessários. Pizan os reprovava, denunciando o tratamento dado às mulheres em muitas situações na sua obra.

Entre os principais ensinamentos utilizados pelos autores misóginos estão temas que historicamente são motivo de condenação para as mulheres. Em alguns momentos o objetivo não parece ser educar, mas condenar as mulheres. Comprovamos esse desejo, ao perceber que alguns assuntos que ganham um peso maior no texto dos autores homens, são praticamente esquecidos no espelho de Pizan, o que demonstra que para a autora não tinham a mesma importância.

De acordo com Brochado (2013), assuntos como o cuidado da beleza, a manipulação de ervas e maquiagens são apresentados por autores como Roig e Eiximenis como futilidades, condenável como vício da luxúria, sendo responsável por atrair os homens para o pecado. Para Eiximenis (apud BROCHADO, 2013, p.5), “a ornamentação feminina seria obra do diabo para prender as almas masculinas”.

No texto de Pizan, porém a estética feminina não assume um tom de futilidade, ao contrário cumpre uma função social, servindo justamente para expressar através das vestimentas, das suas formas e cores a *ordem* social a que as mulheres pertenciam. As roupas deveriam ser usadas de acordo com o adequado status social das senhoras, sendo a hierarquia uma das regras a serem respeitadas.

[...] nom tenham tam grande que suas rendas lhes nom possam abastar[...]. “[...] nom queiram teer maior estado que a elas perteece porque, alguuas vezes, quando som juntas em alguu lugar, nom querem que outra alguua se ponha diante delas e querem seer mais honradas do que lhe perteece (PIZAN, 2002, p.244).

No *Livro das Tres Vertudes* as vestimentas, suas cores e adornos ganham um sentido social, distanciando-se dos textos masculinos, que aparecem de forma recorrente como uma futilidade, própria das mulheres. Essa distinção das roupas não representava apenas uma diferença de gosto, mas de riquezas, algumas cores e modelos eram exclusivos da realeza, e esse era um código que deveria ser respeitado.

[...] ao que pertence declarar as vestiduras, que aquelas que se assi deleitam em taaes trajos desordenados nom fazem bem, e assi se prova pelos nobre e bõos costumes antigos porque as duquesas nom eram ousadas trazer as vestiduras que as rainhas traziom. Nem as condessas as que traziom as duquesas, Nem as simprezes donzelas as que traziom as condessas (PIZAN, 2002, p.244).

Neste sentido, o objetivo de Pizan não é aprisionar as mulheres ao espaço privado e as funções domésticas, mas buscar meios através de uma educação prática que lhes permitissem exercer e ocupar outros espaços para além dos sonhados pelos homens. Distanciando-se dos espelhos dos outros autores, as lições de Pizan partem das funções desempenhadas pelas mulheres em sociedade, seja política, administrativa ou religiosa. E não da relação de subordinação que deviam aos homens.

### 3.2.3 Espaço privado, o lugar da mulher nos manuais de educação

O objetivo dos autores misóginos nesses manuais era corrigir os vícios das mulheres, assim traçaram normas de comportamento para as diferentes situações por elas vivenciadas, ditando como deveriam se comportar na presença do marido, filhos e criados. No entanto, na voz desses autores as mulheres não ocupam outro espaço que não seja o privado.

No prólogo de *La formación de la mujer cristiana* Vives defende que os ensinamentos destinados às mulheres são pouco reduzidos se comparados aos dos homens, visto que esses exercem funções tanto no espaço público quanto no privado. Já as mulheres “[...] “podem educar-se com pouquíssimos preceitos, uma vez que os homens desenvolvem-se tanto em casa como fora dela; em assuntos privados e em público<sup>16</sup>” (VIVES, 1994, p.29). Este autor chega inclusive a sugerir que a educação das mulheres poderia se reduzir

---

<sup>16</sup> pueden educarse ciertamente con muy pocos preceptos, ya que los hombres se desenvuelven tanto en casa como fuera de ella; en los asuntos privados y en los públicos.

unicamente a castidade. “Por outro lado, a única preocupação para a mulher é a castidade, por isso, se fizermos uma exposição sobre essa virtude, parece que a deixamos com instrução suficiente<sup>17</sup>” (VIVES, 1994, p.29).

Os tratados de educação destinados às mulheres trazem uma série de normas que as colocam como um grupo homogêneo, sem nenhuma distinção, sendo a todas exigidos os mesmos preceitos, moderação, obediência, humildade, recolhimento e a principal virtude, da qual provêm todas as demais, a castidade. O discurso que compõe esses guias de educação tem um caráter normativo, seu objetivo é manter as mulheres obedientes à ordem familiar e religiosa. Para Vives, a harmonia deveria reinar entre os casais, e a solução para evitar todos os conflitos conjugais seria a subordinação das mulheres a autoridade dos homens.

Vives defende a educação como algo extremamente importante às mulheres, pois seria através dela que se tornariam perfeitas e virtuosas. Assim, confronta os autores antigos e também seus contemporâneos contrários a essa instrução. Essa educação, no entanto, é recortada por proibições e deve ser realizada para uso próprio das mulheres e não para que possam exercer uma função intelectual ou o exercício profissional.

Estes espelhos de autoria masculina ocupam-se de ensinamentos extremamente triviais, o qual o único espaço pensado para as mulheres é a casa, levando-nos a questionar se entre elas não haveriam senhoras ocupando outros espaços e por que não os públicos. A própria seleção do conteúdo escolhido nesses manuais revela um entendimento sobre o conceito de mulher desse período. Como afirma Macedo (1999, p.41-42),

Os dados até certo ponto são limitados. As limitações podem ser justificadas. Derivam do próprio caráter do testemunho. Muitas vezes as obras não visam mostrar com precisão a vida ou as aspirações das mulheres. Esperam, pelo contrário mostrar como deveriam ser. Os escritores foram quase que exclusivamente homens, muitos deles religiosos. A produção literária do período foi marcada profundamente, tanto na criação quanto na reprodução dos textos pela influência dos clérigos e pelo espírito cristão. Isto, como veremos, pesou imensamente na elaboração da imagem feminina.

Percebemos que o controle das mulheres na Idade Média deu-se tanto pelo mecanismo de negação da educação formal, quanto pela permissão do acesso a uma educação eminentemente moral, recortada e controlada por ensinamentos, que buscavam sua submissão às teses defendidas por religiosos, filósofos, moralistas e intelectuais.

---

<sup>17</sup> En cambio, la única preocupación para la mujer es la castidad, por lo que, si hacemos una exposición sobre esa virtud, parece que la dejamos con una instrucción suficiente.

Encontramos, portanto, nestes textos a representação de uma mulher ideal, distante da realidade, a mulher perfeita que se reduz à castidade. No *Livro das Tres Vertudes*, porém Christine de Pizan apresenta a mulher real que sofre e tem que utilizar estratégias para sobreviver num contexto de negação de sua dignidade.

Analisando as características atribuídas ao feminino nesses espelhos, percebemos que esta educação é na verdade uma forma de controlar os defeitos das mulheres, enumerados repetidamente por seus autores. Por isso, o equilíbrio e o controle das emoções são tão exaltados. A própria seleção desses ensinamentos revela uma questão de gênero, pois enquanto a educação destinada aos homens tratava de aperfeiçoar virtudes que eles já possuíam como força, inteligência, às mulheres ocorre o inverso, a educação é justamente um instrumento de correção de imperfeições. De acordo com Mércuri (2016, p.149),

[...] mais do que refletir sobre os vícios ou as virtudes delas, cabia elaborar mecanismo específicos para a sua formação, isto é, convinha estabelecer uma normativa de comportamentos próprias para as mulheres. Interessava a eles, pois, pensar quais eram os caminhos condutores do aperfeiçoamento moral das filhas de Eva [...].

Segundo Leite, nos tratados destinados ao público feminino, a voz dos autores mais se aproxima a sermões que a textos de espelhos, tendo como objetivo central os ensinamentos morais, distanciando-se dos textos masculinos que primavam pela arte de governar. No tratado de Pizan, no entanto, há uma preocupação com a necessidade de ensinar às mulheres a governar, primeiro auxiliando seus maridos, depois na ausência destes. Nesse ponto, a autora parece querer suprir uma lacuna presente nos tratados de educação escritos pelos homens que não enxergam o poder de governar como um ensinamento necessário à educação das mulheres.

As características atribuídas às mulheres nestes manuais de educação foram construídas de maneira intencional, defender que eram passivas, inconstantes era comprovar que não tinham capacidade de cuidar de si mesmas, assim deveriam estar sob a tutela masculina. Essa dependência acabou lhes privando de assumirem os espaços públicos, excluindo-as das universidades, da cultura livresca, das leis, da política e da ciência.

Nos textos misóginos seus autores defendem que enclausurar as mulheres ao espaço privado era uma forma de proteção, visto que eram frágeis e não sabiam se autogovernarem, estando constantemente expostas a todos os perigos. A construção da identidade das mulheres neste contexto está associada, portanto, às suas limitações explicadas através da sua natureza para o casamento e a maternidade. Como consequência são excluídas do universo da razão, do

conhecimento, do poder, visto sua natureza inábil para tais exercícios, assumidos historicamente pelos homens.

### 3.3 Armadilhas e Estratégias na defesa das mulheres

A proposta de educação do *Livro das Três Vertudes* fundamenta-se em ensinamentos e conselhos de ordem prática que em algum momento seriam usados pelas mulheres. Buscando alertar suas leitoras, Pizan apresenta os critérios mais comuns pelos quais as mulheres eram condenadas nos textos misóginos. Assim, apresenta as principais armadilhas que deveriam ser evitadas pelas mulheres, e formula uma série de estratégias responsáveis por proporcionar o sucesso no desempenho de suas funções.

Nos manuais de educação as mulheres aparecem de forma recorrente como motivo de perigo, sendo os homens constantemente alertados a manterem distância de suas influências malignas. Na obra de Pizan, ocorre justamente o inverso, os homens é que são considerados como perigosos, capazes de levarem as mulheres à destruição moral e pública. Desse modo, as mulheres são aconselhadas a manter distância dos homens, principalmente quando tratar-se de situações nas quais estejam a sós, sem a presença de testemunhas.

E porque é cousa acostumada que cavaleiros e escudeiros e gintiis homeens que conversam com molheres, os mais deles teem maneira de as rogar d'amor e de as enganar, se podem, a booa princesa teerá tal ordenança que nenhuu, em sua corte, será tam ardido que ouse enganar nem mal conselhar suas molheres (PIZA, 2002, p.148).

Pizan faz um alerta para que não sejam condenadas pelos critérios masculinos, tão repetidos na literatura misógina. Se os autores misóginos defendem que as mulheres falam demais, Pizan (2002, p.216), aconselha: “[...] molher de corte, de qualquer estado que seja, deve a haver pouca conversaçom com os homens”. Em seguida, explica: “devem guardar e amar sua honra”, não ficarão mal faladas, pois “enquanto homens com elas conversarem, sempre pensarom com as ham-d'enganar e assi o meterom em obra, se poderem” (PIZAN, 2002, p.217). No *Livro das Tres Vertudes* sua autora tenta conscientizar suas leitoras através de ensinamentos que entendia como importantes para a educação das mulheres. E entre as principais armadilhas destaca a importância das mulheres manterem distância dos homens, pois evitando essa proximidade guardariam sua honra.

Christine de Pizan revela um dos primeiros registros sobre o que as mulheres pensavam sobre os homens. E concordamos com Crispim, quando defende que, em nenhum

momento da obra, a imagem dos homens é exaltada como símbolo de virtudes, pelo contrário o que aparece são alguns dos seus defeitos. “[...] a imagem do homem não sai enaltecida neste tratado educativo. Em nenhum ponto encontramos quaisquer manifestações de apreço por qualidades masculinas, antes, pelo contrário, são repetidamente citados os defeitos” (CRISPIM, 2002, p.18-19). Entre os defeitos mais comuns, o sentimento de vingança capaz de provocar guerras,

[...] os homens som per natureza de maior coração e menos piadosos e o grande desejo que teem de se vingar nom lhes dá lugar de olhar bem os periigos que podem acontecer. Mas a natureza das molheres é mais temerosa e sua condiçom mais doce e, por isso, deve desejar mais a paz e trazer o homem a ela (PIZAN, 2002, p.108-109).

Se nos textos dos autores homens, as mulheres normalmente aparecem como causadoras de conflitos e guerras, no texto de Pizan elas atuam com diplomacia. São exaltadas como intercessoras da paz e, conhecidas por sua doçura, capaz de influenciar os homens a deixarem suas vinganças.

Uma das maiores armadilhas para as mulheres medievais era a ausência da autoridade masculina, que se apresentava como uma abertura para vingarem-se dos seus maridos. No entanto, buscando aconselhar suas leitoras, Pizan adverte que essa atitude era quase sempre motivo de derrota para as mulheres.

E se acontecer que o Senhor vaa em alguua viagem longa ou perigosa, ou em guerra, a booa Senhora rogará a Deos devotamente e fará rogar devotamente, em procissões e ofertas, com graças cuidado, e acrescentará o conto de suas esmolos. E em este tempo, será vestida honestamente. E quando ele tornar, o receberá com grande honra e homildade, e toda sua companhia fará gracioso acolhimento. E desejará ser enformada dos milhores e que o melhor servirom, pera lhe fazer mais honra e lhe dar de seus dõões. E isso mesmo daqueles que haviam guarda de seu corpo, como fezerom seu dever, e assi dará galardom aos milhores (PIZAN, 2002, p.130).

Essa lição aconselha justamente a serem fiéis aos maridos, visto que era comum serem seduzidas por aproveitadores durante os longos períodos que passavam longe dos maridos. Pizan ainda afirma “quem ama não deve errar”, indicando que para as mulheres medievais determinadas atitudes não significavam apenas um erro, mas sua condenação.

Ao longo deste espelho percebemos que Pizan utilizou como fonte para suas lições sua própria vida sabendo sobreviver às dificuldades em cada um dos três estados, primeiro, como donzela, através da educação doméstica que recebeu da sua mãe, depois com o casamento as funções de mãe e esposa e, por fim, seu período de maior turbulência, a viuvez.

Apesar de trazer ensinamentos próprios dos preceitos cristãos para seu manual de educação, também apresenta-se como transgressora ao tornar centrais não os interesses masculinos, mas a restituição da dignidade feminina. Assim, introduz na educação das mulheres medievais, lições não encontradas nos espelhos dos autores homens, entre elas, a importância do dinheiro. A administração financeira apresenta-se como uma das estratégias utilizadas por Pizan para a educação das mulheres. Aconselha que as princesas guardem dinheiro para o tempo em que houver necessidade,

Porque as grandes cousas se nom podem fazer sem muito dinheiro, convem que te trabalhes d'ajuntar thesouro, afim que te possas dele ajudar no tempo da necessidade. E este é o melhor amigo e o mais seguro meo que podes haver. Quem será aquele que te desobedeça se houvers assaz que dar (PIZAN, 2002, p.83).

Além disso, previne suas leitoras para os tempos difíceis, alertando-as de que estejam preparadas, pois seu único amigo será o dinheiro. Aconselha as senhoras que aprendam a administrar seus bens e economizar dinheiro, pois sem a proteção do pai ou marido esse conhecimento seria essencial para a sua existência. As maiores dificuldades vivenciadas pelas mulheres órfãs e viúvas residia justamente em não ter esse conhecimento sobre administração financeira. Esse tema, no entanto se quer é mencionado nos espelhos dos autores homens, sendo esse saber portanto, negado às mulheres.

No *Livro das Tres Vertudes* percebemos um esforço de Pizan em desconstruir a fama de gastadeiras atribuída às mulheres a partir da literatura misógina. Essa tarefa da administração financeira no primeiro livro, dedicado às rainhas, exerce uma função política na economia do reino e no bem-estar social, pois as decisões da rainha também poderiam gerar consequências desastrosas para o povo.

Neste contexto, as mulheres ficavam viúvas muito cedo tanto pela idade elevada dos homens se comparada a das mulheres, quanto pelas constantes guerras e doenças. Segundo Cruces (2015, p.80),

Em Paris, as viúvas que assumiam a responsabilidade de suas famílias eram bastante numerosas para que os legisladores considerassem o tema como importante, as mulheres continuavam o trabalho de seus esposos falecidos na maioria dos ofícios dos quais temos conhecimento pelos estatutos correspondentes à época<sup>18</sup>.

Nas lições destinadas às viúvas, o dinheiro ganha lugar de destaque. Entre as classes mais humildes, as mulheres participavam ativamente do ofício dos pais e maridos. E quando

---

<sup>18</sup>Em París las viudas que asumían el mantenimiento de sus familias eran lo bastante numerosas para que los legisladores consideraran el tema como importante, las mujeres continuaban el trabajo de sus esposos fallecidos en la mayoría de oficios de los cuales tenemos conocimiento por los estatutos correspondientes a la época.



ficavam viúvas tinham conhecimento prático do trabalho a ser exercido para sua sobrevivência, como também dos bens e situação econômica da família. O mesmo não acontecia com as mulheres nobres, pois “Quanto mais alta era a hierarquia social ocupada pelas mulheres, menor era sua participação na vida profissional<sup>19</sup>” (CRUCES, 2015, p.80). Com a morte do marido, essas mulheres ficavam impedidas de assumir os cargos por eles ocupados, visto que muitas dessas profissões exigiam o diploma universitário, incompatível com a realidade das mulheres. Segundo Cruces (2015, p.81), “Todos os cargos de relevância estavam reservados aos homens, já que esses eram recrutados entre os titulares de diplomas universitário e a universidade estava proibida às mulheres<sup>20</sup>”.

A condição social das viúvas acabava tornando-se um fardo muito pesado para estas mulheres, sendo muitas delas obrigadas a aceitar um segundo casamento por questões financeiras. Era necessária muita força para enfrentar dívidas, conseguir sustentar a família e continuar sendo respeitada numa sociedade dominada por homens. Por isso, Pizan tem uma preocupação especial por ensinar às mulheres a administrar os seus bens, sem esse conhecimento “[...]era normal que fossem presa fácil de vigaristas e todo tipo de má pessoa que se aproveitava da ignorância em questão de sua debilidade e inexperiência<sup>21</sup>” (CRUCES, 2015, p.81). O desconhecimento dos bens e das finanças familiares fazia as mulheres serem alvos de armadilhas que muitas vezes as levavam a ruína. As dificuldades vivenciadas pelas viúvas aparecem referenciadas também em *La Mutacion de Fortune*, texto de Pizan que possui muitos dados da sua vida pessoal.

Uma observação importante no texto de Pizan é que as viúvas são mencionadas nos três livros, no último, inclusive, de maneira carinhosa “Caras amigas” e com compaixão “Nós, movidas per piedade”. A maneira como se dirige às viúvas é diferente do tratamento dado às outras mulheres, demonstrando uma relação de proximidade com suas leitoras, revelando essa condição como uma das mais vulneráveis entre as mulheres medievais.

No *Livro das Tres Vertudes* a diplomacia aparece como uma estratégia importante na educação das mulheres. Pizan (2002, p.109), inclusive, destaca o papel por elas exercido,

---

<sup>19</sup>Cuanto más alta era la jerarquía social ocupada por las mujeres menor era su participación en la vida laboral.

<sup>20</sup>todos los cargos de relevancia estaban reservados a los hombres ya que éstos eran reclutados entre los titulares de diplomas universitarios y la universidad estaba prohibida a las mujeres.

<sup>21</sup>era normal que fuesen presa fácil de timadores y toda clase de mala gente que se aprovechaban de la ignorancia en estas materias de su debilidad e inexperiencia.

– Hoo! de quantos e grandes bens foram causa, em este mundo, Rainhas e princesas, poendo pazes antre mortaaes imiigos, e antre principes e barões, e antre povooos revelados e seus Senhores, de que as scripturas som cheas! Nom há no mundo maior bem que a boa e sajes princesa. Beenta é a terra que a tem!

Percebemos que mesmo em contextos de negação das capacidades femininas, muitas mulheres exerceram alguma forma de poder sobre os homens, sendo capazes de influenciar seus maridos e também a opinião dos membros dos conselhos sobre as possíveis guerras. As mulheres atuaram, portanto, como importantes mediadoras de conflitos.

Nesta obra os papéis sociais pensados para as mulheres são diferentes dos defendidos pelos autores homens. Pizan apresenta e ver as mulheres inseridas como agentes ativos nesta sociedade atuando como profissionais, religiosas, no exercício político como rainhas, entre outras. Para Leite (2015, p.178) “A preocupação maior da autora não é preparar jovens para o futuro casamento e a maternidade, mas sim prepará-las para exercer um papel social, pelo qual seriam responsáveis por sua imagem apresentada”.

As mulheres são ensinadas a serem autônomas nas suas atividades, por isso, saber administrar seus bens, para chefiá-los na ausência masculina, muito comum com as constantes guerras. Pizan aconselha que devem saber sobre Direito e sobre suas rendas para receber o dinheiro das suas terras, foros e outros tributos, já que não podem ficar reféns dos “regedores das jurisdições que enganam suas senhoras”. Na hora de contratar seus empregados aconselha, “[...] que nom sejam vaddios, [...] nem sejam velhos, porque som preguiçosos e fracos, nem muito moços, porque sempre querem folgar. E ela tenha cuidado de os fazer alevantar cedo” (PIZAN, 2002, p.241).

Para conduzir suas lavouras aconselha que devem supervisionar esse trabalho com atenção, pois em sua ausência esses homens “[...] nom cavam nem lavram, segundo devem; e se vão lançar aa sombra, sob as arvores, e leixam os cavalos ou boi com que lavram a folgar e nom curam de mais. E, aa noite, dizem que fezerom bem e trabalharom muito!” (PIZAN, 2002, p. 241). Ensina que as mulheres devem ter o máximo de cuidado com os homens, pois não merecem confiança, são fracos, preguiçosos e mentirosos.

No *Livro das Tres Vertudes* conhecemos uma outra versão das mulheres medievais, e se esta autora ensina às mulheres o desempenho de determinadas profissões é porque elas ocupavam um papel ativo naquela sociedade. Muitas dessas mulheres, inclusive, na ausência dos maridos eram as responsáveis pelo sustento de suas famílias.

Os tratados dos clérigos e intelectuais apresentam uma constante preocupação com a ociosidade feminina e para mantê-las ocupadas esses autores quase sempre aconselham a

leitura de textos religiosos, fazendo parecer que elas exerciam uma vida unicamente contemplativa, preocupadas apenas com futilidades. Percebemos nesses manuais uma centralidade em questões estéticas, vestimentas, as cores dessas vestimentas, a maquiagem adequada, como se a vida das mulheres estivesse centrada nessas futilidades. Defendemos que reduzir a educação das mulheres a vícios e futilidades era uma forma de apagar quais funções elas realmente exerceram nessa sociedade.

Sobre a ociosidade feminina tão condenada nos escritos dos autores homens Pizan (2002, p.242-243) aconselha: “E seja avisada de se levantar cedo, porque mal vai aa casa onde a molher dorme muito pela manhã, porque nom andar pela casa que nom ache que mandar [...]. E assi os seus nunca estarom ouciosos porque na casa nom há hi outra cousa pior que a ouciosidade”.

Reprovada pelos autores antigos, a dissimulação é considerada por Pizan como uma importante estratégia para o seu sexo. Na educação das mulheres é defendida como necessária ao ser capaz de evitar o confronto direto com os homens. A hipocrisia e a dissimulação são ações apresentadas como necessárias nas funções reais, inclusive chega a falar de uma “justa hipocrisia” que guarda ações do bem e distancia-se do mal. Para a autora  necessário dissimular para manter boas relações com todos e ser respeitada. A dissimulação, porém deveria ser usada com cautela.

Pizan não considera a dissimulação um vício, mas sim uma virtude quando usada para o bem e a paz, evitando assim desentendimentos. Esse trunfo  responsável por livrá-las de muitas armadilhas que poderiam colocá-las em perigo. Assim, para os casos de maridos perversos que não têm amor por suas esposas e infeis, deve-se agir com prudência como se não soubessem o que verdadeiramente estava a acontecer:

[...] quando ela sabe esto soportar e dessimular sajesmente, e fazer sembrante que nom sabe de nada desto, seendo ela certa que nom pode hi poer remédio, pensando que, se lho falar, nom guaaanharia nada. [...] Convém que tu vivas e moiras com ele, qualquer que ele seja (PIZAN, 2002, p.129).

Entendemos esse ensinamento como uma atitude sensata às mulheres neste contexto, pois não se tinham opções para fugir dessas situações. Assim, restava uma única alternativa, encontrar caminhos para se viver melhor. Por isso, a dissimulação  tão importante, pois d às mulheres a possibilidade de fingirem ser o que os homens quisessem que elas fossem. E abandonar o confronto com os homens nesse contexto, não era uma questão de submissão, mas de sobrevivência.

A união entre as mulheres aparece como uma lição quase inédita no *Livro das Tres Vertudes*, nos outros espelhos de princesa por nós estudados esse assunto se quer é mencionado. A preocupação da autora centra-se em alertar as donas e donzelas sobre a importância de seu papel na vida das rainhas e princesas. “[...] a corte da princesa deve seer tal como huua abadia bem ordenada, onde as monjas juram de nom dizer fora cousas que antr’elas acontece, nem seus segredos” (PIZAN, 2002, p.233). Seus ensinamentos são no sentido dessas mulheres atuarem como protetoras de suas Senhoras guardando seus segredos, evitando que caiam nas armadilhas masculinas, ensinando-lhes a não inventar ou incentivar fofocas e aconselhando-as sempre no caminho da retidão.

Em *Espill* Jaume Roig adverte que as mulheres quando unidas podem atuar como perigosas e assassinas, entre elas as forneiras e as taverneiras. Neste espelho, o autor destaca a maldade das mulheres ao acusá-las de matar os homens com requintes de crueldade no exercício de suas profissões. Além disso, são criticadas por não serem boas mães ao deixar a responsabilidade da amamentação para as amas de leite, negligenciando uma de suas atribuições mais importante como mulher. Assim, percebemos como a questão autoral muda a visão sobre as mulheres.

Se no texto de Pizan defende-se a união das mulheres como uma estratégia de defesa feminina, no texto de Roig acontece justamente o contrário, a união feminina é entendida como uma forma de cumplicidade para a ação de delitos contra os homens. Assim, enquanto no texto de Pizan a união feminina apresenta-se como um elemento positivo, no texto de Roig ganha um sentido de reprovação como prática condenável.

O *Livro das Tres Vertudes* apresenta-se como um importante objeto de estudo ao nos colocar diante das situações e experiências vivenciadas pelas mulheres medievais, conhecendo as exigências a elas impostas, o peso da obediência e da resignação diante da autoridade dos homens. E também a falta de escolha nas suas atitudes e condutas. Para isso, Pizan sutilmente introduziu lições que permitiram às mulheres através da inteligência alcançar prestígio e autoridade junto aos homens. Assim, podemos dizer que a experiência da escritora influenciou na escolha dos ensinamentos dos três livros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Literatura Pedagógica, confirma-se uma tradição de escritos, que inicialmente se quer foram pensados para as mulheres. Ainda no século XV, não era consenso entre seus autores a educação como um direito das mulheres. E embora o humanismo estivesse a se desenvolver, a luta das mulheres continuava árdua no percurso pelo acesso ao saber.

Christine de Pizan, no entanto mostra-se inconformada com a condição social vivenciada pelas mulheres, assim escreve o seu próprio manual de educação dando continuidade ao seu projeto iniciado com a publicação de *A Cidade das Damas*.

Entendemos o *Livro das Tres Vertudes* (1405) como uma obra importante, ao trazer uma escritora mulher que consegue se inserir em uma tradição de escritos composta quase exclusivamente por autores homens. E por mais que os ensinamentos cristãos sejam a fonte principal desse tratado de educação não se distanciando da escrita dos autores homens, Pizan fala enquanto mulher a partir de suas experiências, ou seja, partindo da sua própria realidade. Em seu texto, a autora não subestima a inteligência das mulheres a partir de ensinamentos comuns como suas funções para a vida doméstica, pois seu objetivo não era aprisionar às mulheres ao espaço privado ou satisfazer os desejos masculinos. E embora reconheça que deveriam obediência aos maridos, não existe uma conformação nesse sentido, pois apresenta a dissimulação como uma estratégia valiosa para esta educação.

As construções de gênero estão presentes nestes tratados de educação desde a sua autoria até a escolha do que deveria ser ensinado. E mesmo alguns autores defendendo a educação feminina em seus textos são comuns a reprodução de características que apenas denegriam a imagem das mulheres. Em um período cercado por significativas alterações de hábitos e comportamentos, a educação aparece como necessária na condução dessas mudanças. A vida na corte, desde o auge do período trovadoresco, marca a era de uma nova civilização. Assim, surge uma literatura preocupada em converter o povo em gente civilizada.

A educação nesses manuais apresentava como objetivo formar mulheres virtuosas, com base na doutrina cristã, esperava-se assim a formação de mulheres obedientes, tementes a Deus e boas mães. Esses tópicos são temas da maioria desses textos. Pizan, no entanto, além desses ensinamentos introduz outros, dificilmente encontrados nos textos misóginos, já que de alguma forma buscavam dá autonomia às mulheres. Entre os principais ensinamentos estão educar às mulheres a saber administrar seus bens financeiros, suas posses, aprender a guardar dinheiro para as necessidades, atuar como conselheiras dos reis, viver em harmonia com seus

súditos, ser amada por estes e principalmente a manter amizade política com autoridades como os clérigos e intelectuais.

Podemos dizer que a questão autoral influenciou na educação proposta às mulheres, pois se nos textos dos autores homens tínhamos um interesse central na manutenção da castidade, considerada a principal virtude exigida às mulheres. O mesmo não aconteceu no espelho de Pizan que buscava combater a misoginia, valorizando as virtudes femininas ao apresentar suas diversas atuações nesta sociedade. Inserir-se em uma tradição literária quase exclusiva dos homens foi uma forma de permitir que uma voz feminina falasse às mulheres, de outra forma isso não seria possível.

Defendemos as estratégias utilizadas por Pizan como um disfarce para ensinar política às mulheres, pois enquanto a maioria dos espelhos escritos pelos homens centrava-se em futilidades como vestir-se, adornar-se, obedecer, o de Pizan compõe-se das necessidades mais comuns vivenciadas pelas mulheres medievais.

Para os autores homens a educação feminina representava unicamente a internalização de normas, quase sempre distantes da realidade e necessidades vivenciadas pelas mulheres. Nestes textos, em nenhum momento há uma crítica à condição vivenciada pelas mulheres ou uma preocupação com ensinamentos que as auxiliasse. Pelo contrário, o que fica ainda mais evidente são suas posições misóginas em relação às mulheres.

O texto de Pizan diferencia-se dos outros espelhos ao formar não um modelo de mulher ideal, fora da realidade, mas ao contrário, parte desse cotidiano impedindo-as de cair nas armadilhas planejadas de forma recorrente pelos homens. O saber seria assim o caminho utilizado para libertá-las da opressão e violência dos homens, dando-lhe a possibilidade de usarem essa educação para ter respeito e dignidade nessa sociedade.

Os espaços e papéis ocupados pelas mulheres no espelho de Pizan dificilmente aparecem em outros textos. Ou seja, nos textos dos autores homens há uma negação do real papel desempenhado pelas mulheres no medievo. No *Livro das Tres Vertudes*, porém as mulheres nobres exercem a diplomacia com sucesso, as baronesas desempenham sua função administrativa, muitas vezes com “mãos de ferro”, são conhecedoras das rendas e despesas das suas propriedades assumindo através da sua função um lugar hierárquico, devendo a seus funcionários homens impor regras que deveriam ser cumpridas. Assim, Pizan mais uma vez desconstrói a teoria de que a inferioridade feminina seria explicada através da biologia, demonstrando que as diferenças entre homens e mulheres são construções de ordem social, resultantes do prestígio econômico, social, político e religioso, além da permissão ou negação do acesso a esses bens.

Portanto, apagar esses papéis desempenhados pelas mulheres ao longo da história foi uma alternativa para provar sua incapacidade intelectual, política, administrativa, governativa e científica. E como haveríamos de discordar dessa história autorizada, já que sempre que voltávamos a procura dessas mulheres nos manuais esses espaços estavam vazios de figuras femininas.

O silenciamento e a negação das mulheres pela história oficial foi uma violência à memória coletiva, que ficou privada do verdadeiro papel desempenhado pelos diferentes sujeitos sociais, resultando numa história homogênea, hegemônica e imperialista.

Podemos dizer que Pizan é responsável por iniciar a construção de um novo pensamento sobre o feminino ao escrevê-lo sob a perspectiva de uma mulher, quando até o momento conhecíamos e entendíamos às mulheres quase exclusivamente a partir de autores homens. No *Livro das Tres Vertudes*, Christine Pizan não se limita a defender as mulheres, mas também a atacar os defeitos e vícios dos homens, algo impensável nos *espelhos* de autoria masculina. Assim, defendemos que a questão autoral muda o direcionamento desses textos, visto que os interesses são outros, enquanto os espelhos dos autores homens tinham como objetivo a internalização de normas, o espelho de Pizan buscava restituir a dignidade feminina através de uma educação prática que as capacitasse para suas necessidades cotidianas.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

BARROS, João de. **Espelho de Casados**. 2.ed, conforme a de 1540, publicada por Tito de Noronha e António Cabral. Porto: Imprensa Portuguesa, 1874.

DE LEÓN, Fray Luis. **La perfecta casada**. Editor literario Javier San José Lera. Edição digital baseada na 11.ed, Madri, Espasa Calpe, 1980. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003. In: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-perfecta-casada--1/html/ffbbf57a-82b1-11df-acc7-002185ce6064.html>

DESENGANO, Irmão Amador do. **Espelho crítico, no qual claramente se vêem alguns defeitos das mulheres**. In: RUIZ, Betina dos Santos. A retórica da mulher em polémicas de folhetos de cordel do século XVIII: os discursos apologéticos de Paula da Graça, Gertrudes Margarida de Jesus, L. D. P. G. e outros nomes (quase) anônimos. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

GONÇALVES, Rui. **Dos privilegios & praerogativas q ho genero feminino te por direito comu & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino**. Apresent. Elisa Maria Lopes da Costa. 1.ed. fac-similada. Lisboa: Biblioteca nacional, 1992.

JESUS, Gertrudes Margarida de. **Primeira carta apologética, em defesa das mulheres**. In: RUIZ, Betina dos Santos. A retórica da mulher em polémicas de folhetos de cordel do século XVIII: os discursos apologéticos de Paula da Graça, Gertrudes Margarida de Jesus, L. D. P. G. e outros nomes (quase) anônimos. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

\_\_\_\_\_. **Segunda carta apologética, em defesa das mulheres**. In: RUIZ, Betina dos Santos. A retórica da mulher em polémicas de folhetos de cordel do século XVIII: os discursos apologéticos de Paula da Graça, Gertrudes Margarida de Jesus, L. D. P. G. e outros nomes (quase) anônimos. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

PIZAN, Christine. **A Cidade das Damas**. Tradução e apresentação de Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas**. Edição Crítica Maria de Lourdes Crispim. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Ditié de Joana D’Arc**. In: RIBEIRO, Nathalya Bezerra. Traduzindo Le Ditié de Jeanne D’Arc de Christine de Pizan: uma ponte para o resgate de obras de autoria feminina na Baixa Idade Média. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016, p.56-77.

VIVES, Juan Luis. **La formación de la Mujer Cristiana**. Traducción, introducción y notas por Joaquín Beltrán Serra. Biblioteca valenciana digital. Valencia: Ajuntament de Valencia, 1994. In: [http://bivaldi.gva.es/es/corpus/unidad.cmd?idCorpus=1&idUnidad=10066&posicio=](http://bivaldi.gva.es/es/corpus/unidad.cmd?idCorpus=1&idUnidad=10066&posicio=1)



## Fontes Secundárias

ANTUNES, Luísa Marinho Antunes. Em defesa da Excelência Feminina: Quando as Mulheres Citam Mulheres – O Caso de Lucrezia Marinella e de Dona Gertrudes Margarida de Jesus. In: **Repensar o feminino em contexto lusófono e italiano**. Orgs. Debora Ricci; Fabio Mario da Silva; Livia Apa; Ana Luísa Vilela; Annabela Rita. CLEPUL: Lisboa, p.295-305, 2017.

APOLONIA, Maria Ascensão Ferreira. A epístola ao Deus do amor (1399), a primeira querela literária escrita em língua francesa, instaurada por uma mulher. **Acta Scientiarum: Language and Culture**, Maringá, v.37, n.3, 2015, p.221-231.

AVELINO, Carla. Portugal ilustrado pelo sexo feminino de Diogo Manuel Aires de Azevedo (Lisboa, 1734) – tradição do gênero. In: **Polissemia**, Portugal, 2010, p.83-98.

BARANDA, Nieves. Escritoras sin fronteras entre Portugal y España en siglo de oro (con unas notas sobre dos poemas femeninos del siglo XVI). **Península: Revista de Estudos Ibéricos**, n.2, p.219-236, 2005.

BERLIOZ, Jacques; DE BEAULIEU, Marie-Anne Polo. Jacques Le Goff e as narrativas exemplares medievais: as balizas de um percurso. **Brathair**, n.16, v.2, 2016, p.44-73.

BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval**: a invenção do amor romântico ocidental. Trad. Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BROCHADO, Cláudia Costa. A querelle des femmes. **Textos de História**. vol.9, n.1/2, 2001, p.31-51.

\_\_\_\_\_. Três obras literárias catalãs no contexto da Querelle des Femmes. **Revista Graphos**. v.15, n.1, 2013.

\_\_\_\_\_. Evangelhos em feminino: interpretações de uma escritora medieval ibérica. **Cadernos Pagu**. v.42, janeiro-junho, 2014.

BUESCU, Ana Isabel. Um discurso sobre o príncipe: a pedagogia especular em Portugal no século XVI. In: **Penélope**, v.17, 1997, p.33-50.

\_\_\_\_\_. A educação de príncipes e *inhos generosos* um modelo quinhentista peninsular. In: **Revista de História das ideias**. A cultura da nobreza. v.19, 1998, p.339-384.

CARNEIRO, María Isabel Barbeito. Mulheres peninsulares entre Portugal y España. **Península: Revista de Estudos Ibéricos**, Portugal, n.0, p.209-224, 2003.

CASAGRANDE, Carla. A mulher sob Custódia. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dirs). **História das Mulheres no Ocidente**: a Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p.99-141.

CÁTEDRA, Pedro M. “Bibliotecas” y libros “de mujeres” em el siglo XVI. **Península: Revista de Estudos Ibéricos**, n.0, p.13-27, 2003.

CEIA, Carlos. E-Dicionário de termos literários. Verbete *exemplum*. In: <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/exemplum/>. ACESSO: 09/07/2018 13h:30min.

CRISPIN, Maria de Lourdes. Introdução. In: PIZAN, Christine de. **O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas**. Lisboa: Editora Caminho, 2002.

CRUCES, Isidro Marimón. **Christine de Pizan Uma Intelectual en la Baja Edad Media**. Graduado Universitario Senior. Universitat Jaume I, 2015.

DEPLAGNE. Luciana Eleonora de Freitas Calado. As memórias de Leonor López de Córdoba (1362/23-1430): inaugurando linhagens. **Revista Ágora**, Vitória, n.26, p.94-106, 2017.

\_\_\_\_\_. (org.). **Faces do medievo: gênero, poéticas, resistências**. Recife: Baraúna, 2008.

\_\_\_\_\_. (org.). **As intelectuais na Idade Média: pensadoras, místicas, cientistas e literatas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon. Introdução. In: **História das Mulheres no Ocidente**: do Renascimento à Idade Moderna. Direção Georges Duby e Michelle Perrot: Círculo de Leitores, 1994.

FERNANDES, Fátima Regina; SANTANA, Eliane Veríssimo de. Buona e leale, esprovata e quieta: Aspectos da imagem feminina na literatura pedagógica-política no século XIII. O tratado De Regimine Principum de Egídio Romano. **Mirabilia**, v.17, 2013, p.236-249.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. **Espelhos, Cartas e Guias**: casamento e espiritualidade na Península Ibérica (1450-1700). Porto: Oficina Gráfica da FLUP, 1995.

\_\_\_\_\_. Francisco de Monzón e a princesa Cristã. In: **Revista da Faculdade de Letras e Literaturas**, Porto, 1993.

\_\_\_\_\_. Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião. In: **Lusitania Sacra**, Lisboa, 2º S, v.3, Lisboa, 1991, p.39-69.

FRADE, Mafalda. Contributo para a história da tradução em Portugal: as primeiras tradutoras conhecidas. In: **Ágora**: Estudos Clássicos em debate, 2016, p.141-155.

FREITAS, Isabel Vaz de. **D. Isabel de Coimbra**: Insigne Rainha – 1432-1455. QuidNovi: Vila do Conde, 2011.

HANSEN, João Adolfo. Educando Príncipes no espelho. In: **Floema Especial**, ano II, n.2, 2006, p.133-169.

KLASPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/Feminino. In: **Dicionário temático do ocidente medieval**. LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Trad. Hilário Franco Júnior. Vol.II. São Paulo: Edusc, 2006, p.137-150.

LEITE, Lucimara. **Christine de Pizan**: Uma resistência. Lisboa: Chiado, 2015.

LUNA, Álvaro de. **Libro de las claras e virtuosas mugeres**. Edición Crítica: Don Manuel de Castillo. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Rafael G. Menor, 1908.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1999.

MENDONÇA, Manuela. O Espelho de Cristina (Séc. XV). **História Revista**: Goiânia, v.18, n.1, 2013, p.53-68.

MONTERO, Luisa Montaña. Humanistas em la corte de Isabel la católica: Luisa de Medrano, primeira catedrática em una universidad europeia? **Cuadernos sobre Vico**: Sevilla, n.27, p.129-135, 2013.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. O Leal Conselheiro e a tradição do espelho de príncipe: considerações sobre o gênero. In: **Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval**, Gráficas Sementeira, 2005, p.89-103.

NUNES, Ruy. O dever da fidelidade no Manual de Dhuoda. In: SOUZA, José Antônio de C. R. de (org.). **O reino e o sacerdócio**: o pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p.117-130.

OPITZ, Claudia. O Quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**: a Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p.353-435.

PERNOUD, Régine. As mulheres e a educação. In: **A mulher no tempo das catedrais**. Trad. Miguel Rodrigues. Lisboa: Gradiva, 1984, p.49-59.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. Trad. Denise Bottmann. In: **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.167-231.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

\_\_\_\_\_. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, n.18, p.9-18, 1989.

QUEVEDO, Radhis Curí. Diego de Valera en defensa de virtuosas mujeres. Biblioteca Saavedra Fajardo, 2005. In: <http://www.saavedrafajardo.org/FichaLibro.aspx?id=1733474>

RAMALHO, Américo da Costa. A infanta D. Maria e o seu tempo. **Humanitas**, Faculdade de Letras, FLUC, Coimbra, 1986, p.173-189.

RIBEIRO, José Silvestre. A Infanta D. Maria. In: **Historia dos estabelecimentos Scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871, p.59-65.

\_\_\_\_\_. A rainha a senhora D. Catharina. In: **Historia dos estabelecimentos Scientificos, litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871, p.80-93.

\_\_\_\_\_. **Luiza Sigéa**: breves apontamentos histórico-litterarios. Academia Real de Lisboa. Typographia da Academia, Lisboa, 1980.

RIVERA GARRETAS, Maria Milagros. **Textos y espacios de Mujeres**. Europa, Siglos IV-XV. Barcelona: Icaria, 1990.

SANTOS, Maria Tereza C. B. Gonçalves dos. O estoicismo no pensamento de Luísa Sigea: a dicotomia entre vida pública e vida privada. In: **Acta Scientiarum**. Education. Maringá, v.39, n.3, 2017, p.231-242.

SARAIVA, Antônio José. **História da Literatura Portuguesa**. 8.ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970, p.13-39.

SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. Um espelho de princesas do humanismo – representação social, religião e história das mulheres. **2º Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História**. Guarapuava, Paraná, 2006.

SCOTT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.65-98.

SOUSA, Sara Rodrigues de. **A construção da autoridade na obra de Christine de Pizan**. Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas – Faculdade de Letras de Lisboa, 2006.

SERRA, Pedro. Da figura histórica à voz anónima. Aproximação aos exempla femininos no discurso moralístico sobre o casamento (sécs. XVI-XVII). In: **eHumanista**, v.1, 2001.

SOARES, Nair de Nazaré Castro. Humanismo e Pedagogia. In: **Humanitas**: Imprensa da Universidade de Coimbra, v.XLVII, v.1, 1995, p.799-844.

\_\_\_\_\_. A educação da mulher em L. Vives e F. Monçon. In: Alegorias; símbolos e exemplos morais da literatura medieval portuguesa. **Revista Brotéria**, v.102, n.3, p.226-338, 1976.

TROCH, Lieve. Mística feminina na Idade Média: historiografia feminista e descolonização das paisagens medievais. **Revista Graphos**. João Pessoa. v.15, n.1, 2013

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental: séculos VIII a XVIII**. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

WOOF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.

WUENSCH, Ana Míriam. O quê Christine de Pizan nos faz pensar? **Revista Graphos**. João Pessoa, v.15, 2013.

### **Dissertações e Teses**

BERNARDO, Débora Giselli. Juan Luis Vives (1492-1540) e os ideais humanistas de educação na aurora da modernidade. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Maringá, Maringá, 2005.

DEPLAGNE. Luciana Eleonora de Freitas Calado. **A cidade das Damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan**. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MEDEIROS, Sooraya Karoan Lino de. **Norma e prática – os papéis das mulheres no reinado de D. João II (1481-1495)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MÉRCURI, Danielle Oliveira. **Os letrados castelhanos no rastro das mulheres quatrocentistas: da defesa e da educação delas**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. 275f. Franca, 2016.

RIBEIRO, Nathalya Bezerra. **Traduzindo Le Ditié de Jeanne D’Arc de Christine de Pizan: uma ponte para o resgate de obras de autoria feminina na Baixa Idade Média**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016, p.56-77.

PLUTARCO, Lúcio Méstrio. **As virtudes das mulheres**. In: SILVEIRA, Mariana Duarte. A imagem feminina na Moralia: heroísmo e outras virtudes. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas e Vernáculas) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006.

SILVA, Nelly Barreto Moreira da. **“A literatura de estados no séc. XVI e o Espelho de Casados (1540) do Dr. João de Barros”**. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Itinerantes). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2010.

SILVEIRA, Mariana Duarte. **A imagem feminina na Moralia: heroísmo e outras virtudes**. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TERREIRO, Álvaro do Nascimento. **Um pedagogo espanhol na corte portuguesa do século XVI: Francisco de Monçon e os tratados de educação de príncipes**. Tese (Doutorado) – Universidade Pontifícia de Salamanca, Faculdade de Filosofia e Letras, Salamanca, 1972. In: <https://summa.upsa.es/details.vm?a=7780&t=-alpha&lang=es&s=9>